

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**Modernizações Conservadoras:
Entidades Orgânicas do Agronegócio
(ABAG: 1993-2013)**

Cristiane Francelina Dias

**Rio de Janeiro
2015**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**Modernizações Conservadoras:
Entidades Orgânicas do Agronegócio
(ABAG: 1993-2013)**

Cristiane Francelina Dias

**Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Serviço Social da
Escola de Serviço Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro
como requisitos para obtenção do título
de mestre em Serviço Social.**

Orientador: Luis Eduardo Acosta

**Rio de Janeiro
Março de 2015**

**Modernizações Conservadoras:
Entidades Orgânicas do Agronegócio
(ABAG: 1993-2013)**

Cristiane Francelina Dias

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de
Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisitos para obtenção
do título de mestre em Serviço Social**

Aprovada por:

Prof. Dr. _____

Orientador

Luis Eduardo Acosta

Prof. Dra. _____

Sara Aparecida Granemann

Prof. Dr. _____

Paulo Roberto Raposo Alentejano

**Rio de Janeiro
Março de 2015**

D541 Dias, Cristiane Francelina.

Modernizações conservadoras: entidades orgânicas do agronegócio (ABAG: 1993-2013) / Cristiane Francelina Dias. Rio de Janeiro, 2015. 95f.

Orientador: Luis Eduardo Acosta.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2015.

1. Agroindústria. 2. Agroindústria – Brasil - História. 3. Associação Brasileira do Agronegócio. 4. Economia agrícola – Brasil. I. Acosta, Luis Eduardo. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social.

CDD: 338.10981

Dedico este trabalho ao meu querido
companheiro, amigo e amante Vanderlei;

Que a cada dia tem me revelado que é possível
amar e fazer deste amor um instrumento de
mudança.

Dedico também a minha querida família:

Mãe, Pai e Irmãos que durante toda a história
da minha vida tem me acompanhado e me
apoiado.

Dedico a todos os Trabalhadores e
Trabalhadoras Rurais Sem Terra;

Que durante 22 anos de minha vida r
ensinaram a Viver, Lutar e Resistir Sempre!

CANTO DA TERRA SAGRADA
(PAULO AMORIM)

Contam que por essa terra
Quem trabalha a terra só vive a penar

Abatido sem direito a terra
Vive em pé de guerra
Sem poder sonhar

Com a vida que nasce da terra
E ao pó da terra
A vida voltará

A terra
Ela é sagrada
Nas mãos de quem trabalha a terra

Suor, vida, trabalho e terra
O direito a terra
É de quem trabalha.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, não seria possível sem o aprendizado que obtive através da militância e luta no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e, sem o engajamento e dedicação dos Professores (as) da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que em seu cotidiano atuam na perspectiva de romper com as cercas do conhecimento.

Ao meu querido companheiro Vanderlei Martini por compartilhar comigo a Vida, a Luta e os Sonhos; E ao meu filhinho Andrei, que me acompanhou desde o ventre, as aulas, as viagens e as leituras.

Agradeço aos meus pais, Irene Francelina Dias e José Genuíno Dias, guerreiro(a) que acreditam e lutam pela mudança da sociedade, semeando a terra, colhem esperanças e fincam raízes. Aos meus queridos irmãos, Sérgio F. Dias e Kathiane F. Dias, por terem dividido comigo a infância e uma vida de lutas.

A professora e companheira Sara Granemann, por ter a paciência de acompanhar os meus primeiros passos nas letras e na academia.

Ao professor Luis Acosta, por ter aceitado me orientar rompendo as fronteiras do saber, das estradas e da distância de nossas terras.

Agradeço especialmente ao professor, amigo e camarada Henrique Wellen, que me auxiliou em todas as etapas deste trabalho, suas contribuições de conteúdo e forma, foram substanciais. Aos queridos professores que aceitaram ouvir as minhas angústias e idéias e me apontaram saídas e bibliografias. José Paulo Netto, Mauro Iasi, Paulo Alentejano, Maria Malta, Maristela Dal Moro, Newton Narciso Gomes, Antonio Pasquetti, Rafael Villas Boas, Marco Antonio Baratto. Espero não ter esquecido pessoas importantes e maravilhosas que muito me ensinaram.

Agradeço todos os meus amigos e amigas de luta e de caminhada que me acompanharam em cada etapa, em especial, Marcelo Durão e Nívia Regina, que me cederam um cantinho para morar e estudar. E a Marcelo Piccin e Erika Galvani por nos acolher em terras brasileiras que foi fundamental para a continuidade dos estudos.

E, de forma muito especial, agradeço aos amigos(as) Anita, Martha, Mais, Francilene e Stefano, por compartilharem comigo os momentos de alegria, de tristeza, de saudades e os desafios apresentados durante este período acadêmico. Por fim, agradeço a contribuição de todas as pessoas queridas e companheiras que direto e indiretamente estiveram presente nesta caminhada.

ÍNDICE DE SIGLAS

- ABAG** - Associação Brasileira do Agronegócio
- ABAG-RP** - Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto
- ABCZ** - Associação Brasileira dos Criadores de Zebu
- ABIMILHO** - Associação Brasileira das Indústrias de Milho
- ABIOVE** - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
- ABIPCS** - Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína
- ABRAF** - Associação Brasileira de Produtores de Floresta Plantadas
- ABRAPALMA** - Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma
- AGU** – Advocacia Geral da União
- AL** – Aliança Liberal
- ANDA** - Associação Nacional para Difusão de Adubos
- ANDEF** - Associação Nacional de Defesa Vegetal
- ANFAVEA** - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
- ANVISA** – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- APROSOJA Brasil** - Associação dos Produtores de Soja do Brasil
- ARES** - Instituto para o Agronegócio Responsável
- BIRD**- Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
- BM** – Banco Mundial
- BM&F Bolsa de Mercadorias** - Associações Bolsa de Mercadorias e Futuros
- BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CATP** – Contratos de Alienação de Terras Públicas
- CitrusBR** - Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos
- CNA** - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
- CNPC** - Conselho Nacional da Pecuária de Corte
- COCAMAR** - Cooperativa Agroindustrial
- COMIGO** - Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano
- COOPAVEL** - Cooperativa Agroindustrial
- COOXUPÉ** - Cooperativa Regional dos Cafeicultores em Guaxupé Ltda.
- COPERSUCAR** - Cooperativa dos Produtores de Cana, Açúcar e Alcool
- COTEMINAS** - Cooperativa de Tecidos do Norte de Minas
- COTRIJAL** - Cooperativa Agropecuária e Industrial
- CPT**- Comissão Pastoral da Terra

CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
EMATER - Empresa Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FEALQ - Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz
FIAS – Fundos de Investimentos no Agronegócio
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
ICONE - Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
InpEV - Instituto Nacional de processamento de Embalagens Vazias
IP - Desenvolvimento Empresarial Institucional
ITR – Imposto Territorial Rural
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OCB - Organização das Cooperativas do Brasil
ORPLANA - Organização dos Plantadores de Cana do Centro-Sul do Brasil
PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos
PRM - Partido Republicano Mineiro
PRP – Partido Republicano Paulista
SICOOB/SP - Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo
SINDAN - Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal
SINDIVEG - Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Vegetal
SNA – Sociedade Nacional da Agricultura
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
SPM - Escola Superior de Propaganda e Marketing
SRB – Sociedade Rural Brasileira
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UDOP - União dos Produtores de Bioenergia
UDR – União Democrática Ruralista
ÚNICA - União Agroindústria Canavieira de São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O CICLO DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E O NEOLIBERALISMO NO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XX	17
1.1 As Reformas pelo “Alto” à Moda Brasileira	17
1.2. Antecedentes Históricos – O Brasil e as Mudanças “Pelo Alto”	21
1.3. Apontamentos sobre a Modernização Conservadora e a Modernização da Agricultura	32
1.3.1 O Conceito	32
1.3.2 A Modernização	36
1.4. O Avanço do Neoliberalismo e a Hegemonia do Agronegócio	41
2 O PODER DE DOMINAÇÃO DE CLASSE: IMAGEM MODERNA DE UMA ATUAÇÃO CONSERVADORA	49
2.1 O Moderno e o Arcaico	49
2.2 O Papel do Estado	65
3 ESTRATÉGIA DE REPRESENTAÇÃO DO AGRONEGÓCIO	68
3.1 Entidades Orgânicas do Agronegócio	68
3.2 As Origens da ABAG	71
3.3 Formas de Atuação e Embates Políticos: Os Congressos Nacionais	77
3.4 O Agronegócio na Atualidade	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
ANEXO	92
REFERÊNCIAS	93

RESUMO

Modernizações Conservadoras: Entidades Orgânicas do Agronegócio (ABAG: 1993-2013)

Cristiane Francelina Dias

Prof. Dr. Luis Eduardo Acosta

Resumo da Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de mestre em Serviço Social

Este trabalho teve como objetivo analisar e entender quais as formas de dominação utilizadas no Brasil pela classe capitalista no campo, na esfera econômica, política e ideológica. Descrever os processos históricos das ações de modernização conservadora da sociedade brasileira, especialmente no mundo agrário, analisando os diferentes instrumentos de dominação de classe; identificar as diferentes formas de representação e construção de imagens do agronegócio. Desvelar a fragmentação do agronegócio em diversos instrumentos de dominação de classe, com ênfase a ABAG: Associação Brasileira do Agronegócio. Analisar como as ações da ABAG, os programas, projetos, o uso da mídia, representam domínio de classe e construção de uma marca de modernidade, embora conservadora. Como estas entidades atuam como instrumentos de disseminação e legitimação da sua hegemonia no campo.

Palavras chave: Agronegócio, ABAG, Modernização Conservadora.

ABSTRACT

Modernizações Conservadoras: Entidades Orgânicas do Agronegócio (ABAG: 1993-2013)

Cristiane Francelina Dias

Prof. Dr. Luis Eduardo Acosta

Resumo da Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisitos para obtenção do título de mestre em Serviço Social

The main objective of this study is analyze and understand the forms of domination used in Brazil by capitalist class on the rural area, in the economic field, policts and ideology. Describe the historical process and action for modernization conservative of brazilian society, specially in the agriculture world, analysing the diferents domination instruments used by class, identify the diferents forms of representation and construction of scenario of agribusiness. Unveiling the agribusiness fragmentation in several class domination instruments, emphasizing the ABAG : Brazilian Agribusiness Association. Analyze how the actions of ABAG, programs , projects, use of media, represent class rule and building a modern brand, although conservative. As these entities act as dissemination of tools and legitimacy of its hegemony in the rural area.

Keywords: Agribusiness , ABAG , Conservative Modernization .

INTRODUÇÃO

As pesquisas acadêmicas têm demonstrado, ao longo da história do Brasil, a força da burguesia agrária na consolidação da política e da economia no nosso país, conforme evidenciam, dentre outros, o trabalho de Mendonça “Patronato Rural No Brasil Recente (1964-1993)” aonde se debruça sobre a natureza e ação das entidades patronais que atuam no campo brasileiro, bem como a pesquisa de Christiane Senhorinha Campos “A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio”, que aborda a atuação do Agronegócio no Rio Grande do Sul. Partimos desta perspectiva para estudar argumentos e formas basilares da dominação política, econômica e cultural de uma fração de classe economicamente dominante – a classe capitalista no campo.

Tomaremos como ponto de partida as formulações sobre a questão agrária e o agronegócio, para entender o papel das entidades de classe no desenvolvimento econômico brasileiro. A partir dessa análise teórica almejamos desvelar como tais entidades se organizam no país em defesa dos seus interesses e objetivos classista.

Queremos demonstrar, a partir da análise bibliográfica e documentos veiculados/publicados, pelas entidades de classe do agronegócio, com ênfase a Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG, os interesses economicamente dominantes no campo. Bem como comprovar como estas proposições são recolhidas pela política de governo com o fito de fortalecer a hegemonia destes grupos economicamente dominantes. É na compreensão da substância que compõe o capital no campo, sob a égide do agronegócio, como este se organiza e se apresenta no Brasil através de suas entidades representativas que esta abordagem se justifica.

Nossa pesquisa trará como ênfase os últimos 20 anos da história do Brasil e do surgimento da Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG até os dias atuais. Este período recente na história do Brasil é marcado por grandes transformações sociais, políticas e econômicas. Entender como a forma capital agrário atua sobre a sociedade brasileira e o movimento social da classe trabalhadora é a razão primeira que nos motiva a investigar histórica e sistematicamente esta problemática.

Pretendemos desvelar as contradições do agronegócio no Brasil ocultas pelas formas mistificadoras adotadas pelo capital. Tendo como pressuposto que o avanço do capitalismo no campo é parte constituinte de um todo: do desenvolvimento capitalista mundial. Queremos apresentar as formas de mistificação que possibilitam a livre atividade do agronegócio, se há

distorção entre as ideias apresentadas pelas suas entidades orgânicas e a sua prática produtiva. Almejamos destacar a apologia em torno de ideias restritas a uma classe dominante sua disseminação e consenso no conjunto da sociedade brasileira.

Evidentemente que, como integrantes das forças políticas dominantes, os grupos empresariais e empresários/as do agronegócio produzem discursos que escamoteiam esse caráter de classe, e se apresentam como agentes meramente econômicos, quando na verdade também atuam na esfera política, incidindo sobre as decisões governamentais desde a escala local até a nacional, e produzem ideologia. Na acepção marxista desse conceito, com a qual concordamos, a ideologia está sempre associada ao uso das idéias para dominar, para velar e/ ou inverter a realidade. (Campos, 2011, p.107).

Durante a pesquisa fizemos alguns questionamentos, entre eles, de como se dá o consenso em torno da concentração da terra e da destruição da natureza para a extração de matérias-primas?

Como os proprietários do capital agrário conseguem, por múltiplos caminhos, desenvolver com tal eficiência sua dominação sobre a sociedade e mais especificamente sobre a classe que se lhe opõe – a classe trabalhadora - que esta passa a aceitar, como certo tudo aquilo que lhe é ideologicamente apresentado? Como o agronegócio se associa ao símbolo de moderno e de desenvolvimento? Todas essas são questões essenciais para a análise do agronegócio no Brasil.

Refletimos sobre o avanço do agronegócio e os riscos à saúde, oriundos dos produtos cultivados: o primeiro pela poluição - via veneno e uso de transgênicos na produção, e o segundo o emprego desses produtos para produzir substâncias alimentares. Principalmente dos produtos de risco direto frutas, legumes, verduras e dentre os básicos, batata, arroz e feijão.

Almejamos entender como este setor economicamente dominante atua ideologicamente na sociedade brasileira, entendendo a ideologia como formadora do imaginário social, a partir da concepção de ideologia em Marx associada à divisão da sociedade em classes e das relações de dominação e de subordinação que se estabelecem a partir desta divisão. Vejamos como Marx nos apresenta a categoria em a *Ideologia Alemã*:

As idéias da classe dominante são em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem a sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios da produção espiritual. As idéias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são relações materiais dominantes apreendidas como idéias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as idéias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de idéias, que regulam a produção e a

distribuição das idéias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas idéias são as idéias dominantes da época (Marx; Engels, 2007, p. 47).

Estudamos a atuação das entidades de classe do agronegócio e a sua forma ideológica de atuação, isto nos deu subsídios para desvelar as formas de mistificação da realidade. Queremos que a partir desta pesquisa, a posteriori, verificar se as ações e formulações destas entidades de classe do agronegócio se materializam em políticas públicas operadas pelo Estado Brasileiro.

Nosso objetivo geral, portando, relaciona-se com o estudo do Agronegócio no Brasil. Buscamos analisar uma das suas principais entidades de classe – Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG, afim da apreensão das esferas; econômica, política, e ideológica das entidades que a compõem e como tem sido seu discurso e atuação neste ultimo período.

Como estes setores escamoteiam a luta de classes e as suas formas de dominação e exploração para apresentar um “agro” como todos os agricultores do meio rural, grandes e pequenos, e de toda a sociedade, como reitera Campos:

a ofensiva política-ideológica atua no sentido de criar o consenso de que as vantagens do agronegócio superam as desvantagens, numa análise simplista de custo-benefício que supervaloriza o retorno financeiro dos investimentos e desconsidera os custos socioeconômicos e ambientais (Campos, 2011, p.120).

A investigação desta forma particular de expansão do capitalismo, as entidades de classe do agronegócio, permite adentrar na complexidade dessa forma de produção capitalista. Almejamos tratar da relação existente entre o agronegócio e a questão agrária na atualidade, bem como da atuação política ideológica das entidades de classe do agronegócio.

Partimos da compreensão de “*questão agrária*” como um conjunto de interpretações e análises da realidade social. É o estudo de como se dá *a posse* e o *uso da terra* em uma determinada sociedade (Stedile, 2005:15). Compreendemos que o estudo da “questão agrária” no Brasil só pode ser feito a partir da análise histórica do capital e suas profundas transformações na atualidade. Tendo como base esta definição, queremos abordar as ações das entidades de classe do capital agrário e elencar elementos do processo de expansão e intensificação do que foi denominado agronegócio no país, pois o mesmo está intrinsecamente vinculado às entidades representativas dessa classe.

Partimos da tradição marxista para compreendermos historicamente estas manifestações ideológicas que materializam a dominação capitalista. Pois,

É exatamente por se limitar à apreensão imediata da realidade, em vez de elaborar as categorias a partir de sua essência econômica, que o pensamento da decadência

serve ideologicamente aos interesses da burguesia. Pois, ao assim proceder, aceita a positividade capitalista, sujeitando-se aos limites espontaneamente impostos pela economia de mercado, que fetichiza as relações humanas (Coutinho, 2010, p.40).

Esta tentativa da burguesia de mistificar o capitalismo está permanentemente presente em seus argumentos, propagandas e documentos, e não poderia ser diferente na fração de classe do agronegócio. Trazer à tona a concreção dos seus interesses de classe desvelaria a contraditoriedade do capital.

Segundo Lukács, “a afirmação de Marx, segundo a qual ‘as relações de produção de toda a sociedade constituem um todo’ é o ponto de partida metodológico e a chave para o conhecimento histórico das relações sociais” (Lukács, 1992, p.69-70). Partimos desse pressuposto para a realização dessa pesquisa que se constitui de alguns momentos inter-relacionados.

A metodologia que adotamos foi: no primeiro momento; o estudo bibliográfico, geral e sintético, das categorias fundantes da pesquisa a partir da obra marxiana e marxista. Isto é, uma pesquisa teórica para levantar os principais conceitos a serem trabalhados nesta pesquisa, como: modernização conservadora, a questão agrária brasileira.

No segundo momento; a investigação se deu a partir da análise da atuação das entidades de classe do agronegócio, dentro do contexto agrário brasileiro com ênfase a ABAG. Na observação de alguns materiais empíricos como as formulações diretrizes das entidades de classe do agronegócio, site, documentos e reportagens com referência ao agronegócio e as formulações das empresas relacionadas com esta fração do capital alocada no campo. Buscamos também como comprovação teórica reportagens e declarações de suas principais lideranças, captando assim as suas manifestações no seio da política, economia e sociedade neste período. No terceiro momento; o processamento das análises e pesquisas realizadas com base no estudo das fontes selecionadas.

A fase conclusiva destes três momentos foi a elaboração do trabalho final resultante da nossa interpretação e reflexão teórica, de captar o movimento do capital no Brasil no contexto do neoliberalismo e do avanço do agronegócio no campo e sua forma particular de representação de classe.

Capítulo I: O Ciclo da Modernização Conservadora e o Neoliberalismo no Brasil no Final do Século XX.

1.1 As Reformas “*Pelo Alto*” à Moda Brasileira.

Para explicar a revolução burguesa no Brasil, devemos partir das diferentes formas de realização das revoluções burguesas no mundo e o seu legado sócio-político que marcam e delimitam a constituição dos Estados nacionais contemporâneos. Cada uma das sociedades foi constituída por uma via de transformação reformista ou revolucionária tem como resultado determinadas formas de organização da nação, do Estado, da economia, da política, da sociedade civil e da democracia.

O método de estudo feito por Marx para estudar o desenvolvimento da sociedade burguesa parte da sua forma mais desenvolvida, a Inglaterra para entender as menos desenvolvidas, assim antes de fecharmos esta discussão conceitual achamos pertinente trazer de forma breve e sintética alguns aspectos históricos desta discussão. A Revolução democrático-burguesa ou revolução burguesa clássica nos principais países destacados dada as suas características similares e universais imprime a cada um deles um caráter próprio e singular. Na Inglaterra este processo eclode no século XVII, e o caminho encontrado para o desenvolvimento capitalista foi selado pelo compromisso entre a burguesia e a aristocracia; na França ocorreu uma revolução democrático-burguesa, com a participação popular e a saída encontrada teve um caráter revolucionário e radical; nos Estados Unidos, o resultado se dá pelo rompimento do estatuto colonial e a constituição liberal do Estado nacional.

No caso das revoluções não clássicas, situamos o caso da Alemanha e Itália, onde a saída foi dada pela via da conciliação com os restos feudais. Neste estudo aparece como ênfase o caso da Alemanha e Itália, pois ambas se revestem do caráter de uma revolução realizada de "cima para baixo", objeto de nossas atenções para a interpretação das transformações ocorridas no caso brasileiro. A Alemanha através da “via prussiana” estudada por Lênin conciliou os interesses da aristocracia agrária junker com os da burguesia tendo como saldo final um processo de "modernização conservadora" e a Itália no processo de unificação ou Risorgimento, denominada por Gramsci de "revolução passiva" fez a conciliação de interesses entre a burguesia e a aristocracia fundiária por meio do transformismo e do afastamento das massas populares.

¹ Termo desenvolvido por Carlos Nelson Coutinho em Cultura e Sociedade no Brasil.

Partimos do conceito de reformas ou de conciliação “pelo alto” desenvolvido por Carlos Nelson Coutinho, em sua obra *Cultura e Sociedade no Brasil*. O autor utiliza-se do conceito de reformas ou conciliação “pelo alto” para explicar o processo de modernização econômica e social do Brasil.

Para apreender a nossa realidade histórico-social o autor lançou mão do conceito de reformas “pelo alto” dialogando em nossa definição com o conceito “ampliado” de Lukács de “via prussiana” de base e convergência com os conceitos de “via prussiana”, abordado por Lênin ou de “revolução passiva” desenvolvido por Gramsci. Segundo o autor;

As transformações ocorridas em nossa história não resultam de autênticas revoluções provenientes de baixo para cima, envolvendo o conjunto da população, mas se processaram sempre através de uma conciliação entre os grupos opostos economicamente dominantes, conciliação que se expressa sob a figura política de reformas “pelo alto”(…) resposta “à prussiana”: uma resposta na qual a conciliação “pelo alto” não escondeu jamais a intenção explícita de manter marginalizadas ou reprimidas – de qualquer modo, fora do âmbito das decisões - as classes e camadas sociais “de baixo” (Coutinho, 2005, p. 50-51).

Lênin utilizou-se do conceito de via prussiana para explicar o desenvolvimento do capitalismo na Alemanha de 1871, ano da sua unificação sob o Império de Guilherme I e a liderança do chanceler Otto Von Bismarck. Este conceito aparece em sua análise da história econômica da Rússia na ocasião da sua formulação do *Programa Agrário da Social Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907*². O estudo é feito a partir da comparação entre os modelos de modernização capitalista ocorrido na Alemanha e nos outros países como França, Inglaterra e Estados Unidos.

Via Prussiana seria um acordo entre os representantes da nascente burguesia e os integrantes do poder arcaico, grandes proprietários de terras representado em sua maioria pelos Junkers. No lugar da revolução burguesa clássica de substituição das forças sociais até então dominantes por novas forças sociais instaura-se uma transição que relega à marginalidade a participação popular e democrática. Vejamos a abordagem do autor:

Estes dois caminhos do desenvolvimento burguês objetivamente possível, nós denominaríamos caminho de tipo prussiano e caminho tipo norte-americano. No primeiro caso, a expropriação feudal do latifundiário se transforma lentamente em uma expropriação burguesa, junker, condenando os camponeses a décadas inteiras de uma expropriação e de um trabalho mais árduo, dando origem a uma pequena minoria de “Grossbauern” (lavradores fortes). No segundo caso, não existem fazendas de latifundiários são destruídas pela revolução que confisca e fragmenta as posses feudais. Neste caso predomina o camponês, que passa a ser agente exclusivo da agricultura e vai evoluindo até se converter em um fazendeiro capitalista. No primeiro caso, o conteúdo fundamental da evolução é a transformação do feudalismo

² LÊNIN, Vladimir I. **El Programa Agrário de la socialdemocracia em la primera revolución rusa de 1905-1907**. Moscú: Editorial Progreso, 1978.

em um sistema de brutal dependência econômica através de dívidas e expropriação capitalista sobre as terras dos feudais-latifundiários-junkers. No segundo caso, o fundo básico é a transformação do camponês patriarcal em um fazendeiro burguês (Lênin, 1978, p.26-27, tradução livre)³

Gramsci com o mesmo objetivo de interpretar as transformações econômicas e políticas ocorridas em seu país utilizou-se do conceito de “revolução passiva”, para estudar a Itália. O conceito de “revolução passiva” classifica a revolução ocorrida na Itália, como o que seria uma modernização do Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais sem passar pela revolução política de tipo francesa radical-jacobina. Para Gramsci este conceito de “revolução passiva” deve ser utilizado como critério de interpretação sobre a “revolução-restauração” ou “revolução passiva”, a propósito do processo de formação do Estado moderno na Itália.

O período da “Restauração” é o mais rico de desenvolvimentos: a restauração torna-se a forma política na qual as lutas sociais encontram quadros suficientemente elásticos para permitir à burguesia chegar ao poder sem rupturas clamorosas, sem o aparelho terrorista francês. As velhas classes feudais são rebaixadas da condição de “dominantes” àquela de “governativas”, mas não são eliminadas, nem se tenta liquidá-las como conjunto orgânico: de classes tornam-se “castas”, com determinadas características culturais e psicológicas, não mais com funções econômicas predominantes (Gramsci, 1999, p.426)

O conceito exprime o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como a reação das classes dominantes frente às possibilidades transformadoras dessas massas populares. Nas revoluções passivas a força dirigente é o Estado a serviço de um grupo, por intermédio da intervenção legislativa e da organização corporativa, que coloca a disposição destes grupos um exército e uma força político-diplomática que introduzem na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas na socialização e cooperação da produção sem tocar na apropriação individual e grupal do lucro. Em relação aos conceitos de revolução – restauração e revolução passiva verificam-se em Gramsci a seguinte explicação:

Deve-se examinar se a fórmula de Quinet pode ser aproximada da de “revolução passiva” de Cuoco; elas exprimem, talvez, o fato histórico da ausência de uma

³ Estos dos caminos del desarrollo burgués objetivamente posible, nosotros denominaríamos camino de tipo prusiano y camino de tipo norte-americano. En el primer caso, la explotación feudal del terrateniente se transforma lentamente em una explotación burguesa, junker, condenando a los campesinos a decenios enteros de la expropiación y del yugo más dolorosos, dando origen a una pequeña minoría de “Grossbauern” (“labradores fuertes”). En el segundo caso, no existen haciendas de terratenientes o son destruidas por la revolución, que confisca y fragmenta las posesiones feudales. En este caso predomina el campesino, que pasa a ser agente exclusivo de la agricultura y va evolucionando hasta convertirse em el granjero capitalista. En el primer caso, el contenido fundamental de la evolución es la transformación del feudalismo em un sistema de brutal dependência econômica a través de las deudas y explotación capitalista sobre las tierras de los feudales-terratenientes-junkers. En el segundo caso, el fondo básico es la transformación del campesino patriarcal em el granjero burgués. (Lênin, 1978, p.26-27)

iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de “restaurações” que acolheram certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de “restaurações progressistas” ou “revoluções-restaurações”, ou, ainda, “revoluções passivas” (Gramsci, 2011, p.318-19)

A partir da exposição que fizemos até aqui dos conceitos de “via prussiana” e de “revolução passiva”, observamos que os dois conceitos correspondiam às realidades objetivas e históricas vivenciadas pelos dois autores. O conceito de “via prussiana” leniniano deu ênfase à infra-estrutura ou à discussão da modernização agrária na Rússia, enquanto o conceito de “revolução passiva” gramsciano, enfatizou a superestrutura ou os processos sociais e políticos de transformação “pelo alto” na Itália. Em nossa pequena exposição elencamos alguns aspectos e algumas particularidades das vias ou situações dos processos da revolução burguesa nos países dos autores estudados.

A partir desta compreensão teórica entendemos a Revolução Burguesa no Brasil como um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial⁴. A dominação burguesa, quando exerce a dupla articulação - desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista extrema - não cria apenas o seu modelo de transformação capitalista, mas, a própria forma típica de dominação burguesa como:

Mero reflexo das relações materiais de produção, ela se insere, como estrutura de dominação, no âmago mesmo dessas relações, inibindo, suprimindo ou reorientando espontânea e institucionalmente, os processos econômicos, sociais e políticos por meio dos quais as demais classes ou quase-classes se defrontam com a dominação burguesa (Fernandes, 2005, p 352).

Uma das características centrais das “mudanças pelo alto” é que ela excluiu a massa dos trabalhadores e da massa popular. A célebre declaração “*façamos a revolução antes que o povo a faça*” do mineiro Antônio Carlos, às vésperas de 1930, identificada por Carlos Nelson Coutinho (2005), expressa bem o que estamos falando. Segundo Florestan Fernandes, a revolução burguesa na periferia é, por excelência, um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias. O que tanto as burguesias nacionais, quanto as dos países centrais almejam, segundo nosso autor, é, “*manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore*” (Fernandes, 2005, p.343).

⁴ Trataremos à frente, em capítulos posteriores, esse contexto histórico.

As revoluções burguesas clássicas da Inglaterra, EUA e França, propiciaram a emancipação política, tornando os homens livres - a classe trabalhadora em especial, e declaram todos iguais perante a lei. Aqui no Brasil não ocorreu um processo de revolução clássica como nos países mencionados, mas um processo de reformas e de acordos entre as classes dominantes. A burguesia brasileira não tinha vocação nem disposição para emancipar politicamente os homens, não fez a ruptura com o latifúndio e manteve o coronelismo.

As elites brasileiras conseguiram permanecer no poder fazendo as mudanças “pelo alto”, “por cima”, ou seja, perpetuando a sua dominação. Para Florestan Fernandes (2005), não seguimos uma “via clássica” porque desde o início ocupamos uma posição dependente no quadro do capitalismo internacional. Juntam-se a isso o imperialismo, o medo do comunismo e o caráter tardio de nosso desenvolvimento.

Vejamos como Carlos Nelson Coutinho aborda de forma sintética estas transformações realizadas pelo Brasil em prol do desenvolvimento capitalista:

O processo de modernização econômica e social do Brasil seguiu uma “*via prussiana*” ou uma “*revolução passiva*”. As transformações ocorridas em nossa história não resultam de autênticas revoluções, de movimentos provenientes de baixo para cima, envolvendo o conjunto da população, mas se processam sempre através de uma conciliação entre os representantes dos grupos opositores economicamente dominantes, conciliação que se expressa sob a figura política de reformas “*pelo alto*”... Assim, a independência, a abolição, a república, a modificação do bloco no poder de 1930 e 1937, a passagem para um novo patamar de acumulação em 1964 encontram uma resposta “à prussiana”; uma resposta na qual a conciliação “pelo alto” não escondeu jamais a intenção explícita de manter marginalizadas ou reprimidas as classes e camadas sociais “de baixo”. O instrumento e o local da conciliação de classe foi sempre o Estado (Coutinho, 2005, p. 50-51).

1.2 Antecedentes Históricos – O Brasil e as Mudanças “Pelo Alto”

O modo de produção capitalista é a forma de organização da sociedade que hodierno predomina mundialmente. É importante salientar que, por definição, um determinado modo de produção é a maneira que homens e mulheres encontram para produzir e distribuir os bens de uma determinada sociedade, uma organização social, na grande maioria, estruturada por classes sociais.

Historicamente a forma de se organizar para produzir e distribuir os bens produzidos são socialmente determinados - é produto dos seres humanos e, portanto pode ser mudado ao longo do tempo - e se transforma de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção.

Como modo de produção, é resultado do desenvolvimento das forças produtivas e da ação dos homens e mulheres conscientes ou não do seu desenvolvimento. Segundo Wallerstein (2001, p.13), “O capitalismo é, em primeiro lugar e principalmente, um sistema

social e histórico. Para entender suas origens, formação e perspectivas atuais, precisamos examinar sua configuração real”.

No escravismo toda a pirâmide social se edificava sob a massa de escravos; no feudalismo os servos sustentavam as classes e os estamentos superiores; e na sociedade capitalista as massas de trabalhadores e trabalhadoras sustentam as classes mais abastadas. Como sintetiza Florestan Fernandes (2005), enquanto existir capitalismo haverá classes sociais e os mecanismos básicos de relações de classes terão de passar por processos de acomodação, competição e conflito de classes entre si. É típico da sociedade de classes que as probabilidades de ação econômica, social e política sejam afetadas pela desigualdade das classes.

A sociedade burguesa, por ser baseada numa forma de exploração do homem pelo homem, (assalariamento) oculta sua verdadeira natureza. As relações de exploração não aparecem como produto da atividade humana, mas como algo independente ou alheio aos homens e mulheres. Na argumentação liberal, aparece como *vontade divina, da natureza ou do mercado*, ou seja, é a mão “invisível” operando sobre os seres humanos.

Na história humana, desde que se dividiu a sociedade em classes e instituiu a propriedade privada e a separação do trabalho intelectual e manual verifica-se uma total e desenfreada apropriação da riqueza social. No capitalismo, a riqueza social passou a ser cada vez mais concentrada nas mãos das classes que detém os meios fundamentais de produção, e como nos demonstra Marx, em *O Capital A separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas do trabalho e a força subjetiva do trabalho, é, portanto, o fundamento efetivo, o ponto de partida do processo de produção capitalista* (Marx, 2005, p.665).

Muitas foram às discussões e tentativas de interpretação do Brasil e sua inserção na economia mundial. Na perspectiva da questão agrária evolução da posse, da propriedade e do uso da terra destacamos a contribuição de Jacob Gorender (1974) em *O escravismo colonial*. O autor nesta obra destaca que o Brasil se apoiava em duas formas de produção uma escravista -com trabalho coercitivo nos latifúndios e as unidades não escravistas voltadas para subsistência. Este sistema escravocrata vinculava-se ao capitalismo ascendente através do mercado mundial.

Assim como Jacob Gorender outros autores também esboçaram a sua interpretação sobre a questão agrária no Brasil. Há várias reflexões sobre o país que apontam para a inexistência de uma sociedade civil forte, com um parlamento, partidos políticos, sistema de

educação que fosse além da catequese, o direito de imprimir livros, entre outros, mas estas reflexões deixarão para outra exposição.

Verifica-se que as mudanças ou reformas que se deram no Brasil partiram em sua maioria de conciliações “pelo alto”, “por cima”, sendo esta uma prática que perpassou vários momentos da história do país; desde a independência em 1822, a abolição da escravatura em 1888, a constituição da República Velha de 1889-1930, o avanço da industrialização a partir de 1930, o governo de Getúlio Vargas 1930-1954, o golpe civil-militar em 1964, o processo de reabertura democrática em 1985, a Constituição Federal de 1988, às eleições diretas de 1989 e os anos neoliberais.

A historiografia demonstra, por exemplo, que a chegada da família real no Brasil em 1808, deu início a consolidação da independência do país. Justificada a partir de uma forte demanda interna dos proprietários de escravos e de terras para o fim do Brasil colônia e, assim, a independência se delineia como um acordo resultante de uma manobra “pelo alto” entre as classes dirigentes.

As mudanças que se processaram em nosso país nos levaram a um processo lento e complicado de revolução burguesa que gerou uma sociedade híbrida, ou seja, que combina o que há de mais moderno com o que há de mais atrasado no mundo contemporâneo. Moderno do ponto de vista da tecnologia e conservador do ponto de vista das relações sociais de produção. Atestamos a partir desta reflexão que não é casual que ainda haja no Brasil trabalho análogo à escravidão, temos em nossa cultura resquícios escravistas. O escravismo hipotecou nossa história, pois foram quatro séculos de escravidão. Para Oliveira (1977):

Escravidão, aqui, era uma forma específica do capitalismo, pois separava, desde o início produtores e meios de produção. É apenas mais tarde que a oposição entre escravidão e desenvolvimento das forças produtivas vai colocar-se como antagônica para os processos da reprodução ampliada (Oliveira, 1977, p.61)

O modelo de produção agroexportador que perdurou por um longo período em nossa história, desde a chegada dos portugueses até a segunda década do século passado, sustentava-se no trabalho escravo, este sistema de produção deixou suas marcas sobre o trabalho de forma cruel, profunda e duradoura. Para Florestan Fernandes, é legítimo concluir que:

(...) a falta de elasticidade da ordem social escravocrata e senhorial, diante da emergência e da expansão do capitalismo como uma realidade histórica interna, gerou uma acomodação temporária de formas econômicas opostas e exclusivas. Dessa acomodação, resulta uma economia “nacional” híbrida, que promovia a coexistência e a interinfluência de formas econômicas variavelmente “arcaicas” e “modernas”, graças à qual o sistema econômico adaptou-se às estruturas e às

funções de uma economia capitalista diferenciada, mas periférica e dependente (pois só o capitalismo dependente permite e requer tal combinação do “moderno” com o “arcaico”, uma *descolonização mínima*, com uma *modernização máxima*). (Fernandes, 2005, p. 209, *grifos do autor*).

Uma sociedade baseada no trabalho escravo, na monocultura da cana em grandes fazendas voltadas para exportação, na extração de matérias primas a exemplo do ouro, da madeira, cana-de-açúcar etc.; e posteriormente dependente da produção de café voltada para exportação, sobretudo em São Paulo. Esta forma de organização da produção agrícola denominou-se plantation ou na sua versão portuguesa plantagem, uma forma de produção agrícola realizada em grandes áreas na forma de grandes monocultivos, com sua produção destinada a exportação utilizando-se da mão-de-obra escrava.

Como não houvesse aqui uma classe de produtores independentes previamente constituída e passível de ser expropriada e em face das dificuldades de submeter a população indígena ao trabalho forçado, *as necessidades de força de trabalho tiveram que ser supridas inicialmente pela importação*: primeiro de escravos africanos e, após a abolição da escravatura em 1888, pelos imigrantes (italianos, principalmente) que vieram trabalhar sob o regime conhecido como colonato, especialmente no Estado de São Paulo (Graziano da Silva, 1982, p.128, *grifos do autor*).

Os processos de resistências internos e as pressões externas levaram a elaboração de algumas leis que foram introduzindo de forma gradual o trabalho “livre” em nossa sociedade, com o fim do tráfico negreiro em 1850 e com a abolição da escravatura - Lei Áurea em 1888. A conversão da terra em uma mercadoria e a consolidação do latifúndio no Brasil deu-se a partir de 1850, com a primeira lei de terras - Lei Nº 601 de 18 de Setembro de 1850 - que dispõe sobre as terras devolutas do Império.

Assim, podemos dizer que o latifúndio se caracteriza no Brasil, como grandes propriedades de terra voltadas para a especulação fundiária – a terra como reserva de valor ou destinadas à produção única e exclusivamente de commodities para a exportação. A partir daí fomos se transformando em uma sociedade de homens “livres”, composta por proprietários que detinham os meios de produção e trabalhadores que detinham apenas a sua força de trabalho, o trabalho livre passava a ser predominante, mas as condições de exploração do trabalho mantinham-se as mesmas.

A exploração do trabalho é um dos pilares de sustentação do modo de produção capitalista que, a depender do modelo de desenvolvimento adotado, lança diferentes métodos de subsunção do trabalho ao capital. No que se refere ao modelo analisado, o agroexportador, como já dito, o predominante era o trabalho escravo ou compulsório resultante da acumulação primitiva do capitalismo mercantil.

O setor agrário não dispunha de base material para arriscar-se a romper com o regime de trabalho escravo, com a propriedade servil e com o sistema de produção escravista; e os novos grupos econômicos, por sua vez, concentraram-se no aproveitamento das oportunidades abertas pela eclosão e disseminação do mercado capitalista moderno, como se ali estivesse o padrão de desenvolvimento capitalista ideal (Fernandes, 2005, p.267)

A partir da análise sociológica de Florestan Fernandes (2005, p. 128-138), verifica-se que a constituição da burguesia brasileira em nosso país emerge do fazendeiro de café e do imigrante, e que ambos aparecem como os construtores pioneiros do *Brasil Moderno*, e possuem para ele algo em comum, identificam a ruptura com a ordem senhorial como um momento de vontade social, expressões de novas polarizações históricas do querer coletivo. Para o autor citado, o burguês emerge do senhor agrário, do fazendeiro de café que deixara de ser o “homem da lavoura” e se convertera em privilegiado agente do capitalismo comercial e financeiro. E o imigrante cumpriu três funções para organizar a nossa economia monetária de mercado: primeiro de ser o agente original do trabalho livre - malgrado sua condição inicial de equivalente humano do escravo; segundo de erigir-se no único elemento que possuía expressão monetária e poder aquisitivo real; e terceiro de intensificar o desenvolvimento interno do capitalismo comercial e financeiro através da intensificação da produção destinada ao consumo interno.

A partir da segunda metade do século XIX observa-se que o país acelera sua marcha rumo a uma sociedade com características urbana e industrial. A Proclamação da República em 1889 com a constituição do Estado nacional, a constituição dos bancos nacionais, a construção das ferrovias, das rodovias, o desenvolvimento das comunicações, a já moderna lavoura do café, etc. apontam nesta perspectiva.

Isso tudo se desenvolvia sob a égide de uma base econômica agro-exportadora vinculada às economias centrais que perdurou até o primeiro quartel do século XX. O ocaso do modelo agroexportador deu-se em um período relativamente longo, (1850-1930) a partir da penetração na sociedade brasileira de elementos urbanos e industriais, que são marcas bastante fortes e características de uma sociedade moderna capitalista. Desta perspectiva observa-se a consolidação de um processo de modernização resultante da aliança entre burguesia e latifúndio - a industrialização que se desenvolveu com apoio das oligarquias, ou a burguesia agrária.

No período da industrialização - não obstante a consolidação das leis trabalhistas - o trabalho degradante nas nascentes metrópoles brasileiras e no interior afora era uma regra e não exceção.

Isso quer dizer que o trabalho livre foi submetido, ao longo da formação e expansão da ordem social competitiva, a um processo de corrupção secular, o qual começou por negar-lhe condições de solidariedade estamental (sob o antigo regime) e terminou, igualmente, por negar-lhe condições de solidariedade de classes (sob o regime de classes e a República), o que retirou, e ainda retira do trabalho livre as bases estruturais e dinâmicas de sua elaboração como fator social construtivo (capaz de alimentar e dar sentido às *transformações de baixo para cima* da ordem social competitiva (...) guardadas as proporções, o trabalho livre se configura (como ocorreu com o trabalho escravo), do modo mais cínico e brutal, como puro instrumento de espoliação econômica e de acumulação tão intensiva quanto possível de capital (Fernandes, 2005, p.232-33)

A crise do capitalismo de abrangência internacional em 1929 com a quebra do mercado de ações nos Estados Unidos atingiram as exportações de café do Brasil e acentuaram a crise política representada pelo rompimento do acordo do “café-com-leite” dos partidos da situação PRM de Minas Gerais e PRP de São Paulo. A instabilidade política desembocou no movimento de 1930 que também é denominado por alguns escritores por “Revolução de 1930”, esta representa um marco importante na trajetória da sociedade brasileira.

A frente armada liderada pela oposição, partido da Aliança Liberal – AL teve a adesão dos militares e os atos culminaram com a deposição do presidente em exercício Washington Luís e a posse do candidato à presidente Getúlio Vargas. São momentos centrais de um processo que leva à reorganização das esferas estatais e econômicas, e o início do processo de industrialização em nosso país. Getúlio Vargas conduziu a industrialização e a urbanização brasileira a partir de bases rurais; o moderno - a indústria e a cidade - alimentaram-se do atraso - da economia de subsistência (Oliveira, 2003).

O centro da acumulação capitalista deslocou-se das unidades rurais para as fábricas alocadas nas cidades e aos camponeses foi induzida a sua integração com a indústria, o que em última instância - devido ao poder ideológico da igreja e a forte repressão do Estado Getulista – veio a arrefecer sua organização e luta. As elites paulistas se levantaram frente às ações intervencionistas do novo governo e exigindo novas eleições e a convocação de uma Assembléia Constituinte, com tropas paulistas e apoio do setor industrial do estado o movimento ficou conhecido como a *Revolução Constitucionalista* e teve uma duração de três meses até serem derrotados pelas tropas federais. A convocação para as eleições da Assembléia Nacional Constituinte foi a resultante deste movimento.

Dos fatos que marcaram este período destacamos a revolta militar organizada pelos comunistas em 1935 nos batalhões do Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Pernambuco e ficou conhecida como *Intentona Comunista*, o fracasso desse levante culminou no golpe de estado preparado pelo governo para a sua manutenção no poder, denominado *Estado Novo* em

1937 que significou entre outros, perseguição política, prisões de intelectuais, militares, sindicalistas e operários acusados de subversão, bem como, a extinção dos partidos políticos e das eleições democráticas.

Podemos dizer que a “década de 30” demarca o fim de um ciclo e o início de outro na sociedade brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora - onde as fazendas de café foram importantes economicamente e socialmente, pois absorviam os ex-escravos e imigrantes no regime de colonato - e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. O Governo de Getulio Vargas conseguiu estabilizar a crise dos cafeicultores com políticas agrícolas e subsídios, ao mesmo tempo em que fazia acordos e investimentos que favoreciam a burguesia industrial.

A nova ordem social estabelecida a partir de então certamente introduziu muitas das reformas modernizadoras necessárias à expansão e consolidação do capitalismo, mas o fez sempre no quadro da conciliação com o atraso, sobretudo com o latifúndio, conservando assim e projetando para o futuro os traços profundamente autoritários de nossa formação social anterior. Afirma Florestan Fernandes:

Em resumo apesar do desaparecimento dos bloqueios que excluía o setor arcaico da modernização capitalista, a situação global ainda convertia a economia competitiva num verdadeiro conglomerado de formas de mercado e de produção de desenvolvimento desigual. A pressão que essa economia como um todo, podia fazer para libertar-se das inibições que interferiam negativamente sobre suas potencialidades especificamente capitalistas de equilíbrio, de reorganização e de crescimento era ainda muito baixa. Na verdade, continuava a prevalecer a extrema valorização econômica de diferentes idades coetâneas e de formas de desenvolvimento desiguais, como expediente de acumulação originária de capital ou de intensificação da expropriação capitalista do trabalho (Fernandes, 2005, p.288)

Ao contrário da visão dualista que apontava para um desenvolvimento capitalista que resolvesse o problema da pobreza e da desigualdade, sem a compreensão imediata de que esta pobreza e desigualdade - são resultantes do próprio sistema. Francisco de Oliveira (2003) caracteriza a sociedade brasileira como um “ornitorrinco”, o arcaico e o moderno no Brasil sempre se misturaram, civilização e barbárie se confundem o tempo inteiro, um não existe sem o outro.

O modo de produção capitalista ao longo de seu desenvolvimento gera contradições que são inerentes ao seu próprio modo de funcionar. Estas se expressam na máxima socialização do processo de produção – divisão do trabalho - e na apropriação privada dos resultados produtivos. Assim, ao mesmo tempo em que se produz muita riqueza nesta sociedade, fruto do trabalho de milhões de trabalhadores, vai gerando enormes desigualdades

sociais intrínsecas ao desenvolvimento capitalista. O capitalismo produz riquezas e nouro pólo, proporcionalmente, produz pobreza, no caso brasileiro essa desigualdade é extrema.

O Plano de Metas “50 anos em 5” do governo Juscelino Kubitschek, estimulou o crescimento industrial, a entrada das empresas estrangeiras no Brasil, potencializando o desenvolvimento capitalista no Brasil. Na assertiva de Florestan, identifica-se que:

O governo Kubitschek e os governos militares posteriores a 1964 foram as duas oportunidades aproveitadas com enorme rapidez pelas economias centrais evidenciando que estas estavam plenamente preparadas para transformar o controle econômico segmentar em um desenvolvimento capitalista-monopolista adaptado, com referência à economia brasileira. A partir de 1930 a decisão interna de fazer a transição para o capitalismo monopolista vai se cristalizando e a partir de 1964 se converte no principal dínamo político de todo o processo. “Um apoio interno decidido e decisivo, fundado na base de poder real das classes possuidoras, dos estratos empresariais influentes e do Estado (Fernandes, 2005, p.302).

O período desenvolvimentista protagonizado pela figura presidencial de JK, vai tomar corpo e se acentuar na próxima década com o desenvolvimento do capitalismo monopolista e o plano de desenvolvimento proposto pelos militares para o meio urbano e rural. Segundo Graziano da Silva (1982) no período de 1967-75, o valor das exportações quadruplicou, no entanto a renda manteve-se em níveis baixos para a maioria dos agricultores com salários ínfimos e oportunidades de emprego limitadas a um pequeno número de trabalhadores. A proposta de solução mágica para o desenvolvimento do campo fora a modernização da agricultura, com seus instrumentos para acelerar a modernização, entre eles a política de fornecimento do crédito rural.

A industrialização tardia dos países periféricos – entre os quais se incluem os casos de industrialização da América Latina, que ocorreram na etapa do capital monopolista – submeteu a agricultura a uma “modernização conservadora” na qual o grande capital se aliou ao latifúndio, sob a égide do Estado. E é por isso que sobressai hoje [1980] em nossa agricultura, a dominação do velho capital comercial e usurário ao lado do moderno capital financeiro, reproduzindo também este, muitas vezes formas arcaicas de relação de trabalho (Graziano da Silva, 1982, p.126)

Entre algumas medidas apresentadas pelos militares no intuito de mexer com a estrutura fundiária do País, podemos destacar a elaboração e proposta do Estatuto da Terra de 1964, feita pelo governo Castelo Branco que visava estabelecer uma política de desenvolvimento rural para o país, mas só foi aprovada após ter um grande número de vetos e alterações. Mas ao fim e ao cabo, o processo de modernização se fez acompanhar de uma intensiva concentração da terra com unidades de produção cada vez maiores e com uma consequente deteriorização da distribuição da renda no setor agrícola.

Para Graziano da Silva (1982) o Estatuto da Terra pretendia ser uma legislação agrária desenvolvimentista ao estilo das reformas agrárias pacíficas recomendadas pelos norte-

americanos para a América Latina nos anos 60. Segundo ele a proposta era bastante progressista para a época de “caça as bruxas”, tão progressista que muitos proprietários rurais se sentiam traídos por terem apoiado os militares em 1964; ressentidos chegaram a dizer publicamente que “teriam de começar tudo de novo”. Nesta mesma linha desenvolvimentista foi a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em 1973 o órgão foi criado para implementar uma política agrária com o objetivo de corrigir as distorções da estrutura de posse e uso da terra no país.

A agricultura cumpriu importante papel para o desenvolvimento do capitalismo industrial, primeiro porque ao campo coube o papel de exportar mão-de-obra barata - pois, a especialização era baixa - para as cidades. Segundo porque cabia à agricultura a produção de alimentos e o abastecimento do mercado interno das massas urbanas que surgia e, terceiro, era função do campo a transferência de capital e o fornecimento de matérias-primas para serem utilizadas na nascente indústria.

A agricultura nesse modelo tinha uma função bem definida, “primeiro de manutenção do latifúndio, segundo na exportação de mão de obra para as cidades e terceiro na produção de alimentos baratos – as duas últimas funções visam baratear o custo de reprodução da força de trabalho nas cidades” (Oliveira, 2003, p.42).

É preciso superar a dicotomia entre o agrário e o industrial, isso porque o primeiro serve ao segundo e, nos centros urbanos há elementos agrários e rurais. Precisamos combater o mito que o “desenvolvimento capitalista reduz as desigualdades”, desenvolvimento e pobreza são faces da mesma moeda. O processo de reprodução do capital é por definição - desigual e combinado. A questão da convivência entre os setores arcaicos e modernos da economia e a convivência entre a cidade e campo é balizada pela subordinação que como afirma Oliveira (1977), é tão somente uma questão de subordinação que não *exclui* contradições entre os diferentes interesses da burguesia e entre a cidade e o campo.

Para Oliveira (2003), não há contradição entre o centro moderno e a periferia arcaica, pois o latifúndio foi base de sustentação do moderno e o arcaico assume entre nós formas modernas. Com o processo de Modernização Conservadora da agricultura brasileira a principal política agrícola voltada para o campo foi a política de crédito subsidiado. Segundo Nivaldo Hespanhol (1997), o Estado brasileiro encarregou-se de criar as condições para que o processo de modernização agrícola se efetivasse, modernização esta que, apesar de ter sido expressiva não se generalizou, apresentando-se seletiva e diferenciada.

O latifúndio brasileiro remonta a nossa história, a nossa formação enquanto nação, um ente presente desde a chegada dos portugueses, a divisão do país em capitânicas hereditárias, passando pela divisão em sesmarias, pelos grandes engenhos, as lavouras de café até o

latifúndio improdutivo ou produtivo – termo recente de sua positivação. Esta questão nos remete a reflexão de que;

A Agricultura tem uma particularidade fundamental em relação à indústria: o meio de produção fundamental – a terra – não é suscetível de multiplicação ao livre arbítrio do homem. A sua distribuição torna-se, assim, o pano de fundo sobre o qual se desenrola o processo produtivo: compreender o que é estrutura agrária significa em outras palavras, entender o papel de um dos condicionantes básicos da produção agrícola (Graziano da Silva, 1982, p.90).

A distribuição da posse da terra altamente concentrada tem como característica fundamental a coexistência do binômio latifúndio-minifúndio. É assim que o latifúndio improdutivo, símbolo do atraso no meio rural brasileiro, serve como reserva de terras agricultáveis às grandes empresas que atuam na agricultura brasileira. Estas terras reservadas são apropriadas por empresas capitalistas quando for viável economicamente expandir a sua monocultura.

A sustentação do argumento anterior se verifica quando na atualidade os setores do agronegócio “moderno” e as suas entidades de classe atuam na defesa intransigente do latifúndio, quando este é ameaçado pela luta dos trabalhadores Sem Terra que exigem o cumprimento da Constituição Federal e a desapropriação das terras que não estão cumprindo a sua *função social*⁵.

A agricultura “atrasada” financiava a sua face mais moderna, bem como, a industrialização nascente. E as tensões sociais do campo foram sendo apaziguadas pelo remanejamento dos pequenos produtores expropriados e dos excedentes populacionais, para a ocupação das *fronteiras agrícolas*⁶, através dos projetos de colonização. Estes “projetos de colonização no Brasil sempre foram pensados politicamente como alternativas a uma alteração na estrutura da propriedade da terra” (Graziano da Silva, 1982, p.118).⁷ Para o autor:

As três fases do desenvolvimento capitalista mencionadas na história moderna da sociedade brasileira podem ser descritas da seguinte maneira: a) fase de eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno (Abertura dos Portos até meados de 1860); b) fase de formação e expansão do capitalismo competitivo (1860 até a década de 1950); c) fase de irrupção do capitalismo monopolista (acentua-se no fim

⁵ Artigo 186 da Constituição Federal de 1988: A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I Aproveitamento racional e adequado; II: utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

⁶ Fronteira Agrícola: é entendida como uma relação social de produção para atender a demanda de alimentos e matérias-primas do modelo agrícola, ela também representa uma orientação dos fluxos migratórios das populações rurais, bem como a “válvula de escape” das tensões sociais do campo. (Graziano da Silva, 1982, p.118)

⁷ Sobre as tensões sociais e conflito no campo ver discussão a posteriori.

da década de 1950 e adquire caráter estrutural na “Revolução de 1964” (Fernandes, 2005, p.263)

A partir da fundamentação até agora apresentada é possível depreender que: como não é possível o modelo europeu manter os seus padrões de consumo sem a periferia -*África ou América Latina*- também não é possível manter o desenvolvimento de São Paulo sem a região Nordeste. Florestan Fernandes (2005) argumenta que assim como a batida do coração repercute na veia mais distante, a periferia pulsa no ritmo das necessidades da acumulação de capital das economias centrais subjugadas ao capitalismo internacional via as multinacionais.

Caio Prado⁸, nos fornece subsídios para compreendermos esta aparente contradição quando afirma que as sobrevivências pré-capitalistas nas relações de trabalho da agropecuária brasileira, longe de gerarem obstáculos e contradições opostas ao desenvolvimento capitalista, têm pelo contrário contribuído para ele.

Se observarmos o contexto do final do século XX, em tempos neoliberais - em que pese os avanços obtidos com a legislação da constituição de 1988, com a luta de diversos movimentos de direitos humanos e com o repúdio internacional às formas degradantes e precarizadas de trabalho - o trabalho análogo ao de escravo continua ocupando manchetes e páginas dos jornais:

(...) A pecuária, a produção de carvão vegetal para o beneficiamento de minério de ferro e a construção civil são os setores da economia dos quais o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mais resgatou trabalhadores em condições análogas às de escravo durante o ano de 2012. (...) de acordo com dados do Ministério da Agricultura, a pecuária apresenta casos de trabalho escravo normalmente associados ao desmatamento ilícito na Amazônia Legal. Normalmente as vítimas resgatadas são empregadas na abertura de pastos para a criação de gado, na aplicação de agrotóxicos para o terreno ou então na construção de cercas. A madeira recolhida a partir da derrubada das matas para abrir pastagens aos animais, por sua vez, serve como base para a produção de carvão vegetal que, com frequência, é usado na cadeia produtiva do beneficiamento de minério de ferro. Em fiscalização ocorrida no fim de 2012, um grupo de 150 trabalhadores foi resgatado de duas carvoarias que estariam fornecendo para indústrias siderúrgicas no pólo de Marabá, no Pará. (Zocchio, 2013)⁹

Graziano da Silva (1982) argumenta que; persiste na dinâmica da reprodução do capitalismo monopolista na agricultura brasileira, a articulação do “moderno” com o “atrasado”, portanto não pressupõe e nem necessita, *a priori* da destruição total das “formas não especificamente capitalistas”. Quando observamos por traz dos números de lucratividade e de progresso do agronegócio as formas de exploração do trabalho chegamos à constatação,

⁸ Sobre a obra de Caio Prado Junior ver: Carlos Nelson Coutinho, *Cultura e Sociedade no Brasil: Ensaio Sobre Ideias e Formas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

⁹ <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/520650-pecuaria-lidera-ranking-de-escravidao-em-2012>.

de que este é o exemplo da articulação do moderno e do arcaico, ou seja, da Modernização Conservadora.

1.3 Apontamentos sobre a Modernização Conservadora e a Modernização da Agricultura

1.3.1 O Conceito

O conceito de Modernização Conservadora foi utilizado primeiramente pelo autor Barrington Moore Junior (1975) para explicar o processo de transição das sociedades agrárias para sociedades industriais, o autor traz como exemplo o caso do Japão e da Alemanha.

Em resumo seria a ascensão da aristocracia agrária proprietária de terras em coligação com os interesses comerciais e industriais emergentes. Segundo o autor, Marx e Engels também trouxeram elementos sobre esta questão, em que:

uma classe comercial e industrial demasiado fraca e dependente para tomar o poder e governar de seu direito próprio se lança nos braços da aristocracia proprietária e da burocracia real, trocando o direito de governar pelo direito de ganhar dinheiro (Moore Jr., 1975, p.503).

Realiza-se uma transição via a rota capitalista reacionária, vinda de cima - toma o governo e lança uma versão conservadora da modernização - executada com um mínimo de violência, sem um movimento revolucionário popular, estes por sua vez são desencaminhados e esmagados. Erguem-se basicamente governos autoritários com certas características democráticas como um limitado parlamento, por exemplo, que desmantelam o sistema feudal e o substituiu por grande parte da estrutura básica de uma sociedade moderna, mesmo deixando de pé muitas das suas estruturas originais. Nas palavras do autor, o governo tinha de se distanciar das classes inferiores.

Em primeiro lugar, é necessária uma chefia muito hábil para arrastar os elementos reacionários menos perceptivos, concentrados entre as classes superiores proprietárias, embora não forçosamente a elas confinados...; De modo semelhante, os governantes devem poder usar ou construir uma máquina burocrática suficientemente poderosa, incluindo instituições de repressão, os militares e a polícia ...; para se libertarem da influência, na sociedade, de pressões extremas reacionárias e populares ou radicais...; No conjunto, um governo conservador forte tem vantagens nítidas. Pode ocupar-se que as classes inferiores, que pagam os custos de todas as formas de modernização, não causem muitos problemas...; A única saída desse dilema era o militarismo que uniu as classes superiores (Moore Jr, 1975, p.507-08)

Como medidas adotadas por esta forma de transição extraídas desta conceituação estão: a racionalização da política e o estabelecimento de um governo centralizado com uma máquina militar suficientemente poderosa, a fabricação de cidadãos através de um sistema

nacional de educação, a disseminação/criação de um inimigo estrangeiro e a aparição de chefes políticos notáveis. Moore Jr aponta algumas ações do Estado naquele período:

O Estado auxiliou a construção industrial de diversos modos importantes. Serviu de motor de acumulação do capitalismo primário, compilando recursos e dirigindo-os para a construção de fábricas. Dominando a mão-de-obra, também desempenhou um papel importante, de modo algum inteiramente repressivo. Os armamentos constituíram um importante estímulo para a indústria. O mesmo sucedeu com as políticas de tarifas aduaneiras protecionistas (Moore Jr, 1975, p. 507).

Aplicando o conceito ao Brasil, verificaremos muitas similitudes com a explicação dada pelo autor aos países do Japão e Alemanha. Partiremos então deste conceito para analisarmos os anos 1950 e 1960 no Brasil, período este em que aqui se estabeleciam as bases de uma sociedade urbana/industrial. A urbanização e a industrialização, como afirmamos anteriormente, são marcas da sociedade capitalista. Este período marca a irrupção do capitalismo monopolista em nosso país, que para Florestan Fernandes representou o aumento da drenagem de populações do campo para as grandes cidades e as metrópoles:

Dada a resistência à reforma agrária e a relutância em universalizar as relações de mercado no campo, incluindo dentro delas, de maneira sistemática, todas as formas de trabalho rural, são evidentes o significado e as implicações da nova transformação capitalista para o mundo agrário brasileiro. (Fernandes, 2005, p.325)

As alterações produzidas pelo novo padrão de desenvolvimento capitalista introduzem mudanças na consciência, na luta de classes e na solidariedade das classes operárias. É nesse período que se expressam as possibilidades de lutas e de resistências. É o cenário do nacional-desenvolvimentismo; é o período que o moderno se propunha contra o Brasil arcaico; é o tempo da possibilidade do desenvolvimento e da modernização no Brasil. De acordo com Florestan Fernandes;

pela primeira vez na história do capitalismo no Brasil, os assalariados, em geral, e as classes operárias, em particular, deixaram de ser meros instrumentos e vítimas-mudas e passivas do desenvolvimento capitalista (Fernandes, 2005, p. 328).

No cenário econômico geral, esta década de 1950-1960 foi o auge do modelo de industrialização que começara nos anos 30 - modelo de industrialização que tornou o país urbano e industrial, após deslocar o eixo de acumulação do campo para a indústria com forte intervenção estatal. O Estado, de um lado, atende aos interesses do capital e, de outro, parcelas mínimas das reivindicações da classe trabalhadora.

O governo e o Estado com seus aparatos legalmente constituídos reprimiam os comunistas, mas incorporavam parte de suas reivindicações. Isso foi uma constante na história do Brasil. Inúmeras vezes o Estado e os governos reprimiram as organizações da cidade e do

campo, mas concederam, em partes, direitos sociais ou políticos às massas trabalhadoras, na intenção de evitar conflitos e maiores conquistas deste setor.

No pós II Guerra, período do desenvolvimentismo, a partir das propostas de Modernização Conservadora, o plano de metas do governo Juscelino Kubitschek propunha um crescimento de *50 anos em 5*, lema de sua campanha e governo. Em um contexto histórico de grande complexidade, que teve, dentre outros fenômenos sociais, o surgimento do movimento estudantil e das ligas camponesas, o suicídio de Vargas em 1954, a renúncia de Jânio Quadros em 1961, o golpe civil e militar em 1964, observam-se grandes dificuldades de consenso em torno de um projeto nacional.

A passagem dos anos 1950 e 1960 revelaram tempos de euforia desenvolvimentista, de acelerada politização da sociedade, de amplos debates sobre a eficácia revolucionária da arte, de explosões de reivindicações dos trabalhadores, de sonhos como o de Sierra Maestra que nos livrasse do imperialismo, do latifúndio e da miséria. A política brasileira não se limitava ao parlamento, deixada de ser privilégio das elites para penetrar no universo do trabalhador - urbano e rural, do estudante, do padre, do intelectual, do militar e do homem comum (Oliveira, 2003, p.14).

Havia uma efervescência de lutas no mundo inteiro, era o apogeu do movimento estudantil, amplas lutas e novos atores sociais, atuação do movimento negro nos EUA, ascensão do movimento operário na Europa, lutas de libertação nacional na Argélia e Vietnam, entre outras. O anti-imperialismo também estava presente na América Latina e os ideais de uma sociedade socialista era bastante presente nos corações e mentes dos revolucionários mais aguerridos. Nos centros urbanos surgiam movimentos constituídos por trabalhadores do meio urbano e oriundo do meio rural que não se submetiam às precárias condições de trabalho.

Este período foi marcado por uma forte disputa de projetos e pela intensificação das lutas de classes onde operários e camponeses se encontravam. O embate entre as forças populares e o braço antidemocrático do país, desencadeou o surgimento e a potencialidade do movimento operário que ficou conhecido pelas greves, a resistência dos movimentos sociais urbanos e do movimento estudantil.

As reformas de base apresentadas pelo programa de governo de João Goulart eram reformas distributivas e de abrangência nacional, o pacto federativo que havia se estabelecido em 1930 e que garantia a unidade nacional estava no ápice. Para Jacob Gorender (1974), o período pré-64 foi o mais avançado da nossa sociedade, um período pré-revolucionário poderia acontecer uma revolução “de baixo para cima”.

Mas, em discordância à análise anterior, Florestan argumenta que não se vivia uma situação pré-revolucionária:

A adaptação da dominação burguesa às condições históricas emergentes, impostas pela industrialização intensiva, pela metropolização dos grandes centros humanos e pela eclosão do capitalismo monopolista, processou-se mediante a multiplicação e a exacerbação de conflitos e de antagonismos sociais, que desgastavam, enfraqueciam cronicamente ou punham em risco o poder burguês. Nunca chegou a existir uma situação pré-revolucionária tipicamente fundada na rebelião antiburguesa das classes assalariadas e destituídas. No entanto, a situação existente era *potencialmente pré-revolucionária*, devido ao grau de desagregação, de desarticulação e de desorientação da própria dominação burguesa, exposta ininterruptamente, da segunda década do século à “revolução institucional” de 1964, a um constante processo de erosão intestinal (Fernandes, 2005, p.374-5 *grifos no original*).

Assim, pode-se dizer que o golpe militar foi um golpe preventivo, uma “Contra-Revolução Burguesa” - usando a denominação de Florestan Fernandes. Para o autor de “A Revolução Burguesa no Brasil” (2005) a ditadura burguesa foi produto, resultado, de uma política preventiva contrarrevolucionária orquestrada de fora, em conjunção com as burguesias internas. Uma contrarrevolução que devia impedir as revoluções, possibilitar a modernização dependente e a defesa intransigente da regeneração dos costumes e da estabilidade da ordem.

A força desta argumentação se insere na sequência de golpes que ocorrem na América Latina após o que ocorrera no Brasil em 1964. Seguiram-se Chile em 1973, Argentina em 1976 e Uruguai em 1973. Somados no conjunto deixaram patente que o movimento autocrático burguês constitui uma alternativa que conta com reforço externo bastante forte e estável. O estilo de transformação política constituiu-se de uma composição civil-militar, com atuação militar direta no gerenciamento das ações. O golpe destaca a articulação das classes dominantes do país em torno de um objetivo primordial;

(...) o de consolidar a dominação burguesa (em nome da defesa do *sistema da iniciativa privada* e do monopólio do poder pelos “setores esclarecidos” das classes dominantes) (...) A reorganização do Estado, a concentração e a militarização do poder político estatal, bem como a reorientação política econômica sob a égide do Estado, foram a mola mestra de todo o processo de “recuperação” e de volta à “normalidade” (...) é o que significou a passagem do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista: uma nova forma de submissão ao imperialismo (Fernandes, 2005, p. 256-7)

Denis de Moraes (2011), em “*A esquerda e o golpe de 64*”, argumenta que a esquerda brasileira não soube entender João Goulart, além de estar dividida, sem projeto e sem capacidade de se antever aos problemas. Assim como em outros períodos já descritos, a burguesia não queria as reformas, não queria a ampliação da participação popular.

O Estado assumiu a função de primeiro repassar renda da sociedade para os monopólios e, em segundo, de mediar conflitos setoriais e intersetoriais, sempre em benefício dos interesses imperialistas. Com a ditadura civil-militar que se instaura em 1964 o Brasil

viveu um processo de modernização conservadora que teve como característica a industrialização, a urbanização acelerada e a modernização do Estado brasileiro, inclusive com expansão de políticas sociais centralizadas nacionalmente.

A burguesia reagira de maneira predominantemente reacionária, conservadora e antidemocrática.

O elemento ou dimensão humana do trabalho bem como a “paz social” são figuras de retórica, de explícita mistificação burguesa, e quando precisam ir além disso, o mandonismo e o paternalismo tradicionalistas cedem seu lugar à repressão policial e à dissuasão político-militar (Fernandes,2005, p.233)

Segundo José Paulo Netto, os setores burgueses resolveram seus dilemas deslocando-se para o campo da antidemocracia:

Tal deslocamento, como ocorreu em Abril de 1964, implicou, em relação ao passado recente da formação social brasileira, um movimento simultaneamente de continuidade e ruptura. A continuidade expressa-se no resgate, que já indicamos, das *piores* tradições de nossa sociedade – a heteronomia e a exclusão, bem como as soluções “pelo alto” -; consiste, especialmente, no reforçamento do papel peculiar do Estado, que se situa como espaço privilegiado para o trânsito e o confronto dos interesses econômicos-sociais em enfrentamento. (Netto, 2009, p.29)

Este Estado antinacional - *a heteronomia* - e antidemocrático - *privação das mobilizações e das organizações* - foi o elemento coesionador da autocracia burguesa e cumpriu um papel importante de, como já descrito, lançar-se num vasto programa de construção e melhoramento da infraestrutura de rodovias, produção de energia elétrica, armazenagem, solos, portos, etc. Estes elementos configuram o quadro novo do regime autocrático burguês: nosso país se tornava industrializado, mas a reboque dos países centrais.

O Estado autocrático burguês foi um instrumento essencial para induzir a concentração e a centralização capitalistas, promovendo a emergência da oligarquia financeira e efetivando a integração entre os aparatos monopolistas e as instâncias estatais (Netto, 2009, p. 43)

1.3.2 A Modernização

Como proposta de desenvolvimento para o país apontou-se um processo de Modernização Conservadora, que no geral significa a penetração de elementos urbanos industriais, portanto, capitalistas, na sociedade; processo este promovido sem e contra o povo, mas, no qual o Estado cumpre um papel importante. As linhas prioritárias deste modelo de modernização eram conduzidas a partir dos interesses dos monopólios, do capital estrangeiro e dos grandes grupos nacionais.

No campo, a acepção em que tomamos o conceito Modernização Conservadora, denota o processo de transformação da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira (Graziano Neto, 1985; p. 27). O termo expressa os avanços e a

recusa às mudanças fundamentais na forma da propriedade e no uso da terra. Como podemos verificar na abordagem de José Paulo Netto;

No campo, porém, o fenômeno mais importante, nos anos do “milagre econômico”, foi a rápida expansão e consolidação do capitalismo: é neste período que as relações capitalistas dominam a realidade agrária, agrícola e agropecuária sem destruir as formas pré-capitalistas da grande propriedade fundiária, mas, ao contrário, subordinando-as à sua dinâmica; este processo de *refuncionalização do latifúndio* levou a que especialistas o denominassem “Modernização Conservadora”, posto que conservou o *monopólio oligárquico da terra* – a questão central da reforma agrária foi deslocada pelos *projetos de colonização*, com a criação do *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA* (1970) (Netto, 2014, p.149).

A função dos camponeses durante este período de desenvolvimento da industrialização dependente era a de disponibilizar: alimentos baratos para a classe operária em formação e mão de obra barata para a indústria nascente. Pressionavam para baixo o salário industrial através do preço baixo dos alimentos e da disponibilidade de mão-de-obra. O êxodo rural tornou-se assim uma consequência necessária para a expansão da lógica capitalista. Outra função destinada aos camponeses foi o fornecimento de matérias-primas para o setor industrial, como por exemplo, a lenha. Segundo Graziano da Silva (1982), é fundamental entender que esse processo de modernização do setor agrícola brasileiro foi;

suscitado exatamente pelas transformações dos grandes capitais que operam na própria agricultura: do latifúndio que se transforma em empresa; do prestador usurário que se institucionaliza nos bancos e no sistema financeiro em geral; no comerciante que se transforma nas redes oficiais de intermediação (como as Ceasas) e nas cooperativas etc. Para as unidades camponesas, essas transformações operavam no sentido de torná-las cada vez mais dependentes do mercado(...) o “novo camponês” que aí surge não é apenas o antigo, revestido de novas características e funções que o colocam como uma peça integrada ao circuito global da acumulação capitalista. Longe de ser apenas um personagem travestido, ele ganha novas determinações e gera também novas ambigüidades e contradições que, mais que tudo, legam-lhe importantes e novos papéis políticos (Graziano da Silva, 1982, p.13).

O projeto da economia modernizante-conservadora para o campo no período da ditadura civil-militar -1964-1985 demonstra que:

A história econômica brasileira do período militar revelou um processo concreto de articulação do grande capital agroindustrial, do sistema do crédito público à agricultura brasileira e à agroindústria e da propriedade fundiária, para estruturar uma estratégia econômica e política de modernização conservadora da agricultura. Esse processo, do ponto de vista da acumulação de capital, tem um caráter de um pacto da economia política¹⁰, em sua acepção clássica, e é fundamentado na

¹⁰ Guilherme Delgado explica o novo pacto da economia política como a articulação público privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais, perseguindo lucro e renda da terra. (Delgado, 2013, p.109).

organização de interesses hegemônicos de classes sociais no interior do aparelho do Estado (Delgado, 2012, p.91)

Este processo atingira fortemente o campo, dinamizando a ampliação da burguesia rural, reconcentrando a propriedade, arruinando o campesinato tradicional e integrado, sem eliminar o latifúndio. Conforme explica Mendonça:

Além de colonizar fronteiras em favor do grande capital, nacional e estrangeiro, a política de “modernização” da agricultura perpetrada pelos governos militares a partir dos anos 1960 pautou-se por outro aspecto essencial: a farta concessão de créditos e subsídios estatais, seletivamente direcionados para a agricultura patronal, de modo a disseminar tecnologia e privilegiar produtos destinados à exportação ou vinculados a programas energéticos – como o Programa Nacional do Alcool (Proálcool), por exemplo, (...) (Mendonça, 2010, p. 49).

A estrutura fundiária brasileira mantém um padrão no tempo e no espaço com um alto grau de concentração e desigualdade da propriedade da terra.

A forma específica do desenvolvimento capitalista no Brasil reafirmou a grande propriedade como um dos seus baluartes. Ou seja, a história da agricultura brasileira revela uma sólida aliança entre o capital e a grande propriedade, sendo derrotada qualquer proposta no sentido de democratizar a propriedade da terra (Graziano da Silva, 1982, p.36)

Montou-se um sistema de política agrícola voltada para a desoneração dos riscos produtivos, de incentivo à integração técnica agricultura-indústria e ao mesmo tempo, manteve-se o pacto agrário do setor dominante. A velha propriedade rural conservando sua grande dimensão vai se tornando progressivamente empresa agrária capitalista, mas no quadro de manutenção de formas de trabalho fundadas na coerção extra-econômica. Segundo Graziano da Silva:

o capital industrial e financeiro subordinou a agricultura a seus interesses, convertendo-a num campo a mais para a inversão de capital, sem que tivesse conseguido transformá-la inteiramente num ramo da indústria (...) a forma particular que assume o desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira importa não em transformar diretamente toda a produção, mas em se aproveitar das condições mais propícias para sua expansão, necessitando constantemente do amparo do Estado para efetivar tal transformação, mesmo que de maneira lenta e desigual (Graziano da Silva, 1982, p. 11).

O modelo agrícola trouxe um pacote tecnológico para se aplicar ao campo denominado de “revolução verde”, consistia em um conjunto de técnicas que reunidas deviam ser recomendadas aos produtores rurais como mecanismo para aumentar a sua produtividade agrícola – estas tecnologias impostas eram oriundas da Revolução Industrial pós II guerra - acrescido de outros fatores tecnológicos de última geração. Este pacote foi disseminado a partir da segunda metade do século XX na agricultura dos países ditos subdesenvolvidos.

A “revolução verde” basicamente é a combinação de variedades de sementes melhoradas e matrizes de alto rendimento (híbridas, para estabelecer a dependência dos

agricultores em comprar sementes em todas as safras), no uso de adubos químicos e “defensivos agrícolas” – agrotóxicos, venenos - de maneira geral herbicidas, fungicidas, inseticidas, nematocidas, etc. e na irrigação intensiva e mecanização nas grandes propriedades.

Neste mesmo período o Congresso Norte Americano e o programa do USDA (Departamento de Agricultura dos EUA) resolvem apoiar a criação do sistema EMATER¹¹ e EMBRAPA¹² para adequação e difusão da tecnologia da “revolução verde” no Brasil.

Assim, as sementes são produzidas para serem cultivadas em grande escala e em monocultura, da mesma forma que os herbicidas, os fungicidas, os inseticidas, os adubos químicos e as máquinas agrícolas. A grande indústria desses produtos - as maiores transnacionais ligadas à agropecuária – se mantém hegemônicas devido ao monopólio da produção e da venda.

Outro modelo agrícola que se diferencie dessa lógica, quando não é incorporado pelo modelo de produção aqui estabelecido, que produz em escala menor, que trabalha a diversidade de culturas, que utiliza a adubação orgânica e inseticida natural, etc., não serve ao capitalismo dependente subordinado aos países centrais. A terra concentrada garante a reprodução da lógica capitalista aqui estabelecida subordinada e dependente. Afirma Graziano da Silva:

As políticas de estímulo à modernização não atingiram as pequenas unidades agrícolas, especialmente as que se dedicam à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Dada a persistência de um padrão de distribuição da renda altamente concentrada no setor urbano, a maior parte da população desse setor se caracteriza por possuir um baixo poder aquisitivo. Assim, o estímulo que o crescimento urbano-industrial deveria proporcionar às áreas rurais através do mecanismo de preços (aumento da demanda – aumento do preço - aumento da oferta) não atinge o objetivo de dinamizar as áreas produtivas de alimentos básicos: o preço desses gêneros não pode subir sem que se elevem os níveis reais de salários mais baixos, fonte de renda da grande maioria da população urbana (Graziano da Silva, 1982, p. 31).

Esta política de crédito favoreceu a capitalização da grande propriedade. Para Mendonça (2010) o processo de modernização conservadora no campo levou a redefinição dos papéis desempenhados pelo Estado em sentido estrito, mediante a concessão de créditos subsidiados, a intocabilidade da estrutura fundiária e os incentivos fiscais dados às atividades agropecuárias e conexas. Foi resultante desta intervenção no campo, a expropriação do produtor rural motivada pela mecanização, a ruptura de relações sociais tradicionais, a emergência de novas posições sociais, novos personagens e novos interesses da classe dirigente.

¹¹ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER

¹² Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura através da sua modernização conservadora concentrou-se regional e socialmente em algumas regiões do país como o sudeste e o sul do país em detrimento do nordeste e da região amazônica, por exemplo. Para Graziano da Silva (1982) o que se pode ver no campo brasileiro foi uma modernização dolorosa que privilegiou apenas algumas culturas e regiões, apenas as unidades produtivas de porte médio e grande, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vingou-se pelo amparo do Estado, através da política de créditos que capitalizaram as grandes propriedades. Boa parte destes recursos foi investida na compra de mais terras que se transformaram em reservas de valor¹³. Para Guilherme Delgado *o mercado de terras e o sistema de crédito rural, ambos sob patrocínio fundamental do Estado, são peças essenciais para possibilitar a estratégia de capital financeiro na agricultura* (Delgado, 2012, p.91).

Graziano da Silva (1982) antecipou sabiamente elementos que marcariam o processo de “modernização dolorosa” - lenta e gradual - da agricultura brasileira, destaca-se entre eles que os aumentos de produtividade continuariam restritos a certas regiões e produtos; que a “modernização” continuaria o seu curso; acompanhada por uma presença cada vez maior de capitais monopolistas controlando a venda de insumos básicos (adubos, sementes melhoradas, defensivos), os meios de produção (máquinas e equipamentos) e a comercialização da produção. Em suma, grandes empreendimentos sustentados em sua maioria pelos subsídios estatais diretos como os incentivos fiscais e indiretos como o crédito rural e as facilidades para abatimentos no imposto de renda.

Delgado nos apresenta uma fidedigna síntese deste processo modernizante e conservador:

Esse estilo de política econômica e de mediação social sustentou-se sob várias condições gerais da economia e da sociedade nesse período. Requereu uma industrialização e urbanização rápidas, demandando mão de obra não especializada. Solicitou construção de um gigantesco aparato fiscal e financeiro regulador da distribuição da renda e da riqueza intralites agrárias, e destas em relação ao empresariado industrial emergente. Apoiou-se na fragilidade social e política da base da pirâmide social em comparecer à esfera pública com demandas próprias e concorrentes àquelas que constituíram o pacto da “modernização conservadora” (Delgado, 2012, p. 20).

A partir dos anos 90, sob a égide do neoliberalismo, se gestou o modelo do agronegócio, que se tornou plenamente vigente a partir dos anos 2000. A primeira década do século XXI é claramente configurada como de inserção primário exportadora no plano internacional, essa inserção primária no comércio exterior vem no sentido de acomodar a

¹³ Esse é o caso das grandes extensões de terras submetidas à especulação imobiliária, dos imóveis “vazios” à espera de valorização dos investimentos em pecuária extensiva e outras formas de reservas de valor.

economia brasileira a uma provedora de produtos agrícolas e minerais na nova divisão internacional do trabalho.

1.4 O Avanço do Neoliberalismo e a Hegemonia do Agronegócio

O neoliberalismo é o regime de acumulação flexível adotado pelo capital num contexto de crise, a crise do capital é essencialmente a queda da taxa de lucro e de superprodução. Este regime foi adotado em seu processo de reestruturação no pós/1973 devido a crise do petróleo e do Welfare States.

O Capital para manter os seus níveis de acumulação e a dominação sobre o mundo do trabalho modifica-se incorporando, é o que podemos observar com a reestruturação produtiva, por exemplo, a indústria fordista teve que se flexibilizar incorporando elementos do toyotismo.

O regime anterior é substituído por uma nova estratégia hegemônica de acumulação e superexploração do trabalho. Para Montaño e Duriguetto (2011), o Neoliberalismo como modelo/projeto de desenvolvimento nos marcos do capitalismo sustenta-se em três pilares fundamentais necessariamente articulados; Primeiro: ofensiva contra o mundo do trabalho e suas formas organizativas e de luta, combate às organizações dos trabalhadores através da repressão e do judiciário ou da criminalização e precarização do emprego e desregulamentação do mundo do trabalho. Segundo: a reestruturação produtiva através da flexibilização da produção adequada ao consumo e fim do trabalho formal – fim da proteção do Estado – terceirização. E o terceiro: a contra reforma no Estado - a partir das orientações de Bretton Wood (FMI, BM, BIRD) - os Estados nacionais são obrigados a fazer “ajustes” e garantir as melhores condições para os capitais estrangeiros - principalmente dos países centrais - exercerem o seu domínio sob a economia periférica.

Nos centros urbanos o processo de reestruturação produtiva se expressou nas mudanças fabris, na urbanização com altas taxas de favelização e desemprego da população trabalhadora, incorporação de novas tecnologias e precarização do trabalho. No campo, as mudanças se expressam também em nível mundial de forma contundente e diferenciada, em acordo com o modelo agroexportador vinculado aos programas de ajustes estruturais do Banco Mundial, ou da nova divisão internacional do trabalho.

A ofensiva neoliberal fazia da imposição dos seus valores, com a conivência dos sucessivos governos pós-ditadura civil-militar, uma precarização sistemática no mundo do trabalho que se expressa através da flexibilização das leis trabalhistas. Esta ofensiva ao

mundo trabalho, tendo como pano de fundo o medo do desemprego, faz com que a classe trabalhadora, não sem resistência, se sujeitasse às péssimas condições de trabalho.

A desespecialização ou, a multifuncionalidade¹⁴ que impõe a todos o fazer de tudo, a empregabilidade que responsabiliza o trabalhador por sua permanência no emprego, as demissões voluntárias nos períodos de queda da taxa de lucro dos capitalistas, as terceirizações que reduzem os direitos sociais, a flexibilização das relações de trabalho que tira direitos sociais do trabalhador/a, etc. são apenas alguns exemplos das mudanças contínuas contra a classe trabalhadora. Montaño e Duriguetto (2011, p.196) apontam que a ofensiva ao mundo do trabalho completa-se com a desregulamentação do mercado de trabalho e a precarização do trabalho e emprego.

É importante destacarmos também que as condições de trabalho, de maneira geral, estão sofrendo reveses dignos de espanto de qualquer um com o mínimo de sensibilidade social. Diariamente vemos denúncias como: crianças sendo exploradas nas carvoarias, da existência de sobrecargas de trabalho - acima das 12 horas diárias, de doenças decorrentes dos trabalhos e esforços repetitivos, do duplo emprego para poder garantir a entrada necessária de recursos a sobrevivência da família, da baixa remuneração pelo trabalho executado, entre outros. É alarmante, por exemplo, a situação dos bolivianos que são trazidos para São Paulo, por exemplo, e são obrigados a trabalhar em regime de semi-escravidão nas empresas de tecelagens que destinam-se a confecção de roupas de grife. São ameaçados diariamente de morte e de serem deportados por não terem o visto de entrada legal no país.

Se, na fase anterior, em âmbito geral, o Estado intervencionista idealizado por Keynes, para salvar o capitalismo devia aumentar os gastos público estatal, emitir maior quantidade de dinheiro, aumentar a tributação e reduzir a taxa de juros - visando ampliar o consumo, etc., no período neoliberal que se configurou a partir da grande crise de 1973 aos dias atuais, os liberais recolocaram a falsa necessidade de um estado mínimo. Ao Estado, em seu novo papel, coube a função de privatizar os setores rentáveis, salvar os monopólios falidos, pagar altos juros para os rentistas, levar a cabo a abertura comercial, financiar o novo modelo com créditos subsidiados, etc., sem abrir mão de sua função coercitiva.

Nessa direção, uma das funções econômicas do Estado passou a ser a de garantir condições mais atrativas aos investimentos estrangeiros (...) a) a segurança das instituições (mediante a estabilidade e previsibilidade do cenário político do país no qual ocorre investimento, procurando diminuir e controlar a conflitividade social a partir das ações de combate a sindicatos, movimentos sociais trabalhistas e contestatórios, e a repressão e criminalização da pobreza); b) a infraestrutura (custeada pelos Estados nacionais, estimula-se o investimento privado mediante

¹⁴ Fazemos o uso do termo multifuncionalidade para fazer referência a execução de diversas práticas repetitivas no trabalho, não significa portanto, uma qualificação amplificada.

criação de subsídios e incentivos fiscais); c) privatização e desnacionalização de empresas públicas (a transferência para o capital privado transnacional do controle de empresas públicas, criando assim áreas produtivas que, longe de terem um mercado saturado de bens ou serviços, apresentam uma enorme e crescente demanda, levando a um superfaturamento e diminuindo os efeitos da crise de superprodução e superacumulação);d) a redução e restrição do gasto público-social (diminuindo o gasto em políticas sociais, privatizando a seguridade social, a assistência, a previdência e a saúde, assim como a educação; e) a desregulamentação das relações de trabalho (salários reduzidos e relações trabalhistas precarizadas e flexíveis; f) a desobrigação, desoneração e remuneração do capital especulativo (criando incentivos fiscais, altas taxas de juros e desregulação dos ingressos e egressos do capital financeiro especulativo no país) (Montaño, Duriguetto, 2011, p. 205-206).

Constatamos historicamente que neste novo reajuste coube ao Brasil, e aos demais países em desenvolvimento, a função de exportarem commodities e matérias primas. Assim, a agricultura brasileira só poder ser compreendida como resultado do desenvolvimento e subdesenvolvimento do capitalismo mundial.

Para Graziano da Silva (1982) a forma lenta e gradual adotada pelo desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira está subordinada ao capital comercial e dependente do amparo do Estado. Esta forma de desenvolvimento ocorre sob a aparência dos “desequilíbrios” regionais que configuram apenas a aparência de contradições do desenvolvimento do capitalismo tardio: em determinadas circunstâncias, essa combinação desigual passa a ser a própria solução engendrada pelo movimento de acumulação. Segundo Mendonça:

A literatura dedicada ao estudo das profundas transformações processadas no campo brasileiro nas quatro últimas décadas enfatiza a conhecida “modernização” da agricultura, calcada no tripé abundância de crédito agrícola/absorção de tecnologia de ponta/integração aos grandes circuitos de comercialização (...) O desenvolvimento do capitalismo no campo, sem qualquer alteração na estrutura fundiária, resultou em efeitos socioeconômicos perversos, dentre eles o aumento da concentração da propriedade, o êxodo rural, a ampliação da taxa de exploração da força de trabalho empregada em atividades agrícolas e o declínio da qualidade de vida da população rural. (Mendonça, 2010, p.25).

A aplicação da política neoliberal no Brasil ocorre sistematicamente durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e simbolicamente a partir do seu Plano de Estabilização Monetária (Plano Real) completa abertura em matéria de atração de capital externo. Guilherme Delgado em sua análise dos efeitos do neoliberalismo no campo aponta que *essa política era ancorada no tripé cambio sobrevalorizado, tarifas ultra mitigada e desregulamentação no campo das políticas de fomento agrícola e industrial isto gerou uma queda generalizada da renda agrícola* (Delgado, 2012, 81).

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, argumenta Delgado (2012) apresentam-se três vetores de orientação político-normativa para as políticas agrícolas-

agrárias: a) “a herança do projeto de “modernização conservadora” do regime civil-militar, b) a tendência neoliberal (livre comércio e Estado mínimo) e c) a versão normativa da Constituição Federal”.

Os anos 90, em função das políticas neoliberais adotadas que promoveram um recuo na expansão capitalista na agricultura com apoio do Estado, deu-se a desvalorização fundiária expressa na queda do preço da terra, queda substancial de recursos públicos ao setor e a queda dos preços das commodities e principalmente dos créditos recebidos pelos produtores rurais. Nesse contexto criaram-se as bases para se “relançar a estratégia do agronegócio reeditando em parte a política de 1983-93, mas em um novo contexto da economia mundial” (Delgado, 2012, p.88).

Este projeto de consolidação do modelo neoliberal remonta e tem como base a “revolução verde” direcionada e disseminada no campo brasileiro durante a modernização da agricultura e o sucesso dessa estratégia é representado hoje pelo avanço do agronegócio na agricultura e a sua hegemonia no campo. Para Sauer (2010), a introdução recente de novas biotecnologias - especialmente de engenharia genética - na produção agropecuária representa um aprofundamento do sistema implantado pela “Revolução Verde”.

Desta feita o agronegócio é introduzido no país como uma aliança entre o capital industrial e financeiro voltada para o meio rural, com forte sustentação e apoio Estatal. Esta relação recíproca tem como objetivo ampliar os lucros e se apropriar do latifúndio atrasado. É imposto a partir de uma política agrícola que pregava a “modernização” do campo como verificamos na análise da década de sessenta e setenta. Com o objetivo de permitir que grandes empresas do capital internacional introduzissem insumos químicos e implementos agrícolas no mercado brasileiro, obtendo grandes lucros e nos tornando dependentes de um “pacote” tecnológico.

Parafraseando Delgado (2012), o agronegócio, na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Compreendendo-o assim, nos desvencilhamos de sua abordagem mistificada, essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob o patrocínio de políticas de Estado.

Em nossa acepção, o uso do termo “agronegócio” no Brasil é utilizado de forma generalizada a partir de uma conotação pluralista independentemente das classes. Segundo Campos (2011), esta generalização tem como base a tradução literal do inglês *agribusiness* que, por sua vez, significa negócios envolvendo produtos agrícolas ou agropecuários. Segundo a autora há também outra tradução, *filière*, termo utilizado pelos economistas franceses para evidenciar o encadeamento das múltiplas atividades, que compõem o sistema agroindustrial.

No Brasil, observa-se a disseminação do termo com ênfase na sua abrangência aos agropecuaristas produtores de alimentos-mercadorias em terras próprias ou arrendadas. Ou ao conjunto dos segmentos produtivos que se articulam direta ou indiretamente com a agricultura moderna.

(...) o emprego do termo “agronegócio” no Brasil ocorre a partir do século XX, quando entidades patronais vinculadas ao setor agrário e agroindustrial, como CNA – Confederação Nacional da Agricultura, OCB- Organização das Cooperativas do Brasil e ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio, passam a difundi-lo entre os associados, no mercado financeiro, nos órgãos governamentais e na mídia. (Hespanhol, 2007 apud Campos, 2011, p.104)

Nesta pesquisa trataremos o termo agronegócio como uma aliança entre capitais com a grande propriedade fundiária e com forte sustentação e apoio Estatal. Um modelo de política econômica para o país com uma estratégia clara de domínio de territórios cada vez mais amplos no interior do país.

Ressaltamos, ainda, que a concepção de território que defendemos aqui é a de um domínio espacial e de controle político sobre o qual atuam os sujeitos sociais em constantes disputas de projetos de ordenamento territorial e de apropriação dos recursos ambientais. Como observa Alentejano:

A concepção de território é um domínio espacial sobre o qual os atores sociais afirmam um controle político, isto é, uma forma de ordenamento territorial que propõe um determinado modo de organização das relações sociais e de apropriação da natureza, sendo assim, uma parcela do espaço sobre a qual incide uma dominação, o que dá a este um caráter eminentemente político (Alentejano, 2014, p.15).

Entendendo o agronegócio como parte da lógica capitalista de produção e do território como espaço definido e delimitado pelas relações de poder, veremos que a incorporação e domínio cada vez mais densos desses espaços territoriais em nosso país são partes constituintes de um mesmo processo de expropriação econômica, social e política. Assim a partir das considerações de Campos o termo agronegócio deve ser compreendido como:

uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um *locus* privilegiado de acumulação capitalista, produzindo, simultaneamente, riqueza para poucos e pobreza para muitos e, por conseguinte, intensificando as múltiplas desigualdades socioespaciais (Campos, 2011, p. 109).

Podemos destacar como características principais do agronegócio no Brasil: a monocultura, a especialização primário-exportadora, que requer a superexploração dos recursos naturais com exportação de “commodities”, desmatamento e queimadas, intensificação do pacote técnico agroquímico - uso intensivo de agrotóxicos, forte

concentração da produção e da propriedade e baixa densidade de incorporação do trabalho humano.

Para que esta estratégia se efetive na prática é necessário desarticular os órgãos públicos de prevenção e fiscalização - como a ANVISA - que não escapam ao crivo de controle político do agronegócio Delgado (2013).

Este modelo de produção agrícola estabelece um conflito direto com a pequena agricultura e os assentamentos rurais, com as suas formas de vida e de cultivo da terra. Ou a incorpora em seu sistema produtivo.

Uma parcela das pequenas unidades produção se caracteriza até hoje como a descreveu Graziano da Silva:

Em seu conjunto, essas formas constituem o que se tem chamado de *pequena produção*: pequenas áreas com baixas rendas, onde a família do produtor direto constitui a unidade básica de produção e consumo, e onde sua reprodução se realiza sob precárias condições. A pequena produção é responsável em nosso país pela grande parcela da produção de alimentos básicos e também de matérias-primas de transformação industrial (Graziano da Silva, 1982, p. 37).

Neste caso o agronegócio avança o seu domínio territorial de forma expansiva – desmatando e se apropriando cada vez mais de terras agricultáveis – e de forma intensiva – com o uso indiscriminado de implementos agrícolas e agroquímicos. Alguns setores da pequena agricultura resistem para permanecer por várias gerações em um pequeno pedaço de terra aonde estabelece vínculos comunitários, práticas coletivas de plantio, colheita e comercialização. Desta forma, esta pequena agricultura de subsistência garante a efetivação do movimento de acumulação do capitalismo produzindo excedentes agrícolas, ou seja, os principais gêneros básicos de alimentação para o mercado. Apesar de estas culturas estarem sendo drasticamente substituídas pelas matérias-primas industriais ou commodities.

No caso das pequenas propriedades que são incorporadas, tornam-se subsumidas a forma de produção e comercialização capitalista, como já se exemplifica no Brasil, operando como um processo produtivo terceirizado do agronegócio, a exemplo dos pequenos produtores de tabaco de Santa Cruz do Sul/RS, entre outros.

Há entre o agronegócio e a pequena agricultura conflitos latentes, desigualdade de renda e de subsídios estatais, marcas das relações de classe desse sistema, ou seja, da exploração capitalista. A lógica de produção do agronegócio é a busca pela rentabilidade do capital investido; e a do pequeno agricultor é a sua produção da qual depende para garantir a sua subsistência e da sua família.

A pequena agricultura, em função da política agrícola e agrária descrita, é reduzida drasticamente cedendo lugar a empresa capitalista voltada para os produtos ditos modernos ou mais precisamente rentáveis. *O desenvolvimento das forças produtivas no campo transforma ou recria a pequena produção através da subordinação da propriedade privada da terra submetida ao controle do capital* (Graziano da Silva, 1982, p.91).

Conforme dados do censo agropecuário de 2006, registrou-se 4.367.902 estabelecimentos familiares que ocupava uma área correspondente a 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada por estabelecimentos agropecuários brasileiros. Segundo o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário – NEAD/MDA;

Estes resultados mostram uma estrutura agrária concentrada no país: os estabelecimentos familiares, apesar de representarem 15,6% do total de estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 há, e dos não familiares, de 309,18ha. (França, Del Grossi, Marques, 2009, p. 20)

Para Delgado (2010), dois fenômenos refletem a magnitude da questão agrária no Brasil: a disponibilidade de terra e a demanda por terra. Segundo o autor, a matriz da moderna questão agrária que representa um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária, são as condições ligadas às estratégias do agronegócio na agricultura brasileira. O agronegócio no Brasil é produto das ações do Estado e de seus governos, é a resultante de um pacto estratégico da economia política.

A articulação público privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais, perseguindo lucro e renda da terra, constitui aquilo que denomino novo pacto da economia política do agronegócio (Delgado, 2013, p.109).

A partir de 1990 a política neoliberal adotada pelo governo brasileiro de abertura comercial ao exterior, levou à queda generalizada da renda agrícola provocando a desvalorização do preço da terra. Este poderia ter sido o momento para a execução de uma política de reforma agrária, pois, ao baratear o custo da terra, teoricamente criam-se condições facilitadoras à sua incorporação para fins de reforma agrária, mas não foi o que ocorreria.

O estágio de desenvolvimento do capitalismo não necessita da adoção da política de Reforma Agrária clássica realizada em outros países desenvolvidos. No Brasil o sistema capitalista incorpora o latifúndio que nunca foi superado - até mesmo quando alguns setores da indústria o consideravam um entrave ao desenvolvimento – ele se atualizou e se transformou em uma reserva de valor fundamental à lógica do agronegócio. Nesta fase atual a

Reforma Agrária e as mudanças na estrutura fundiária além de não serem aplicadas ao Brasil desapareceram da pauta política do Estado e também de forma geral da sociedade brasileira.

O paradigma tecnológico desse atual estágio do capitalismo no campo precisa necessariamente ampliar seus lucros através de grandes empresas capitalistas do setor agroalimentar e florestal na aquisição e arrendamento de terras.

O Brasil se insere na divisão internacional do trabalho, assim como os demais países da América Latina, como exportador de matérias-primas notadamente em proteínas vegetal e animal para os países da Europa, Estados Unidos, China, etc. É latente a crescente perda de autonomia nacional e de territórios agricultáveis para as empresas multinacionais.

Capítulo II: O Poder de Dominação de Classe: Imagem Moderna de uma Atuação Conservadora

2.1 O Moderno e o Arcaico

Com a emergência do capitalismo monopolista no País após 1960, as mudanças que aqui se processavam vinham camufladas das terminologias progresso e modernidade. O capitalismo monopolista eclodiu em nossa economia periférica impondo o “novo”, mas conservando muitos dos elementos “velhos” que aqui já estavam estabelecidos. Aqui se insere de maneira cruel e perversa a dinâmica capitalista que produz o desenvolvimento desigual e o conflito secular entre o capital e o trabalho.

O capitalismo monopolista não eclode nas economias periféricas rompendo o seu próprio caminho, como uma força interna irreprimível que destrói estruturas econômicas arcaicas ou simplesmente obsoletas, dimensionando e reciclando o que deveria ser preservado e forjando suas próprias estruturas econômicas ou extra-econômicas. Vindo de fora, ele se superpõe, como o *supermoderno* ou o *atual*, ao que vinha de antes, ou seja, o “moderno”, o “antigo” e o “arcaico”, aos quais nem sempre pode destruir e, com frequência, precisa conservar (...) para aninhar-se e crescer nas economias periféricas esse padrão de desenvolvimento capitalista tem de satelitizar formas econômicas variavelmente “modernas”, “antigas” e “arcaicas”, que persistiram ao desenvolvimento anterior da economia competitiva, do mercado capitalista da fase neocolonial e da economia colonial. Tais formas operam, em relação ao desenvolvimento capitalista-monopolista, como fontes de acumulação originária de capital (Fernandes, 2005, p. 314-15)

Historicamente as classes sociais no ato de produzir e de se reproduzir criam também as condições objetivas e subjetivas de sua existência as suas relações de sociabilidade vão se forjando cada momento ou situação histórica. Isto também ocorre com os organismos e entidades de classe que a cada transformação social se metamorfoseia em “novos” instrumentos de direção moral e intelectual responsáveis pela organização e difusão da sociabilidade da classe dominante.

No campo brasileiro identificamos estas mudanças a partir da análise das transformações na agricultura, assim como das suas entidades de representação patronal ou de classe. No âmbito do capitalismo monopolista a modernização da agricultura trouxe em seu bojo a configuração dos complexos agroindustriais e a integração de capitais, bem como, no campo ideológico, a inserção de uma nova retórica de legitimação que procura projetar a imagem de um patronato rural e agroindustrial liberal e progressista, preocupado com as questões sociais e orientando-se segundo modernos padrões de rentabilidade e competitividade.

As empresas, associações patronais, partidos políticos, Estado, etc., são instituições que organizam e regulam o comportamento e a mentalidade da burguesia. Estes instrumentos atualmente incorporaram em sua eloquência ou discurso temas gerais que abrangem os debates e preocupações nacionais e internacionais como, por exemplo, o desenvolvimento sustentável, a ecologia e a segurança alimentar.

Ao examinarmos historicamente o capitalismo no Brasil e neste processo a modernização do campo, identifica-se que a modernização aqui imposta se insere no limite da dependência e do subdesenvolvimento. A realidade brasileira está marcada pelo subdesenvolvimento, no âmbito do moderno se mantém estruturas e processos socioeconômicos arcaicos, questões superadas em outros países como a questão agrária, por exemplo, aqui no Brasil não foi superada e continua a existir como um problema crônico e latente.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil se, de um lado, revoluciona os modos de produzir e as relações sociais, de outro, carrega o passado e não consegue superar a dependência e o subdesenvolvimento. E a modernização da agricultura não foge a esta regra da presença do moderno e do atraso – um dos paradigmas de nossa sociedade. Do ponto de vista das estruturas sociais e de classe, as modificações impressas com o desenvolvimento agrícola propiciaram, ao nível dos dominantes, a emergência de novos atores e uma grande diversidade interna que, longe de eliminar de vez ou de tornar anacrônica as velhas estruturas e processos, a eles se imbricam, por seu lado, novos sujeitos políticos e novos sistemas de dominação e de legitimidade burguesa vão sendo construídos juntamente com velhos atores e estruturas. (Bruno, 1997, p.4)

Apesar da diversidade que existe entre os proprietários e empresários, tem um elemento coesionador de ambos, a construção de uma identidade social ou uma racionalidade uniformizadora em torno da manutenção do poder e exercício da dominação. Esta identidade e legitimidade de representação das elites agrárias é construída a partir da defesa conjunta de quatro questões: o imperativo de uma ampliação da organização e da representação que lhes possibilite um maior poder de barganha junto ao Estado e a sociedade; a necessidade de construção de um novo discurso político e ideológico; a prioridade na definição de novas estratégias de política agrícola mais favoráveis aos seus interesses e a defesa absoluta do monopólio fundiário (Bruno, 1997).

A retórica das elites agrárias encontra seus fundamentos na realidade da modernização, uma agricultura transformada, integrada à indústria que respondeu às necessidades do capitalismo no Brasil. O desenvolvimento do capitalismo e a forma de modernização que aqui se processou gestaram o latifundiário capitalista, ou a sua travestida forma de empresa rural.

É na tradição que as classes e grupos dominantes no campo elaboram seu discurso ideológico e suas novas práticas políticas (...) Por trás do termo “produtores e empresários rurais” há uma ofensiva política e ideológica sob novas formas de dominação e de exploração burguesa. Ser moderno significa produzir e reproduzir-se numa sociedade onde a agricultura se encontra cada vez mais subordinada às regras do capital e, neste caso, consiste no desafio de seguir os padrões produtivos da agroindústria, penetrando neste universo de custos e lucros estabelecidos em códigos amplamente valorizados e de produtividade, que tudo justifica, inclusive a improdutividade, a especulação e o monopólio da terra (Bruno, 1997, p. 5-6)

Para Regina Bruno (1997), existe uma lógica que orienta a nova retórica das elites agrárias e esta lógica se estabelece a partir da modernização agrícola e da ascensão de um determinado tipo de patronato rural, de uma tentativa de renovação dos mecanismos de legitimação das estruturas de poder dos grandes proprietários de terra e empresários rurais e no intuito de ampliar o direito de propriedade e a sua expansão para além dos limites historicamente estabelecidos.

A forma moderna de produção que se inseriu na agricultura uniu as frações de capital: agrário, industrial e financeiro através da integração de capitais. Desta feita o agronegócio atua diretamente com as indústrias à montante e a jusante – armazenadores, distribuidores, transportadores, comerciais, serviços, entidades financeiras, entre outros.

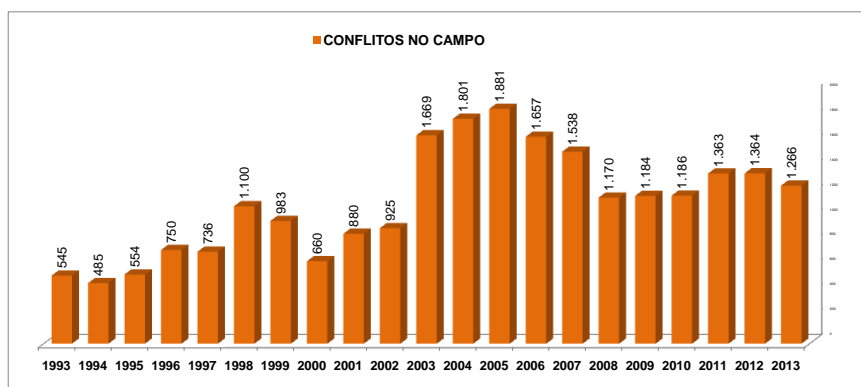
Ao latifúndio improdutivo se sobrepõe agora o termo produtivo, à concentração de terra se sobrepõe atualmente o termo grande lavoura ou monocultivo. O latifúndio deixou de ser o mal da economia e se transformou em reservas permanentes de valor e a produção agroexportadora em salvação para o equilíbrio da balança de pagamentos.

Para Regina Bruno (1997) a lógica de orientação da classe dominante no campo que utilizava o discurso modernizante da necessidade de superação do atraso e de eliminação dos “resíduos feudais” e do subdesenvolvimento. Deram lugar a uma nova ideologia de modernidade no campo, tendo como base os complexos e as cadeias agroindustriais. Empresários e latifundiários, pecuaristas e agricultores, progressistas e conservadores, todos, em uníssono rasgam o verbo e falam em nome da modernização e do progresso. Por trás do fenômeno e das designações modernas tentam dissimular o seu caráter conservador.

(...) As designações latifundiários e empresários são complementares, não opostas, porque ambas inscrevem-se em um mesmo espaço de referências e de significações e ambas englobam a improdutividade e o lucro. Em conjunto, elas instituem uma nova realidade, onde velhas e novas formas de dominação convivem sem maiores escrúpulos; atrás da agroindústria esconde-se o latifundiário; atrás do banqueiro organiza-se a associação de criadores; atrás das sociedades anônimas decidem clãs familiares; atrás do rei da produção flagra-se o pistoleiro. Ou seja, atrás do discurso moderno tenta-se dissimular o conservador (Bruno, 1997, p.11)

Se avançarmos nesta perspectiva de análise não será difícil visualizarmos nos discursos das principais referências do agronegócio no Brasil a defesa da ordem e da modernidade. Mas em suas propriedades vale a unificação e a defesa dos seus interesses através do uso da violência – capangas, milícias privadas são o braço direito do grande proprietário rural. É preciso garantir o patrimônio e o poder expresso na propriedade privada da terra. A lógica coronelística da terra como fonte de riqueza, de prestígio e de poder político, econômico e social se mantém. Ao negar a figura fantasmagórica do coronel ela se revela constantemente na prática e na linguagem cotidiana destes comensais dos valores tradicionais, da pompa e dos privilégios hereditários.

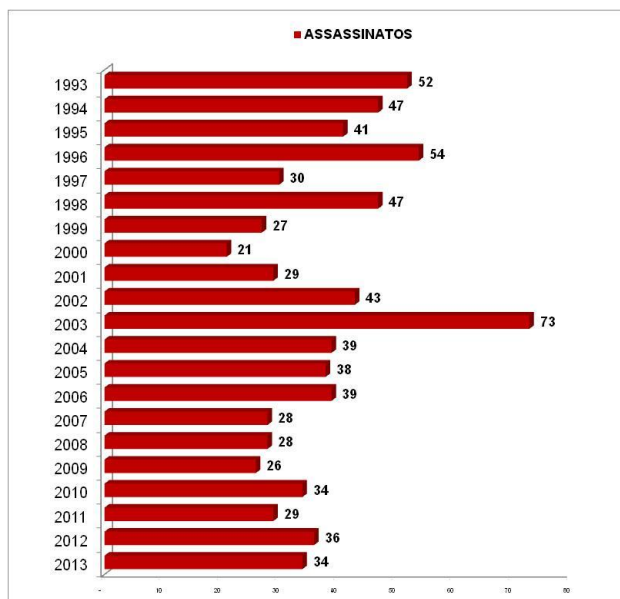
Podemos confirmar a autoridade deste argumento quando analisamos os dados dos conflitos e assassinatos no campo. Eles são a prova empírica da continuidade das formas arcaicas de violência reatualizadas no campo mesmo quando é escamoteada pela disseminação ideológica do agronegócio como símbolo de modernidade e de superação do atraso. Como podemos observar nos dados registrados pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, os conflitos no campo seguem uma curva ascendente até 2007, a partir daí tem uma leve queda, mas estabiliza-se numa média que consideramos muito elevada. A título de ilustração o gráfico abaixo demonstra no ano de criação da ABAG em 1993 o registro de 545 conflitos no campo e em dezembro 2013 o registro de 1.266. O arrefecimento das lutas no último período e consequentemente da redução do número de ocupações de terra explicam esta leve queda a partir de 2007.



Fonte: CPT¹⁵

A forma brutal em que atuam os aparatos de controle do agronegócio em defesa da propriedade privada da terra resulta em mecanismos de controle social e de demonstração de força no campo. É alarmante o número de assassinatos que tiveram conhecimento da sociedade brasileira através do relatório anual da CPT, que demonstramos no gráfico abaixo.

¹⁵ CPT, 2014, acesso 15/11/2014, 11h34min. www.cptnacional.org.br



Fonte: CPT¹⁶

Estes assassinatos representam na prática e na barbárie a recusa da reforma agrária como a superação do atraso e o caminho para uma verdadeira modernização do campo brasileiro. A maioria dos mandantes e assassinos de trabalhadores no campo continuam impunes. São favorecidos pela omissão do Estado, grande responsável pelos crimes e pela cumplicidade em que comungam com os criminosos os representantes da justiça brasileira. Estes mandantes e os seus executores quando não são absolvidos, se beneficiam ao longo do julgamento do direito de responder em liberdade.

Como exemplo do envolvimento de fazendeiros, integrantes das entidades patronais ou de empresas transnacionais no campo poderíamos citar. O caso do “Massacre de Felisburgo” onde o fazendeiro, Adriano Chafik, juntamente com 15 capangas assassinou 05 trabalhadores Sem Terra em Felisburgo - MG em 20 de Novembro de 2004 o mandante, mesmo condenado, continua solto. A área foi considerada devoluta – pertencente ao estado, onde ocorreu um conflito social e crimes ambientais – prerrogativas contidas na constituição para desapropriação, mas mesmo assim não foi desapropriada e as famílias continuam acampadas na eminência de um despejo e a mercê das autoridades e recorrentes ameaças.

O Massacre de Felisburgo aconteceu em 20 de novembro de 2004 no acampamento Terra Prometida, na fazenda Nova Alegria, no município de Felisburgo. Na ocasião, cinco trabalhadores rurais foram assassinados e outras 12 pessoas, entre elas uma criança de 12 anos, ficaram feridas. Além disso, 27 casas e uma escola foram incendiadas. As famílias Sem Terra, vítimas do massacre montaram acampamento na fazenda Nova Alegria em 2002 e já haviam denunciado à Polícia Civil várias ameaças realizadas pelo fazendeiro contra as famílias acampadas. No mesmo ano, 567 dos 1.700 hectares da fazenda foram decretados pelo Instituto de Terras de Minas Gerais (ITER) como terras devolutas, ou seja, área do Estado que deveria ser

¹⁶ *Idem*;

devolvida para as famílias acampadas e transformado em assentamento de Reforma Agrária. Os cinco trabalhadores foram executados com tiros à queima-roupa. O fazendeiro Adriano Chafik, principal réu no caso, confessou ter participado do crime, mas poucos dias depois, conseguiu, por meio de um habeas corpus, o direito de responder ao processo em liberdade. A partir de manobras jurídicas, Chafik conseguiu adiar o julgamento por várias vezes e chegou a ser preso no ano passado, mas foi solto poucos dias depois. Em outubro passado, o fazendeiro foi condenado a 115 anos de prisão como mandante do crime e Washington pegou 97 anos e seis meses. Eles foram beneficiados por uma liminar do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e aguardam recurso em liberdade (MST, 2014)¹⁷

É o caso também do assassinato do agricultor Sem Terra Sebastião Camargo em 07 de Fevereiro de 1998. Neste caso foram condenados pelo crime o ex-presidente da União Democrática Ruralista – UDR, Marcos Prochet, juntamente com o ex-tesoureiro da UDR, e ex-vereador do DEM em Paranavaí Tarcísio Barbosa de Souza – presidente da Comissão Fundiária da Federação de Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), ligada à Confederação Nacional da Agricultura – CNA, Teissin Tina ex-proprietário da Fazenda Boa Sorte e o Osnir Sanches responsável pela constituição da empresa de segurança privada que recruta pistoleiros e executa despejos ilegais. Conforme a matéria:

O agricultor Sebastião Camargo Filho foi assassinado no dia 7 de fevereiro de 1998, aos 65 anos, quando uma milícia privada ligada a ruralistas despejou ilegalmente famílias que estavam acampadas na Fazenda Boa Sorte, na cidade Marilena, noroeste do Paraná. Passados 15 anos no crime, o presidente da UDR à época do assassinato, Marcos Prochet, foi condenado a 15 anos e nove meses de prisão pela morte de Sebastião Camargo, mas aguarda o julgamento de recurso em liberdade. Em novembro de 2012 outras duas pessoas também foram condenadas por participação no assassinato de Sebastião Camargo: Teissin Tina, ex-proprietário da fazenda Boa Sorte, onde o agricultor foi morto, recebeu condenação de seis anos de prisão por homicídio simples; e Osnir Sanches foi condenado a 13 anos de prisão por homicídio qualificado e constituição de empresa de segurança privada, utilizada para recrutar jagunços e executar despejos ilegais. Tarcísio Barbosa de Souza, integrante da UDR, foi denunciado pelo Ministério Público do Estado do Paraná, em 2012, pelo assassinato de Sebastião Camargo, e aguarda julgamento. O Estado Brasileiro também sofreu sanções internacionais na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, por não ter dado garantias mínimas à vida de Sebastião Camargo filho (MST, 2014)¹⁸

No Brasil um caso de destaque envolvendo uma multinacional foi o assassinato do trabalhador Valmir Mota de Oliveira em ação patrocinada pela Multinacional Syngenta no dia 21 de Outubro de 2007 no município de Santa Tereza do Oeste no Paraná. Assim fora relatado o fato ocorrido:

No dia 21 de outubro de 2007, por volta das 14hs, cerca de 40 pistoleiros atacaram o acampamento da Via Campesina no campo de experimento de transgênicos da transnacional Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste (PR). O local havia sido reocupado por cerca de 150 integrantes da Via Campesina e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) pela manhã. Os ocupantes denunciavam a

¹⁷ MST, 2014, acesso 15/11/2014, 11h38min. www.mst.org.br

¹⁸ *Idem*;

realização de experimentos ilegais com milho transgênico em zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu, prática vedada pela Lei de Biossegurança. Além disso, os trabalhadores rurais lutavam para que a área fosse transformada em Centro de Agroecologia e de produção de sementes crioulas para a agricultura familiar camponesa e para a Reforma Agrária. A milícia fortemente armada da NF Segurança invadiu o local disparando tiros em direção às pessoas que ocupavam o espaço. Segundo informações da Via Campesina, a ação teria sido promovida pela Syngenta que utilizava serviços da NF Segurança, em conjunto com a sociedade Rural da Região Oeste (SRO), e o Movimento dos Produtores Rurais (MPR), ligado ao agronegócio. Indícios apontam que a empresa de segurança seria de fachada, e que contratava seguranças de forma ilegal para as operações de ataque. Além de Keno, os atiradores balearam e espancaram Isabel e feriram outros três agricultores (MST, 2014)¹⁹.

Empresas transnacionais apropriam-se de territórios para a realização de experimentos e plantação de commodities como a soja no Brasil, como por exemplo, a *Monsanto* líder mundial na venda de sementes transgênicas e de agrotóxicos, a *Syngenta* e outras líderes do agronegócio. No mundo as empresas transnacionais estão entre as principais responsáveis por graves violações dos direitos humanos, e a responsabilização pelos atos de violação não é de fácil comprovação, pois estas multinacionais se utilizam de empresas terceirizadas para executarem o seu trabalho nos países subordinados.

O desafio apresentado pelas forças populares e pelos organismos nacionais e internacionais construídos para a defesa dos direitos humanos tem sido a tarefa, quase impossível, de responsabilizar estas empresas multinacionais envolvidas nos conflitos pelos atos de violação.

O agronegócio em todas as suas facetas (latifúndio, empresas, milícias) se beneficia da força empregada pelo Estado através do seu aparato coercitivo – polícias e exército - para conter a força mobilizadora dos movimentos sociais. A atuação do Estado em defesa da propriedade privada ocorre através das reintegrações de posse das áreas ocupadas, da criminalização das lideranças e dos movimentos sociais com processos e prisões deliberadas, e no limite da democracia os casos de assassinato de trabalhadores Sem Terra como verificamos nos Massacre de Corumbiara e Eldorado dos Carajás.

O massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996, no Pará. Mil e quinhentos trabalhadores ligados ao MST faziam parte do acampamento da Fazenda Macaxeira e deslocavam-se para Belém para exigir do Inca e do Governo do Estado o cumprimento de um acordo, que previa a desapropriação da fazenda. Após um cerco policial para desobstruir a rodovia, o batalhão comandado pelo Coronel Mário Colares Pantoja avançou disparando e lançando bombas de efeito moral. Com os primeiros disparos, os policiais acertaram o lavrador surdo-mudo Amâncio dos Santos. Muitos sobreviventes acreditam que o número de mortos supere os 19 que foram divulgados. Várias das pessoas que estavam acampadas eram garimpeiros ou vítimas de trabalho escravo, que não tinham vínculo familiar, nem registro. Situação

¹⁹ *Idem;*

favorável para a ocultação de cadáveres. Metade dos mortos foram executados à queima-roupa. Quatro deles receberam tiros na testa a curta distância, depois de rendidos. Os demais apresentavam sinais de terem sido barbaramente espancados antes da execução. Dos 155 policiais que participaram da ação, Mário Pantoja e José Maria de Oliveira, comandantes da operação, foram os únicos condenados. As penas superaram os 150 anos, porém o processo judicial se arrasta após um pedido de apelação. Os dois estão em prisão domiciliar num quartel da PM de Belém, em apartamentos com todas as regalias de oficiais (MST, 2014)²⁰.

Para Regina Bruno (1997) os novos senhores da terra, do capital e da tecnologia, foram formados nas cooperativas empresariais e nas inúmeras associações de produtores que despontaram nos últimos 20 anos. Só em 1980 havia cerca de 300 associações de classe. A concepção de prática política das novas elites agrárias privilegia a diversificação da organização patronal, ao mesmo tempo em que defende a necessidade de um comando único, politicamente homogêneo.

Atualmente os grandes proprietários de terra e empresários rurais se representam através da Frente Parlamentar Ruralista – espaço de representação política; na Frente Agrícola para a Agropecuária Brasileira – espaço de vigilância das leis agrícolas; na União Democrática Ruralista – espaço da violência não-institucional; na Organização das Cooperativas do Brasil – espaço da ideologia do cooperativismo empresarial; na Confederação Nacional da Agricultura – espaço institucionalizado e tradicional; e na Associação Brasileira do Agronegócio – espaço de coesão dos diferentes setores produtivos.

A prioridade da política agrícola visa à total subordinação da política fundiária à política agrícola eliminando a política agrária do seu escopo. Regina Bruno faz a crítica a este discurso que tenta justificar esta exclusão:

não mais existe uma questão agrária no Brasil e a reforma agrária é uma política defasada em relação à nova realidade da agricultura (...). A ociosidade da terra significa apenas um problema de alocação de recursos, cuja responsabilidade recai sobre o Estado. Não existe uma questão agrária no Brasil, porque a propriedade vem cumprindo sua função social e a agricultura ajustou-se, ao longo dos anos, para cumprir a parcela que lhe cabe na economia. Questionar isso, afirmam aquelas elites, seria admitir a completa falência do regime político e da ideologia neoliberal professada por este país (Bruno, 1997, p.22).

A argumentação hegemônica disseminada pelo agronegócio no Brasil é o êxito da agricultura industrial submetida às regras do capital, bem como, a noção de propriedade fundiária como terra-ativo financeiro.

A modernidade apregoada pelo agronegócio realiza-se pelo aprofundamento da exploração em que são submetidos os trabalhadores nas lavouras ditas produtivas. A

²⁰ MST, 2014. 15/11/2014. www.mst.org.br. Matéria publicada dia 20/10/2014

representação do agronegócio através das suas entidades de classe vela as contradições existentes no campo para que na essência se materialize a realização do capital no campo.

A reforma agrária é apresentada pela liderança do agronegócio, Roberto Rodrigues, como uma questão de auxílio social aos excluídos do processo de modernização agrícola, como uma questão de relações de melhores condições de trabalho e de salário, assim tentam escamotear o seu elemento histórico fundamental: a redistribuição fundiária.

Esta argumentação voltada para melhores condições de trabalho cai por terra quando se verifica as consequências do modelo de modernização conservadora e do agronegócio no campo brasileiro. Ambos ao serem aplicados no campo aprofundaram a situação de pauperização do trabalhador rural sem terra e do pequeno agricultor, no seu padrão de vida e de trabalho revela-se a extrema pobreza e violência do processo de expropriação a que estão submetidos. Em algumas regiões do país já é possível identificar um processo de abandono das pequenas propriedades devido à falta de estrutura e de condições de sobrevivência.

Esta lógica de expropriação capitalista pode ser observada a partir da geografia, segundo Alentejano (2014), toda desterritorialização termina em uma nova forma de territorialização, mesmo que na forma mais radical de desterritorialização, como é o caso dos aglomerados de exclusão como os acampamentos de sem terras e de sem tetos, etc. A territorialização do capital no campo expulsa os trabalhadores para ali se instalar e realizar a sua reprodução ampliada através da monocultura da cana, da soja, da pastagem, entre outras. Como afirma Campos (2011);

(...) quando se territorializa o capital, no caso específico os capitais do agronegócio, se territorializa a relação de exploração do capital sobre o trabalho, porque essa é condição precípua do processo de acumulação capitalista. E essa relação se tornou ainda assimétrica com as políticas neoliberais que ampliaram os benefícios para o capital e dificultaram as condições de reprodução da força de trabalho. Essa assimetria se materializa no território com a exclusão social e a pobreza, que também se territorializam (Campos, 2011, p.185)

As relações de trabalho que se estabelecem no campo, entre o empregador e trabalhador mantém e aprofunda um histórico quadro de exploração brutal. As empresas contratantes passam por cima de todos os direitos trabalhistas, normas e leis vigentes. As relações sociais de produção na agricultura brasileira com base no trabalho assalariado temporário revela o desenvolvimento extremamente desigual e a expressiva expropriação que marca a expansão do capitalismo no campo.

A inserção do imenso grupo social na política agrícola não está implícita no funcionamento do mercado ou das funções do Estado. Ao contrário sua exclusão e rejeição pelo capital, sancionada pela política pública, conduzem a uma sistemática e

desumana destruição pessoal e social de seus diversos segmentos, compostos por “bóias-frias”, “posseiros”, “parceiros”, “pequenos proprietários”, comunidades silvícolas, etc., num processo surdo e violento de negação dos direitos humanos fundamentais (Delgado, 2013, p.71).

No setor agrícola destacamos no ranking da exploração do trabalho e violação dos direitos trabalhistas as empresas canavieiras. Estas, por sua vez, estão presentes desde o principio da história do Brasil e mantém historicamente os seus índices de produtividade e lucratividade à custa da exploração da força de trabalho nos canaviais. Escolhemos este tipo de trabalho por ser considerado um dos mais penosos no campo, onde o trabalhador emprega até o limite da sua força e vida para receber um salário por produtividade, onde são obrigados a se exporem às altíssimas temperaturas ou a extensas e desumanas jornadas de trabalho.

O fascículo organizado pela Organização Não Governamental Repórter Brasil em Outubro de 2014: “As condições de trabalho no setor sucroalcooleiro” a partir do seu Programa “escravo nem pensar” revela que o Brasil é o maior produtor de açúcar do Mundo 34 milhões de toneladas/ano, é o segundo maior fabricante de etanol do planeta 27.5 bilhões de litros/ano, com um total de 430 usinas de açúcar e álcool. O setor sucroalcooleiro gera 1,2 milhões de empregos diretos sendo desse total 300 mil cortadores de cana.

A pesquisa é reveladora quando demonstra a média de extração por cortador de cana nos anos de 1960 (02 toneladas dia), 1980 (08 toneladas dia) e atualmente (12 toneladas dia). Assim o ritmo imposto ao trabalhador é de uma competição desigual e desumana com a máquina, o que levou a morte de 2004 á 2009 - por esforço excessivo - 23 cortadores de cana.

Conforme dados da pesquisa entre 2003 e 2013, 10.709 trabalhadores foram resgatados da condição de escravos, por fiscais do governo federal. Entende-se por trabalho escravo, o trabalho forçado sob ameaças e violência física ou psicológica, a jornada exaustiva que coloca em risco a integridade física do trabalhador, as condições degradantes de trabalho com alojamentos precários, falta de equipamentos de proteção e alimentação insalubre bem como a servidão por dívida, fabricação de dívidas ilegais referentes a gasto com transporte, alimentos, ferramentas para “prender” o trabalhador (Repórter Brasil, 2014²¹).

As empresas multinacionais altamente lucrativas mancham de sangue o solo brasileiro. A pesquisa retrata que em Outubro de 2011 fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) resgataram 39 pessoas da lavoura mecanizada de cana - da usina pertencente ao grupo norte-americano Vital Renewable Energy Company (VREC) - submetidos ao regime de

²¹ REPÓRTER BRASIL, www.escravonempensar@reporterbrasil.org.br

escravidão, operadores de colhedoras e motoristas cumpriam até 27 horas seguidas de trabalho. Na usina havia registros de acidentes por esgotamento físico/dormir ao volante.

Figura-se entre as empresas canavieiras fiscalizadas e condenadas pela justiça brasileira uma das associadas da ABAG, a empresa Raízen integrante do grupo brasileiro COSAN e da multinacional Shell.

Em abril de 2014, a Raízen foi condenada em primeira instância pela Vara do Trabalho de São Carlos (SP) a pagar uma indenização de R\$ 7,5 milhões por expor os cortadores de cana a calor excessivo em suas lavouras. A empresa é maior produtora de açúcar e álcool do mundo, formada pelo grupo brasileiro Cosan e pela multinacional Shell. Segundo a decisão, a Raízen não observou as regras contidas na Norma Regulamentadora 15 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que estabelece limites de tolerância para exposição ao calor (Repórter Brasil, 2014).

Aqui fazemos menção a importante dedicação e compromisso com esta problemática as pesquisas realizadas pela professora Maria Aparecida de Moraes Silva da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, que demonstra que a vida útil do cortador de cana é menor que a dos antigos escravos.

Estas pesquisas comprovam que o “desenvolvimento sustentável” e a garantia dos direitos trabalhistas só estão presentes em seus materiais, sites e portfólios de propaganda produzidos pelas entidades orgânicas do agronegócio, quando partimos da essência aonde se realiza a exploração e produção da mais-valia a realidade se revela nua e crua.

A argumentação recorrente dos setores dominantes é a superação da reforma agrária por melhores condições de trabalho no campo, o que as pesquisas demonstraram ser uma falácia. O desenvolvimento para a agricultura segundo a classe dominante no campo esta sendo realizado sem a realização de uma reforma agrária, que para eles já foi superada e ocupa um plano secundário.

Graziano da Silva (1982) discorre que em muitos momentos estes setores utilizaram o discurso que se a Reforma Agrária fosse realmente necessária a mesma já teria sido realizada, pois a estrutura de poder da sociedade não teria sido capaz de barrar tal processo. Para o autor esta é uma falsa questão, porque é o próprio desenvolvimento das forças produtivas que determina, em última instância, a estrutura de poder de uma sociedade; e, no mesmo sentido, são os antagonismos dessa estrutura de poder que direcionam em cada momento histórico o desenvolvimento dessas forças produtivas.

Se num determinado momento as forças que lutavam pela reforma agrária (como rompimento no monopólio da terra, que elimine o latifúndio) foram derrotadas, isso não quer dizer absolutamente que esta não fosse necessária ou não fosse possível. Significa, sim, que aquelas forças foram vencidas, mas é sintomático que em épocas de crise a questão agrária ressurgja, o que significa que o capital não resolveu

definitivamente o problema do acesso à terra para milhares de pessoas que dela dependem para sua sobrevivência (Graziano da Silva, 1982, p.42)

Seguindo a linha argumentativa de Bruno (1997), identificamos que historicamente a proposta de Reforma Agrária que aparece timidamente em alguns momentos das falas dos grandes proprietários de terras e empresários agroindustriais é tratada como uma questão de política agrícola sem relação com a posse e ao uso da terra. Esta concepção de reforma deixa evidente que a questão agrária para este setor não se remete ao instituto de propriedade e sim a medidas diretamente relacionadas a melhores condições de crédito, um maior apoio do Estado à agricultura, colonização, uso de tecnologias modernas, infra-estrutura, educação, política de comercialização, qualificação da mão-de-obra e maior competitividade.

A defesa irrestrita do monopólio da propriedade e a concentração fundiária é o elemento fundante da coesão do conjunto das classes e grupos dominantes no campo. A noção de propriedade e a sua defesa incontestada se apresentam como um mantra presente em vários momentos de nossa história. Nas palavras de Francisco de Oliveira (1977), “A concentração de terras e de propriedades esta em nossa gênese foi a forma mercantil implantada pelo Estado português em sua colônia”. Este processo se acentua com a Lei de Terras de 1850 - a instituição da terra como mercadoria - e também com:

a instauração do complexo latifundiário e do complexo agroindustrial. Antecede e se atualiza lado a lado com a instauração do complexo latifundiário e do complexo agroindustrial. Aparece com nova roupagem, em meio à internacionalização da agricultura, a abertura de mercados, a globalização da economia e as novas imposições da acumulação capitalista (Bruno, 1997, p.35).

A concentração da propriedade da terra representa uma das facetas do desenvolvimento do capitalismo no campo: é, em outras palavras, a centralização do capital mediada pela propriedade da terra (...) os índices de concentração da propriedade e da posse da terra, são importantes indicadores do grau de concentração da renda e da riqueza de uma sociedade (Graziano da Silva, 1982, p.112). Assim um dos maiores representantes da ABAG, Roberto Rodrigues deixa claro em seu discurso no Jornal a Folha de São Paulo em 04 de Agosto de 2007 que a reforma agrária esta ultrapassada, comprovando nossa arguição de que a preocupação principal do agronegócio é a defesa da intocabilidade da terra.

Não há sentido mais em fixar índices de produtividade para desapropriar terras para reforma agrária (...) Não se discute se a reforma agrária é necessária ou não. Mas forçar a barra para arranjar mais terra para isso não parece lógico. Afinal, qual a garantia de que os novos proprietários serão mais produtivos?²²

²² www.folha.uol.com.br, Acesso: 15/02/2015, 18:00.

A ação conjunta da classe dominante no campo em manter intocável a estrutura fundiária, observa Alentejano (2014), intensifica as desigualdades econômicas e sociais existentes no meio rural brasileiro, e freiam a criação de um padrão de desenvolvimento no meio rural pautado pela equidade e a sustentabilidade econômica, social e ambiental em consonância com a diversidade regional.

Para o autor, reordenar o espaço agrário brasileiro através de uma ampla e massiva reforma agrária é o passo primordial para a construção deste novo padrão de desenvolvimento rural – requisito fundamental para a construção de um novo modelo de desenvolvimento para o conjunto do país rompendo com séculos de dependência, miséria e desigualdade. Mas este processo de mudanças jamais será consensual, pois atinge um dos pilares da riqueza e do poder no Brasil.

A discussão do agrário brasileiro como vimos anteriormente e a manutenção da estrutura fundiária do país esta associada a questão da tecnologia. A imagem do agronegócio difundido como “moderno” para o desenvolvimento da agricultura brasileira perpassa a discussão do desenvolvimento da tecnologia, o discurso do progresso da ciência ancorado na necessidade do aumento de produtividade. Esta abordagem superficial escamoteia a lógica que se esconde por trás do marketing e das boas intenções, a manutenção ou ampliação da competitividade do setor agrícola no mercado globalizado, deslocando seu domínio das formas tradicionais de apropriação de matérias-primas e mão de obra barata para o domínio da tecnologia genética.

Para Sauer (2010), no âmbito das vantagens comparativas dos países, o Brasil possui uma vantagem importante no setor de produção e tecnologias agropecuárias, como o Centro de Recursos Genéticos e Biotecnologia da Embrapa detentor de um rico banco de germoplasma (conjunto de espécies e plantas) e do domínio de várias técnicas não só de engenharia genética, mas também de melhoramento convencional de plantas e animais. Essa riqueza, construída com recursos públicos ao longo de mais de 20 anos de investimentos em pesquisas, vem sendo colocada a serviço de interesses e lucros de grandes corporações multinacionais do setor de sementes e agroquímica, seguindo a lógica de privatização do bem comum.

Quando se discute a liberação dos transgênicos no país utilizando-se da autoridade do argumento a “ciência como verdade” ou a “ciência como progresso, como modernidade” elimina-se do campo de discussão princípios fundamentais como a preservação das espécies, o cuidado com a saúde, entre outros. Nesta perspectiva Sauer acrescenta;

apesar do reconhecimento internacional do princípio de *precaução* como regra fundamental do direito internacional relativo à biossegurança, as posições contrárias à liberação dos produtos geneticamente modificados têm sido frequentemente classificadas como retrógradas e como posturas ideológicas sem fundamento científico. Os argumentos pró-liberação dos transgênicos estão calcados em um discurso de isenção da ciência e da tecnologia de qualquer pressuposto político, social ou ideológico e da condição *sine qua non* do desenvolvimento da ciência para o progresso humano. Nos debates sobre as novas liberações, a autoridade científica da CTNBio e mesmo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), por exemplo, é colocada acima de qualquer influência política ou ideológica de grupos ou corporações (Sauer, 2010, p.140).

Esta argumentação de isenção política e ideológica das empresas públicas de pesquisa e de regulação é uma falácia quando comprovamos que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa faz parte da lista das principais associadas à ABAG. Espaço declarado de traçar rumos e estratégias políticas e econômicas para o setor do agronegócio. Assim não causa espanto que a aprovação da Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105, de 24 de Março de 2005) é considerada pelo setor do agronegócio como uma de suas principais conquistas.

Os investimentos em pesquisa se limitam na sua maioria ao fator de resistência a herbicidas em variedades transgênicas de soja e milho, pois não existem pesquisas relevantes em termos de propriedades bioquímicas e melhoramento nutricional no setor agrícola. As liberações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, demonstram que a esmagadora maioria das liberações para a produção comercial de transgênicos são a produtos resistentes a agrotóxicos. O que sempre esteve em jogo, na verdade, não é o progresso científico, mas os interesses das grandes corporações multinacionais do setor agroquímico (Sauer, 2010).

Regina Bruno (2008) salienta que está em curso uma estratégia de apropriação absoluta da natureza através da articulação da biotecnologia com o regime jurídico da propriedade intelectual. A racionalização científica se torna o único caminho possível de conhecimento (e domínio) da natureza e entendimento da realidade, reflexo *natural* da inevitabilidade e irreversibilidade das invenções tecnológicas. O que exige a desvalorização de todo e qualquer conhecimento, ameaçando definitivamente a autonomia das populações tradicionais, inclusive agricultores familiares e suas técnicas de produção como, por exemplo, a prática secular de guardar sementes. Racionalização e tecnologia, como instrumento de controle e de dominação.

A ciência e a tecnologia são as formas de suporte à dominação política dentro do desenvolvimento capitalista, retirando o seu caráter explorador e opressor, tornando-o *racional*. A biotecnologia serve como instrumento para ampliar essa dominação e reprodução do capital através do monopólio do conhecimento pelas grandes

empresas do setor. A racionalidade da dominação é medida pela manutenção de um sistema que permite converter o incremento das forças produtivas, associado ao progresso técnico e científico, em fundamento da sua legitimação. (Sauer, 2010, p.153)

Guardadas as devidas proporções, o avanço da ciência e da tecnologia no meio rural brasileiro, assinalada como modernas, mantém as mesmas condições de dependência e de submissão que consideramos historicamente como relações arcaicas. Como comprovamos, por exemplo, com a mecanização da lavoura da cana não se excluiu de fato a escravidão dos trabalhadores.

Ao estudarmos a proposta apresentada pelo Agronegócio, durante o 13º Congresso Brasileiro do Agronegócio em Agosto de 2014, para os presidenciais em disputa central²³: (Dilma Rousseff - PT, Aécio Neves - PSDB e Marina Silva – Rede Sustentabilidade) é passível de comprovação a sua arbitrariedade consciente quando o setor reivindica em seu texto no item segurança jurídica: a revisão da legislação sobre demarcações de terras indígenas e quilombolas propondo a criação de um novo marco regulatório por intermédio de uma alteração constitucional, com objetivo de garantir a segurança no campo; reeditar de forma expressa a Portaria nº 303/2012 da Advocacia Geral da União – AGU convertendo-a em ato normativo da AGU de obrigatória aplicação a toda administração pública.

Para que possamos entender o teor da reivindicação no âmbito jurídico observamos a argumentação do jurista Dalmo Dallari a respeito;

Uma portaria publicada recentemente, com a assinatura do advogado-geral da União, contém evidentes inconstitucionalidades e ilegalidades, pretendendo revogar dispositivos constitucionais relativos aos direitos dos índios, além de afrontar disposições legais. Trata-se da Portaria nº 303, de 16 de julho de 2012, que em sua ementa diz que “dispõe sobre as salvaguardas institucionais às terras indígenas”.

Antes de tudo, para que fique bem evidente a impropriedade da portaria aqui examinada, é oportuno lembrar o que é uma portaria, na conceituação jurídica. Em linguagem simples e objetiva Hely Lopes Meirelles, uma das mais notáveis figuras do direito brasileiro, dá a conceituação: “Portarias são atos administrativos internos, pelos quais o chefe do Executivo (ou do Legislativo e do Judiciário, em funções administrativas), ou os chefes de órgãos, repartições ou serviços, expedem determinações gerais ou especiais a seus subordinados, ou nomeiam servidores para funções e cargos secundários” (Direito administrativo brasileiro, São Paulo, Ed. Rev.Trib., 1966, pág. 192). Como fica evidente, a portaria não tem a força da lei nem da jurisprudência, não obrigando os que não forem subordinados da autoridade que faz sua edição. No entanto, a Portaria nº 303, de 16 de julho de 2012, do advogado-geral da União, diz que o advogado-geral da União, no uso de suas atribuições, resolve: “artigo 1º. Fixar a interpretação das salvaguardas das terras indígenas, a ser uniformemente seguida pelos órgãos jurídicos da Administração Pública Federal direta e indireta...” (...) Por tudo o que foi aqui exposto, a Portaria nº 303/2012 da Advocacia Geral da União não tem validade jurídica, e qualquer tentativa de lhe dar aplicação poderá e deverá ser bloqueada por via da ação judicial

²³ www.abag.com.br. Acesso: 13/03/2015, 13:40.

própria, a fim de que prevaleça a supremacia jurídica da Constituição, respeitados os direitos que ela assegurou aos índios brasileiros.²⁴

Neste quesito “segurança jurídica” o setor propõe ainda: o aperfeiçoamento do §6º do artigo 2º da Lei nº 8.629²⁵ (MP anti-invasão) - penalidade aplicada atualmente às ocupações dos trabalhadores sem terra – com o objetivo, segundo eles, de estender esse entendimento para os conflitos indígenas e quilombolas, ou seja, impedir qualquer demarcação de terras no caso de imóvel rural de domínio público ou particular seja objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo; Debater e discutir um marco regulatório para aquisição de terras por estrangeiro; a aprovação de um código trabalhista adequado à realidade brasileira, em substituição à Lei Nº 5.889/1973 que estatui normas reguladoras do trabalho rural; a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição – PEC 215/2000 que dá competência ao Congresso para aprovar demarcações de terras indígenas e o Projeto de Lei Complementar – PLP 227/2012 que autoriza a União indenizar os proprietários rurais cujas terras sejam reconhecidas como terras indígenas; a intensificação do Programa Terra Legal vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA visando acelerar o processo de regularização das glebas rurais às margens da faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, bem como a regularização fundiária das áreas que foram objetivo de antigos contratos com o governo federal, como os Contratos de Alienação de Terra Pública - CATP e alterar o §1º do artigo 14 da Lei Nº 9.393/1996 retirando do texto da lei a possibilidade de os municípios estipularem o valor da terra nua na cobrança do Imposto Territorial Rural – ITR, com base no grau de utilização da terra (ABAG, 2014²⁶).

É conclusivo que as questões propostas dizem respeito à redução dos direitos trabalhistas - conquistas históricas dos trabalhadores do campo e que visam à restrição da

²⁴ www.brasilefato.com.br/node/10453 Acesso: 08/12/2014, 11:50.

²⁵ § 6º O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001). Link: http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/18629.htm, acesso 08/12/2014, 12:03.

²⁶ AGRONEGÓCIO BRASILEIRO 2015-2022, Proposta de Plano de Ação aos Presidenciais – Setor Privado. Fonte: ABAG, 2014, www.abag.com.br, acesso 22/09/2014, 11:37.

regulação e controle social sobre as terras públicas no Brasil na perspectiva de recolocação destas terras no mercado e expandir o domínio do agronegócio.

2.2 Papel do Estado

A partir da discussão que apresentamos via pauta apresentada pelo agronegócio aos presidentes identificamos que o Estado é fundamental a esta lógica de domínio e de produção no campo brasileiro. O Estado brasileiro adotou, desde a sua constituição, uma postura de intervenção na economia em geral e no setor agrícola em particular. Aqui se desenvolveram as bases para a sua subserviência às classes dominantes possuidoras e reprodutoras do capital, bem como para sua posição de provedor do capital.

O Estado caminha conforme o movimento de acumulação, concentração e centralização do capital. O movimento de reprodução do capital define as formas de representatividade política.

É o que verificamos com o financiamento das campanhas políticas um instrumento para a dominação do capital sobre o poder político. Mészáros (2009) discorre sobre a ascensão meteórica dos representantes autodesignados das grandes empresas e dos grupos financeiros aos mais elevados postos políticos do executivo, estes são obrigados a ocuparem os postos de comando da política como porta-vozes do capital monopolista. *“A política é transformada em um mero instrumento de grosseira manipulação completamente desprovido de qualquer plano global e de uma finalidade própria”* (Mészáros, 2009, p.65).

Como observamos anteriormente em nosso país até meados da década de 1950 foi predominante na agricultura brasileira o modelo extensivo, a expansão da produção que se dava pela incorporação de novas áreas (fronteiras agrícolas) ao processo produtivo. Este padrão só iria dar mostras de superação com a instalação de indústrias, de máquinas agrícolas no país. A necessidade de ampliar as divisas para fazer frente às importações levou o governo militar, instituído em 1964, a estimular o crescimento intensivo da agricultura através da modernização conservadora.

O Estado sob a égide do capital monopolista passa a ser parte ativa da reprodução do capital, da produção de mais-valia. Uma parte significativa daquilo que o Estado arrecada sob a forma de impostos se converte em capital ou subsídios, suporte ao seu funcionamento pleno. Para Oliveira:

A profunda imbricação do Estado com as grandes corporações, que é a característica mais saliente do capitalismo monopolista e simultaneamente do Estado moderno, coloca em primeiro plano a necessidade do estabelecimento ou da fixação da taxa de

lucros para o capital monopolista, e nisto reside a característica política mais saliente do Estado (Oliveira, 1977, p. 105).

Em 1965 foi instituído o Sistema Nacional de Crédito Rural e houve reformulação na Política de Garantia dos Preços Mínimos, visando repassar ao conjunto da sociedade os prejuízos decorrentes da instabilidade de preços comum no setor agrícola. Entre 1965 e o início dos anos 1980, o crédito rural subsidiado constituía-se no principal instrumento de política agrícola. Através da oferta de crédito rural farto e barato o governo procurou compensar o setor agrícola da transferência de recursos a que estava submetido.

O estado Brasileiro encarregou-se de criar as condições para que o processo de modernização agrícola se efetivasse, através da implementação de mecanismos, visando, por um lado, expandir o mercado interno de máquinas e insumos industriais, e por outro lado, ampliar a oferta de produtos exportáveis e de matérias-primas para a indústria o processo de modernização da agricultura foi fortemente subvencionado pelo Estado (Hespanhol, 1991, p.41).

É por intermédio do Estado que se garantem as regularizações e concessões das terras aos grandes produtores e empresários, as obras de infra-estrutura para facilitar o processo de produção e circulação de mercadorias, os financiamentos e os créditos, bem como a flexibilização das leis e regras de preservação ambiental que poderia inviabilizar os empreendimentos.

Há uma disparidade no que se investe na agricultura familiar e no que é remetido ao agronegócio, a diferença como veremos é alarmante: dados do Ministério da Agricultura revelam que o *Plano Safra de 2011/2012* destinou grande quantidade de recursos para a agricultura empresarial R\$107 bilhões de reais e para agricultura familiar foram apenas R\$16 bilhões. No mesmo patamar de disparidade o *Plano Safra de 2012/2013* destinou 115,5 bilhões para a agricultura empresarial, enquanto que para a agricultura familiar foram apenas 22,3 bilhões²⁷. Os dados acima demonstram que as políticas públicas reforçam a articulação orgânica entre os interesses das classes dominantes e as concepções e práticas do Estado e dos governos subalternos aos interesses do capital (Carvalho, 2013, p.41).

A Associação Brasileira dos Produtores de Soja - APROSOJA, uma das filiadas da Associação Brasileira de Agronegócio - ABAG, na apresentação dos seus objetivos estratégicos revela que o Estado e as políticas públicas são fundamentais para a sua manutenção e desenvolvimento. Vejamos;

²⁷ Cartilhas Publicadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012 e 2012/2013

Objetivos Estratégicos

1º Fortalecer a entidade, através da fidelização dos produtores de soja e milho do Estado, excelência em gestão, governança e independência financeira.

2º Fortalecer a imagem da produção e do produtor rural como agentes fundamentais do desenvolvimento social, econômico e ambiental. **3º** Articular a criação, o aperfeiçoamento e a *aplicação de políticas públicas* com o objetivo de reduzir custos logísticos, de modo a garantir a competitividade do escoamento da produção agroindustrial do estado.

4º Articular a criação, aperfeiçoamento e a *aplicação de políticas agrícolas* voltadas à melhorias no crédito, comercialização, tributação e renda do produtor.

5º Articular a criação, o aperfeiçoamento e a *aplicação de políticas públicas* voltadas às áreas de pesquisa agrônômica, insumos de produção e demais itens envolvidos na produção agrícola.

6º Articular a criação, o aperfeiçoamento e a *aplicação de políticas públicas e privadas* voltadas às áreas trabalhista, ambiental e fundiária que impacte as propriedades rurais.

7º Realizar e apoiar projetos de campo que contribuam para a melhoria da gestão, aumento da rentabilidade e diminuição dos riscos na atividade agrícola²⁸.

O Estado também atua como o elemento do consenso e da coerção, como parceiro do agronegócio quando inconstitucionalmente não realiza a reforma agrária nas áreas que não estão cumprindo a sua função social seja ela de produção, de direitos trabalhistas ou de preservação ambiental.

Utiliza-se do seu aparato ideológico para demonstrar que a reforma agrária está sendo feita comprando e indenizando alguns latifundiários através do assentamento de trabalhadores sem terra em algumas áreas e distribuindo uma parcela de recursos para os pequenos agricultores. O Estado compõe uma tripartite no campo, juntamente com o agronegócio e o latifúndio atrasado.

E no limiar da democracia atua através do seu aparato coercitivo como controlador das forças organizadas sendo através de processos, prisões ou até mesmo assassinato dos trabalhadores no campo.

Assim a partir do exposto chega-se a constatação histórica de que este Estado está a serviço das classes dominantes, sendo capturado pelo capital representado pelo agronegócio transformando-se em um dos seus tentáculos. Através da sua forma de ação – coercitiva e consensual - mantém a estrutura fundiária da terra intocável.

²⁸ www.aprosoja.com.br. Acesso 09/09/2014, 13:12.

Capítulo III: Estratégias de Representação do Agronegócio

3.1 Entidades Orgânicas do Agronegócio

Como identificamos nos capítulos anteriores, o processo de modernização da agricultura possibilitou o desenvolvimento no campo, mas de forma desigual e seletiva. Os setores incluídos neste processo modernizante foram disputados pelos organismos e entidades de classe como demonstra Mendonça:

O processo de “modernização” verificado entre os anos 1960 e 1980 resultaria em profunda crise de representatividade patronal, posto que, a rigor, esse processo fora o responsável pela ampla diferenciação de interesses no seio da classe dominante agrária (...) daí se depreende do fato de terem emergido, nas três últimas décadas do século XX, entidades de novo tipo – isto é, associações por ramo produtivo e cooperativas – disputando a representação dos segmentos mais modernizados (Mendonça, 2010, p. 51).

Nesta perspectiva modernizante também se insere a discussão da estrutura fundiária do país, onde a propriedade da terra nas mãos de um proprietário que controla todo o processo de produção se retrai transferindo-se em sua maioria para as formas predominantes de arrendamentos, posse e propriedade por parte de grandes conglomerados. Também discorreremos sobre o termo agronegócio que é composto no país por grandes empresas proprietárias de terras, de indústrias, de ações e de aplicações financeiras.

Segundo Delgado (2013), vinculado ao projeto do agronegócio - fortemente assentado na captura e super exploração das vantagens comparativas naturais e da renda fundiária – estão vários aparatos ideológicos, a saber: uma *Bancada Ruralista* ativa que constrói leis e desconstrói regras constitucionais, uma *Associação de Agrobusiness* que move o aparato de propaganda para ideologizar o agronegócio - conjuntamente com um grupo de mídias, uma *Burocracia* (SNCR²⁹) ativa na expansão do crédito público (produtivo e comercial) acrescido de uma ação para expandir e centralizar capitais às cadeias do agronegócio (BNDES³⁰), uma operação passiva das instituições vinculadas à regularização fundiária (INCRA³¹, IBAMA³² E FUNAI³³) e uma forte cooptação de *Círculos Acadêmicos* impregnados pelo pensamento empirista e avesso ao pensamento crítico.

Com o intuito de minimizar estas problemáticas e disseminar a sua ideologia, o agronegócio fraciona-se em diversas entidades patronais ou entidades de classe. Desvincula

²⁹ Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR.

³⁰ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

³¹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

³² Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

³³ Fundação Nacional do Índio - FUNAI

seus interesses de classe de seu discurso hegemônico e sempre o associa à produção de alimentos e ao desenvolvimento econômico do país.

A economia do agronegócio vai além da estratégia econômica, para construir ideologicamente uma hegemonia pelo alto – da grande propriedade fundiária das cadeias agroindustriais muito ligadas ao setor externo, e das burocracias de Estado (ligadas ao dinheiro e à terra), tendo em vista realizar um peculiar projeto de acumulação de capital pelo setor primário (Delgado, 2013, p.64)

Entre as entidades orgânicas do Agronegócio destacamos a OCB – *Organização das Cooperativas Brasileiras*, a ABAG – *Associação Brasileira do Agronegócio*, oriunda da Frente Popular da Agricultura, a CNA – *Confederação Nacional da Agricultura e a Bancada Ruralista*. Para manterem a sua hegemonia dentro do Estado e sociedade brasileira, estas entidades aglutinam, em torno de seu projeto e em sua composição orgânica, diversos segmentos como: políticos, intelectuais, artistas, fundações, organizações sociais, empresas e representantes públicos. A quantidade de organizações e pessoas que estão vinculadas a esse projeto pode ser verificada nesta descrição de Wellen:

Para termos das forças que envolvem o agronegócio no Brasil, podemos citar o Congresso Brasileiro de Agribusiness que aconteceu entre os dias 27 e 28 de agosto de 2007 no World Trade Center paulistano (Hotel e Centro de Convenções WTC), que contou com a presença de palestrantes ilustres, tais como: Arnaldo Jabor (cineasta e jornalista brasileiro), Fernando Furlan (ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil), Luis Carlos Guedes Pinto (ex-ministro da Agricultura do Brasil e vice-presidente de agronegócios do Banco do Brasil), Jackson Schneider (presidente da Anfavea – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), José Fernandes Jardim Jr. (vice-presidente de Cooperativa Agrícola Cocamar), Manoel Felix Cintra Neto (presidente da BM&F – Bolsa de Mercadorias & Futuros), Sergio Barroso (presidente da Cargill e secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais), Cristiano Walter Simon (vice-presidente da ABAG e presidente da Andef – Associação Nacional de Defesa Vegetal), Márcio Lopes de Freitas (presidente da OCB), Dilvo Grolli (diretor-presidente da Cooperativa Agroindustrial Coopavel), Carlos Alberto Paulino da Costa (diretor-presidente da Cooxupé Ltda.), Marcos Montes Cordeiro (deputado federal pelo PFL/DEM e presidente da Capdr – Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados), Ricardo Young Silva (presidente do Instituto Ethos), Roberto Waack (criador do empreendimento florestal Amata Brasil e presidente do Conselho Consultivo da ARES-Instituto para o Agronegócio Responsável), José de Menezes Berenguer Neto (representando o Banco ABN Amro Real), Ocimar Villela (gerente de Meio Ambiente do Grupo Maggi), Ricardo Vellutini (presidente da Empresa DuPont – Produção e Vendas de Produtos Agrícolas), Paulo Roberto Costa (diretor de Abastecimento da Petrobrás), Marcos Sawaya Jank (presidente da Única – União da Indústria de cana-de-açúcar), Luiz Custódio Cotta Martins (presidente do Siamig – Sindicato das Indústrias de Açúcar e Alcool de Minas Gerais), José Zílio (presidente da Consultoria de Investimento ALF International), José Carlos Toledo (presidente da UDOP- União dos Produtores de Bionergia), Carlos Roberto Silvestrin (vice-presidente executivo da Cogen – Associação da Indústria de Cogeração de Energia), Robert L. Thompson (professor da Universidade de Illinois – EUA), Ashok Gulati (diretor da IFPRI – International Food Policy Research Institute), Fábio Chaddad e Eduardo Giannetti (professores do IBMEC - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais), Gilmar Viana Rodrigues (secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais), Reinhold Stephanes (ministro da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento do Brasil), Miguel Jorge (ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil), José Serra (governador de São Paulo), além da presença indispensável do famoso Roberto Rodrigues, eleito a personalidade do Agronegócio de 2007 (Wellen, 2012, p. 153).

Estas entidades de classe apresentam-se para a sociedade como portadoras de boas intenções e com uma aparente autonomia em relação aos interesses da classe dominante no campo. Mas em seus documentos internos explicitam que o seu objetivo principal é de fato representar o agronegócio. Vejamos a apresentação de uma das associadas da Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG.

A Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja) é uma entidade representativa de classe sem fins lucrativos, constituída por produtores rurais ligados às culturas de soja e milho de Mato Grosso. Seu objetivo central é unir a classe, valorizando-a. Criada em fevereiro de 2005, a Aprosoja representa os direitos, interesses e deveres dos produtores de soja e milho. Para isso, desenvolve ações e projetos que visam o crescimento sustentável da cadeia produtiva da soja e do milho em Mato Grosso (Site oficial da APROSOJA)³⁴.

Para Regina Bruno (2012) o discurso sobre a necessidade de valorização da agricultura e do produtor rural é uma recorrência histórica e caminhou *pari passu* com o processo de industrialização da sociedade brasileira e a modernização do campo.

(...) as entidades orgânicas do capital agrário empregam esforços ideológicos e financeiros para divulgar e defender amplamente esse tema através do maior número de meios de comunicação e de personalidades públicas. A mídia passou a bombardear a população com essa idéia do agronegócio como remédio para o atraso do Brasil e, nesse sentido, também estimulou a repressão aos movimentos sociais rurais de trabalhadores (Wellen, 2012, p. 151).

Para manter a dominação ideológica da sociedade, a apologia do capital presente na argumentação das entidades de classe do Agronegócio, mascara-se como um discurso associado ao desenvolvimento e ao progresso do país. Estes aparatos ideológicos do agronegócio apresentam-se como aqueles que primam pelo desenvolvimento do país e pela segurança alimentar. O discurso apresentado por estes setores é muito bem elaborado passando a ser incorporado em algumas ocasiões até pelos pequenos agricultores.

Os pequenos agricultores muitas vezes não compreendem que estes organismos atuam como propagadores do ideário neoliberal dominante no país, quando defendem a necessidade de abertura econômica do mercado brasileiro para estimular a competitividade internacional tendo no agronegócio um imprescindível alicerce no campo e a pequena agricultura como símbolo do atraso ou como um entrave econômico. Nas palavras de Carvalho:

³⁴ www.aprosoja.com.br. Acesso 09/09/2014, 12:52.

As opções empresariais consideradas pelo agronegócio como promissoras para ampliar a acumulação capitalista pela via da espoliação são as estratégias burguesas de concentração da terra, da produção agropecuária e florestal em larga escala, do monocultivo e da busca de um produtivismo insano que lhes induz ao uso intensivo de agrotóxicos, de hormônios, de herbicidas e de sementes híbridas, transgênicas e mutagênicas, além de exercitarem hodiernamente o desprezo sociocultural pelos povos do campo e a desterritorialização dos camponeses. E tudo isso numa tendência crescente de desnacionalização consentida do agrário brasileiro (Carvalho, 2013, p. 31).

O setor do agronegócio se apresenta para a sociedade como a solução para os problemas do campo e para a melhoria de vida da população dos centros urbanos. Mas, na prática, seu modelo de produção capitalista na agricultura destrói a vida em sua plenitude, expulsa os trabalhadores da terra, devasta o solo, contamina as águas e leva à extinção da biodiversidade. Nesse sentido, concordamos com Mendonça (2010), em sua assertiva:

Parece-me vital analisar os mecanismos de institucionalização dos interesses patronais da burguesia agrária ou agroindustrial e financeira brasileira, que, apoiando-se na auto-atribuídas identidade de “moderna”, difunde, por meio de suas entidades de classe – cada vez mais plurais e especializadas –, o discurso centrado no binômio segurança alimentar/agronegócio, cerne do novo projeto hegemônico nacional (Mendonça, 2010, p.24)

3.2 As Origens da ABAG

O contexto de surgimento da ABAG se inscreve após o colapso do sistema econômico brasileiro e a conhecida crise do “milagre econômico” a partir de 1980. Esta crise representou para agricultura o drástico corte do apoio estatal na concessão de créditos e subsídios para a agricultura, ou seja, aquele modelo de modernização da agricultura ancorado principalmente nas políticas de crédito e subsídios sofreria uma drástica redução.

A modernização da agricultura ao mesmo tempo em que minou as velhas estruturas de representação patronais gestou um novo modelo de alianças e de representação dos setores no campo. Se no contexto de construção dos complexos agroindustriais e integração entre os capitais surgiram novos atores sociais que exigiu a ampliação da representação para além dos interesses meramente agrários, a crise da modernização da agricultura irá acentuar esta crise intraclasse.

A crise derivada da “modernização” da agricultura brasileira acarretara profunda segmentação de interesses no interior da classe dominante agrária, levando a um duplo processo de diferenciação: econômica e política. Com isso, estava aberto o espaço para uma disputa que envolveu todos os setores da classe dominante agrária com vistas a assegurar a permanência de seus porta-vozes em agências da sociedade política – ou sua exclusão destas-, o que, num cenário marcado pela especialização não só da agricultura, mas também de suas entidades, tornava cada vez mais difícil a construção de consenso (Mendonça, 2010, p.78).

Antes da década de 1980, reitera Mendonça (2010), coexistiam a dupla estrutura representativa - a forma legal e a forma real – mesmo com as disputas travadas entre as várias entidades patronais que surgiam pelo monopólio da representação legítima na defesa dos interesses de todo o conjunto. Instaura-se a partir daí uma crise de representação intraclasses que só fora amenizada mediante a construção e consolidação de uma nova força social hegemônica entre os distintos grupos agroempresariais ou agrários em torno de um “novo projeto para a agricultura”, consensualmente aceito e elaborado/difundido pelos dirigentes da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB atenuando a disputa entre a Sociedade Nacional de Agricultura – SNA, Sociedade Rural Brasileira - SRB e Confederação da agricultura e Pecuária do Brasil - CNA.

O protagonismo da OCB em torno desta proposição se dera a partir de dois fatores: um subjetivo - os ideais do cooperativismo - e outro objetivo - o apoio financeiro do Estado. O agronegócio é colocado no centro das discussões entre as lideranças da classe dominante no campo, o setor agrícola e o setor agroempresarial. Instaura-se como modelo neste novo cenário a figura do produtor e do empresário rural como símbolos de modernidade e de progresso. Como observa Mendonça:

A OCB, diante da crise de representação política do patronato rural brasileiro, conseguiu não apenas superá-la como também se instituir em força hegemônica de toda a classe, processo cujo coroamento resultou na indicação de seu líder, Roberto Rodrigues, para o Ministério da Agricultura do Governo Lula (Mendonça, 2010, p. 177).

Frente ao esgotamento da forma clássica de representação no campo, por exemplo, da estrutura sindical patronal restrita ao agrário, apresentam-se como alternativa entidades de classe com um leque bem mais amplo de atuação. Estas entidades têm como intuito atender aos novos interesses da classe dominante no campo. A OCB irá propor e executar a proposta de criação da Associação Brasileira de Agribusiness - ABAG³⁵.

(...) a direção exercida pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) no conjunto das entidades patronais da agricultura seria consolidada na virada dos anos 1980 para os 1990, contando com um significativo “capítulo” final: a criação, por seus dirigentes, de uma nova entidade – a Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) -, articuladora de todas as demais. Tal proposta, enunciada por Roberto Rodrigues, teria como eixo central a afirmação do agronegócio no país. (Mendonça, 2010, p. 217)

Assim no dia 06 de maio de 1993, no Auditório Nereu Ramos do Congresso Nacional, em Brasília é constituída a ABAG, um novo espaço de representação política setorial e de

³⁵ No ano de 2010 o nome original dado à associação no ato de sua criação irá transmutar-se de Associação Brasileira de Agribusiness para Associação Brasileira do Agronegócio no intuito de aproximá-la dos brasileiros.

unificação dos segmentos do agronegócio no Brasil. Uma Associação com caráter agrícola, mas plenamente associada aos setores agroindustriais e financeiros. Para Mendonça:

A noção de agronegócio organizaria e instrumentalizaria a imbricação de todas as atividades econômicas direta e indiretamente vinculadas à agricultura – ressignificada como mera “especialização em plantar e criar” -, construindo-se um poderoso complexo, de cunho bem mais comercial e financeiro, cujo peso não poderia ser aquilutado apenas por seu desempenho econômico, mas principalmente por sua influência política (...) a agricultura tornava-se avalista de um sistema produtivo bem mais amplo e complexo, diante do qualurgia criar uma megagremiação, supra-associativa e proporcional, politicamente, à sua importância econômica, ainda que, nas palavras de seus idealizadores, “nenhuma das entidades preexistentes fosse desaparecer” (Mendonça, 2010, p. 219).

A criação da ABAG tinha como objetivo unificar politicamente o já desgastado patronato rural e as principais frações do capital industrial, financeiro e comercial. Visava também à ocupação de espaços políticos e ideológicos importantes no estado e na sociedade.

Para Bruno:

Numa perspectiva histórica a Abag não pode ser pensada isoladamente de todo um processo de mobilização e de organização do patronato rural e agroindustrial brasileiro. Ela é herdeira de uma prática e de um discurso que foram constituídos, nos últimos 30 anos, juntamente com a mudança qualitativa no padrão agrícola, a formação dos complexos agroindustriais, a internacionalização da agricultura e as inúmeras transformações sociais, econômicas e políticas por que passou a sociedade brasileira. É herdeira também da mobilização patronal dos meados da década de 80 como, por exemplo, o fenômeno da União Democrática Ruralista (UDR), a criação da Frente Agrícola para a Agricultura Brasileira (Faab) e a revitalização da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), pois, para além da diversidade de práticas e de propostas, há em comum a todas essas entidades e a Abag a percepção da necessidade de valorização da agricultura, o imperativo da atualização da prática política e a priorização na construção de uma nova retórica de legitimação patronal com o Estado perante a sociedade (Bruno, 1997, p. 38-39).

A ABAG colocou-se como tarefa romper com a idéia da agricultura como exclusividade para construir um novo pacto político do conjunto do empresariado em torno de alternativas de desenvolvimento e formalizar um espaço próprio de representação do agribusiness brasileiro para além dos interesses especificamente agrários, bem como elevar a agricultura ao nível estratégico na elaboração de uma nova concepção de poder e das condições de sua reprodução (Bruno, 1997, p.30-31). Podemos verificar o caráter da nova força hegemônica dos grupos dominantes agroindustriais a partir da sua ampla composição:

ASSOCIAÇÕES: (Associação Nacional de Defesa Vegetal - **ANDEF**, (União Agroindústria Canavieira de São Paulo - **ÚNICA**), Associações Bolsa de Mercadorias e Futuros (**BM&F Bolsa de Mercadorias**), Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (**ABCZ**), Associação dos Produtores de Soja do Brasil (**APROSOJA Brasil**), Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (**CitrusBR**), Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma (**ABRAPALMA**), Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Vegetal (**SINDIVEG**), Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (**SINDAN**), União dos Produtores de Bioenergia (**UDOP**))

COOPERATIVAS: (Cooperativa Agrícola da Região de Orlândia - **CAROL**), Cooperativa dos Produtores de Cana, Açúcar e Álcool - **COPERSUCAR**), Cooperativa Regional dos Cafeicultores em Guaxupé Ltda. - **COOXUPÉ**), Cooperativa Agroindustrial - **COCAMAR**), Cooperativa Agroindustrial - **COOPAVEL**), Cooperativa de Tecidos do Norte de Minas - **COTEMINAS**), Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (**COMIGO**), Cooperativa Agropecuária e Industrial - **COTRIJAL**), Combinação de Transportes dos modais fluvial e rodoviário(**COMBITRANS Amazônia**), (Organização das Cooperativas do Brasil - **OCB**);

MÍDIA E PROPAGANDA: (Globo Comunicação e Participações S/A - **REDE GLOBO**)

PROCESSAMENTO: (**CARAMURU** Alimentos S.A), (**CARGILL** Agrícola S.A) (**CEVAL** Alimentos S.A.), (Processamento **SADIA** S.A), (**ALGAR** S.A) **ADM** do Brasil Ltda.), (Grupo **AGROPALMA** S.A), (**CGG** Trading S/A), (**CNH** Latin América Ltda.), (**DOW AGROSCIENCES** Industrial Ltda.), (Instituto Nacional de processamento de Embalagens Vazias - **InpEV**), (Justino de Moraes Irmãos S/A - **JUMIL**), (Grupo **KLEPER WEBER**), (**Malteria do Vale** S/A);

INSUMOS/DEFENSIVOS: (**CHS** do Brasil grãos e fertilizantes), (**AGCO** do Brasil), (**SYNGENTA**), (**BAYER** Defensivos S.A), (**DU PONT** do Brasil S.A. Defensivos), (**FMC** do Brasil S.A), (**MONSANTO** do Brasil S.A), (**BASF** S.A), (**EVONIK** Degussa Brasil Ltda.);

MÁQUINAS AGRÍCOLAS: (Máquinas Agrícolas **JACTO** S.A), (**JOHN DEERE**);

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: (Banco **RABOBANK** International Brasil S.A), (Banco **SICREDI** S/A), (Banco **ITAÚ** BBA S/A), (Banco **SANTANDER**), (**BM&F** Bovespa S/A), (**CAIXA** ECONÔMICA FEDERAL), (Balcão Organizado de Ativos e Derivativos - **CETIP** S.A), (Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - **SICOOB/SP**),

PESQUISA E CONSULTORIA: (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - **EMBRAPA**), (Agroconsult Consultoria e Projetos Ltda. - **AGROCONSULT**), (Ceres Consultoria S/C Ltda. - **CERES**), (Métodos e Assessoria Mercantil S.A - **CMA**), (**DEMAREST** e Almeida advogados), (Eco Securitizadora - **ECOAGRO**), (Gaia Agro Securitizadora S/A - **GAIA**), (Desenvolvimento Empresarial Institucional - **IP**), (**Lazzarini Moretti** Sociedade advogados),(**PAVAN** Engenharia e participações Ltda.), (**PRICEWATERHOUSECOOPERS** Auditores Independentes);

AGROPECUÁRIA: (Adeco agropecuária Brasil S/A - **ADECOAGRO**), (Agrifirma Brasil Agropecuária S/A - **AGRIFIRMA**), (Agrocerec Nutrição Animal Ltda. - **AGROCERES**), (Aprosoja Brasil - **APROSOJA**), (**RADAR** propriedades Agrícolas S/A), (**RAÍZEN**), (Brascan Agri S.A - **BRASCAN**), (Brasilagro Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas - **BRASILAGRO**), (**GUARANI** S/A - Usinas Cruz Alta, Andrade, Mandu, São José, Severinia, Tanabi, Vertente), (Indústria Brasileira de Árvores - **IBÁ**), (Maubisa Agricultura S/A - **MAUBISA**), (**O TELHAR** Agropecuária Ltda.), (**SJ** Brasil Agropecuária N.1 Ltda.), (**SLC** Agrícola S/A), (Sollus Gestora de Terras Ltda.-**SOLLUS Capital**), (**TIBA AGRO**), (**Usina Alto Alegre** S/A), (**Vanguarda** Agro S/A).

Fonte: ABAG, 2014, acesso 13/01/2015, 12:53. www.abag.com.br

Verifica-se no escopo desta agremiação uma diversidade de entidades que atuam na produção e aperfeiçoamento de sementes, na produção de tecnologia agrícola de ponta, na criação e difusão midiática, na comercialização, no mercado financeiro e nas cooperativas.

Esta diversidade em sua composição é retratada em sua apresentação no site o que denominam como *Visão* - ser efetiva entidade de suporte aos elos da cadeia produtiva do agronegócio brasileiro. E como *Missão* - a ABAG tem como principal objetivo buscar o equilíbrio nas cadeias do agronegócio, de modo a valorizá-las, ressaltando sua fundamental importância para o desenvolvimento sustentado do Brasil. Esta noção de Visão e Missão está presente desde o ato de fundação da entidade quando aparece no discurso de seu Presidente-fundador Ney Bittencourt de Araújo, como veremos no trecho a seguir:

A ABAG nasce de uma visão e uma missão. A visão é a de que a vocação, a capacitação e os recursos brasileiros no agribusiness podem, se adequadamente administrados, contribuir de forma decisiva para vencer os quatro grandes desafios da sociedade brasileira: o desenvolvimento sustentado, a integração à economia internacional, a melhoria da distribuição de renda através da desconcentração dos pólos de desenvolvimento e o respeito ao meio ambiente. A missão penosa, ambiciosa e difícil, é sistêmica e se encadeia em múltiplas tarefas. A primeira, e a maior delas, é a de conscientizar os segmentos formadores de opinião e decisórios do País- os políticos, os empresários, os sindicatos, os acadêmicos, os líderes de comunicação- para a importância e a complexidade do sistema do agribusiness, a relevância do seu papel no desenvolvimento econômico e social, e a necessidade de tratá-lo sistematicamente... a segunda é transformar a ABAG em importante ferramenta de apoio ao planejamento do agribusiness brasileiro. Para isso, teremos de torná-lo conhecido (Site oficial da ABAG).³⁶

A noção de agribusiness disseminada pela ABAG compreende todos os setores que direta e indiretamente atuam na ou com a atividade agrícola e agroindustrial. Como um único sistema produtivo e sistêmico.

A matriz discursiva do projeto da Abag assenta prioritariamente na defesa da abordagem sistêmica. A visão sistêmica tem como fundamento a idéia de totalidade, complementariedade, circularidade e interação entre os vários elementos e processos que compõem o agribusiness. Com a Abag o sistêmico sai do espaço técnico e acadêmico para o campo da política e da elaboração simbólica. A abordagem sistêmica é considerada como a expressão da modernidade e se contrapõe á visão tradicional e segmentada da agricultura (Bruno, 1997, p.38)

Para Mendonça (2010), os líderes da ABAG construíram sua legitimidade a partir de duas noções, ambas pertencentes à retórica neoliberal dos anos 1990: a segurança alimentar e a competitividade. Os dirigentes da agremiação compatibilizariam estas duas noções que se opõem mutuamente a partir da atribuição ao agronegócio brasileiro do sentido de provedor da segurança alimentar mundial e não uma cadeia empresarial capitalista de cunho comercial, industrial e financeiro. Desta feita podemos extrair do discurso do seu fundador também a força desta argumentação:

No agribusiness várias cadeias são extremamente competitivas e muitas poderão sê-lo com pequenos ajustes e baixos investimentos. Está no agribusiness a mais importante saída, a curto prazo, para aumentar a integração do Brasil à economia internacional e a grande oportunidade de descentralização industrial. E até mais

³⁶ ABAG, 2014, acesso 24/09/2014, 16:34. www.abag.com.br , trecho retirado do discurso de Ney Bittencourt.

importante que tudo isto, depende da eficiência do agribusiness a SEGURANÇA ALIMENTAR do País, pedra fundamental de seu desenvolvimento como sociedade justa (Site oficial da ABAG)³⁷

Retirado do contexto poderíamos até confundir o orador com um militante social de esquerda pautando a segurança alimentar e uma sociedade mais justa. Mas este desenvolvimento sustentado, não se engane, exige vantagens competitivas, o que deixa claro o discurso, requer um modelo baseado em condições preexistentes de modelos de produção competitivos que permitam, sem artificialismos, fazer deslanchar a economia do País de forma estável. É uma nova concepção de poder e de formas de garantir a sua perpetuação, ancorado na pesquisa tecnológica público-privada, no controle de informação e na disseminação de ideologias.

A ABAG no ato de sua criação já se colocava como a porta-voz da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável, assim como a provedora de soluções para os problemas estruturais do País como a reforma tributária e fiscal, a modernização da comercialização agrícola, a distribuição industrial, a infra-estrutura, a política agrícola e de financiamento.

Limita-se a explicar as diferenças entre o urbano e o rural, a agricultura comercial e não comercial principalmente pela falta de conhecimento e informação. E justificar a poluição e degradação ambiental por este viés individual como observamos no trecho do discurso de Ney Bittencourt; “Somente a qualidade e a produtividade permitem o investimento adequado, urbano e rural, nos mecanismos delicados de uso adequado dos recursos disponíveis. A miséria e a ignorância são perigosos agentes de poluição”³⁸.

O discurso da ABAG, reitera Regina Bruno (1997), tem como base uma retórica liberal e modernizante. Tal retórica procura produzir novos símbolos e novas identidades políticas e visa homogeneizar, sob um mesmo código – o do agribusiness e o sistêmico – todos os agentes, ações, instituições, interesses e processos sociais, econômicos e políticos. Velando as contradições de classe imbricadas na sociedade e dentro dela mesma.

Segundo Mendonça (2010, p.226), a Associação Brasileira de Agribusiness proposta por Roberto Rodrigues - líder da OCB e Ministro da Agricultura do Governo Lula – acabaria hegemônica em razão de três fatores, a conquista de novos canais de representação política setorial, a definição e difusão de um projeto consensual para “agricultura brasileira” e o fato de absorver e neutralizar dois processos - a progressiva fusão e concentração de empresas e

³⁷ ABAG, 2014, acesso 24/09/2014, 16:35. www.abag.com.br

³⁸ ABAG, 2014, acesso 24/09/2014, 16:36. www.abag.com.br

capitais ligados a atividades concorrentes e o da administração política dos conflitos daí advindas.

Os grupos de interesse vinculados a ambas as agremiações, OCB e ABAG, numa operação político-simbólica de altíssima significação, responderam pela “recriação” da própria noção de “agricultura”, agora imbricada a uma cadeia de atividades bem mais ampla. A “agricultura” tornou-se avalista de um complexo sistema externo a ela, mas que acabaria por subordiná-la, progressivamente, aos interesses do grande capital industrial e financeiro, mesmo que em nome da falácia de ser a atividade agrícola o “ponto de confluência” entre todos os demais setores produtivos. O novo projeto, hegemônico entre os segmentos patronais da “agricultura” brasileira, perpetraria tanto a potencialização da acumulação capitalista no País como um todo – e no campo em particular – quanto a facilitação da penetração do grande capital industrial, comercial e financeiro no Brasil, integrado, de forma ainda mais subalternizada, às grandes linhas do comércio e dos blocos mercantis resultantes da “globalização” (Mendonça, 2010, p.226)

3.3 Formas de Atuação e Embates Políticos: Os Congressos Nacionais.

As entidades de classe do agronegócio atuam de diversas formas para exercerem o seu domínio no campo. Ao analisarmos as entidades de classe do agronegócio, devemos vinculá-la à totalidade do sistema capitalista entendendo o capitalismo a partir da definição de Mészáros (2009) um sistema sociometabólico que tem seu núcleo central formado pelo tripé capital, trabalho assalariado e estado, três dimensões fundamentais e diretamente inter-relacionadas. No Brasil a partir das modernizações o capitalismo no campo, se realiza plenamente na agricultura através da integração dos capitais produtivo, mercantil e financeiro.

Desta forma identificamos que as entidades de classe que se colocam hoje como protagonistas do setor agrário brasileiro precisam atuar de diversas formas no campo e na sociedade em geral. Estes instrumentos de dominação de classe se articulam entre si e criam aparatos de defesa dos seus interesses quando estes são ameaçados, tendo como principais inimigos os movimentos sociais do campo, as lideranças políticas e religiosas, etc.

Para conter a luta dos trabalhadores no campo em sua reivindicação pela terra, o agronegócio utiliza diversos mecanismos de dominação coercitivas e consensuais como o aparato do estado, os principais meios de comunicação, as milícias armadas, os grandes eventos, etc.; Operam para a criminalização das lideranças de trabalhadores rurais e atuam como cúmplices dos assassinatos no campo, que segundo a Comissão Pastoral da Terra – CPT de Janeiro de 1993 até Dezembro de 2013 ocorreram 793 assassinatos no campo.

Estas entidades de classe atuam diretamente nos processos eleitorais financiando as campanhas dos candidatos que defendam seus interesses dentro do parlamento - como a elaboração ou embargo de leis que garantam sua lucratividade -, no financiamento das

universidades, dos centros de pesquisas – que farão pesquisas voltadas para seu desenvolvimento e lucratividade, bem como, dos meios de comunicação - que atuarão sob seu direcionamento e supervisão.

Conforme dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE em 2014, 70% da câmara dos deputados foi eleita com doações de 10 empresas. Figuram-se entre elas os dois Bancos associados à ABAG, o Banco Itaú com um valor doado de R\$ 6,5 milhões elegeu 84 deputados, o Bradesco com um valor de R\$ 20,3 milhões elegeu 113 deputados. Mas a maior bancada ficou com o grupo JBS (marca Friboi) que destinou R\$ 61,2 milhões e elegeu 162 deputados³⁹. As doações de campanha se tornaram na prática um bom investimento, pois retorna as suas empresas de origem através de contratos públicos acrescidos na maioria das vezes de um valor bem maior agregado.

No aspecto político partidário, destacamos o papel da OCB como articuladora dos processos eleitorais nas eleições de 1990, quando divulga um informativo com uma lista de candidatos que sendo eleitos estariam comprometidos com a agremiação. Eram eles:

José Maria Eymael – Partido Democrata Cristão de São Paulo (PDC-SP); Fábio de Salles Meirelles – Partido Democrático Social de São Paulo (PDS-SP); Humberto Souto e Paulo Romano, Partido da Frente Liberal de Minas Gerais (PFL-MG); Adolfo de Oliveira e Adilson Macabu, do Partido da Frente Liberal do Rio de Janeiro (PFL-RJ); Jairo Mattos e Jorge Maluly Neto, do Partido da Frente Liberal de São Paulo (PFL-SP) Ronan Tito, Dalton Canabrava e Rosa Prata, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro de Minas Gerais (PMDB-MG); Michel Temer, Adhemar de Barros Filho e Luiz Antônio Fleury Filho, do Partido Democrático Brasileiro de São Paulo (PMDB-SP); Pedro Canedo, do Partido da Reconstrução Nacional de Goiás (PRN-GO); Mauro Campos, do Partido da Social Democracia Brasileira de Minas Gerais (PSDB-MG); Antônio Carlos Casaluri, Antônio Mendes Thame, Geraldo Alckmin, Guiomar Bello e Sidney Fuchida, Partido da Social Democracia Brasileira de São Paulo (PSDB-SP); Pedro Teruel, do Partido dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul (PT – MS); e Mendes Botelho, Nelson Machezelli, Newton Brandão, Roberto Cardoso Alves, Saulo Ramos, Paulo Brandão e Waldomiro Lopes da Silva, do Partido Trabalhista Brasileiro de São Paulo (PTB-SP); (Mendonça 2010, p.208, apud, Informativo OCB, set.1990, p.3)

Destaca-se também no campo político institucionalizado a Bancada Ruralista⁴⁰ no Congresso Nacional, em sua atuação direcionada à defesa da propriedade privada e da expansão capitalista no Brasil trazendo com esta abordagem a adesão de representantes empresariais. O artigo de João Marcelo Intini e Uelton Francisco Fernandes, *Bancada*

³⁹ Fonte: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral/as-10-empresas-que-mais-doaram-em-2014-ajudam-a-eleger-70-da-camara,1589802>. Acesso: 22 de Fevereiro de 2015 as 23:54.

⁴⁰ Os diversos grupamentos de interesse podem organizar-se institucionalmente em Frentes Parlamentares definidas como associações suprapartidária constituídas de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal. A Bancada Ruralista se insere na Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA. (Intini, Fernandes, p.88)

*Ruralista: A Face Política do Agronegócio*⁴¹ comprovou que em seções importantes que decidem o rumo político e econômico do país, mas que são contrários aos interesses dos representantes ruralistas, há uma tentativa de esvaziamento do plenário para evitar o quórum necessário, como foi o caso da votação do dia 22 de Maio de 2012 da PEC n 438/2001 - chamada PEC do Trabalho Escravo.

A atuação das entidades de classe do agronegócio, dentro do Congresso Nacional, logrou conquistas incontestes para o setor, como a revisão e edição do Novo Código Florestal (Lei 12.651/12) segundo eles próprios uma grande e difícil conquista do setor, frente às diversas contestações dos movimentos sociais e sociedade civil sobre o plantio de comercialização dos transgênicos em 2003 estas entidades entregam um documento para o então presidente Luis Inácio Lula da Silva, denominado “Posicionamento Sobre os Organismos Modificados Geneticamente - Coalizão de Associações Ligadas ao Agronegócio” que resulta posteriormente na aprovação da Lei de Biossegurança em 2004.

O agronegócio e seus instrumentos de dominação com um discurso da modernização, eficiência, competitividade e produtividade atuam vigorosamente para conter a revisão dos índices de produtividade da terra, que estão obsoletos, estabelecidos com dados de 1975. Esta desatualização favorece os grandes latifúndios improdutivos que são facilmente classificados como “produtivos”, impedindo o seu processo de desapropriação para fins de reforma agrária. Neste caso a modernização das bases de comparação não cabe e é inconcebível pelo agronegócio. Seus representantes diretos escamoteiam o fato argumentando que uma revisão seria “um certo” compromisso do governo federal com os assim chamados movimentos sociais e não uma necessidade da sociedade brasileira.

O agronegócio brasileiro hoje é extremamente eficiente e competitivo, a produtividade aumentou espetacularmente e os índices ficaram desatualizados. Mas, então por que corrigi-los agora? Por que aumentá-los? Só para ampliar o número de hectares para a reforma agrária?(...) Acabou o tempo em que comprar terra era bom investimento. Hoje, o produtor rural que não for competitivo também quebra. Também é excluído. Com a inflação dominada, não tem mais ineficiência escondida. Agora está tudo às claras: ou é bom ou cai fora. Por essas razões, não há sentido mais em estabelecer índices de produtividade para desapropriar terras para reforma agrária: o mercado desapropria por si só. E, além disso, seria uma injustiça: afinal, os agricultores investiram em tecnologia, e, com isso, a produtividade cresceu. Aumentar os índices seria castigo para quem investiu e melhorou as coisas para o país. Não se discute se a reforma agrária é necessária ou não. Mas forçar a barra para arranjar mais terra para isso não parece lógico. Afinal qual a garantia de que os novos proprietários serão mais produtivos? (Folha de São Paulo, 04 de Agosto de 2007)

⁴¹ Revista ABRA, especial Julho/2013.

A Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG desenvolve no âmbito da pesquisa, da execução de trabalhos técnicos, da abordagem educacional e acadêmica, várias linhas projetos, convênios e contratos empresariais. Para tanto dentro de sua composição político-empresarial encontra-se o Instituto do Agribusiness – IEAg um núcleo responsável para dar o suporte técnico a entidade classista relativo a pesquisas, estudos e análises do setor.

Destacam-se no campo educacional os programas de formação nas universidades como o Programa de Estudos e Negócios do Sistema do Agronegócio (PENSA) criado em 1990 na Universidade de São Paulo – (USP) e o Núcleo de Estudos do Agronegócio criado na Escola Superior de Propaganda e Marketing – (SPM), o Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas – (GV- agro), e o Grupo Qualiagro, coordenado pela Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (FEALQ), com o apoio da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA)⁴².

Estes grupos formados por pesquisadores e instituições nacionais de apoio ao agronegócio desenvolvem projetos educacionais e de pesquisas que buscam estimular a qualificação das cadeias agroindustriais do país, estudar temas relacionados à regulamentação e normalização das cadeias do agronegócio, publicações em marketing aplicado ao agronegócio, bem como as suas relações com aspectos da ciência, tecnologia e inovação para o setor. As ações desenvolvidas por estes grupos, núcleos e programas se dá em diversos campos, a título de exemplo, podemos citar os programas educacionais em escolas públicas e em universidades, como o programa de educação ambiental “Agronegócio na Escola”. Programa realizado nas escolas públicas de diversos municípios de São Paulo a partir de 2001 em parceria com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo.

Observando a lista dos palestrantes dos congressos, seminários e cursos o quadro de associadas da ABAG, identifica-se que para além destes programas instituídos existe um processo multiinstitucional vigente no país com pesquisadores nos ramos da informação, tecnologia, gestão etc.; que atuam para o fortalecimento do agribusiness a partir das instituições públicas como universidades, empresas públicas de pesquisa, bem como, órgãos governamentais. Figuram entre estes: a Universidade Federal de Viçosa - UFV, a Universidade Federal de Lavras – UFLA, a Universidade de São Paulo – USP, a Empresa

⁴² <http://www.abag.com.br>, Acesso: 13 de Setembro de 2014, 14:10.

Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa e o Ministério da Agricultura Pecuária e Pesca, entre outros.

Há uma ofensiva do agronegócio no debate da ecologia e preservação do meio ambiente, colocando-se como um setor preocupado com estas questões ambientais. Mas deve-se observar que muitas vezes os debates veiculados sobre o meio ambiente ou a ecologia, por exemplo, “é grotescamente desfigurada e exagerada de forma unilateral para que as pessoas-impressionadas o bastante com o tom cataclísmico dos sermões ecológicos – possam ser, com sucesso, desviadas dos candentes problemas sociais e políticos” (Mészáros, 2009, p.44).

Para abordar o debate da preservação ambiental 19 entidades do agronegócio no Brasil criaram em 2007 o Instituto para o Agronegócio Responsável – ARES. Segundo seus criadores um instituto sem fins lucrativos que pudesse ser uma referência, um centro de geração de conteúdo em sustentabilidade, de comunicação e de diálogo com a sociedade civil para o agronegócio responsável. Voltado para contribuir com a atuação eficiente do agronegócio brasileiro no panorama mundial, coordenando o entendimento do setor sobre temas-chave, catalisando sua força e exercendo seu devido papel na economia, na sociedade e no planeta.

Surge, assim, o ARES - Instituto para o Agronegócio Responsável, uma entidade sem fins lucrativos que busca contribuir para o desenvolvimento da sustentabilidade, com ênfase na atividade agropecuária e agroindustrial brasileira, por meio da geração e difusão de conhecimento e da estruturação de canais permanentes de diálogo com as partes interessadas (Site Oficial do ARES)⁴³

Compõem o Instituto para o Agronegócio Responsável – ARES - a título de ilustração - segundo o site da entidade: a Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG; Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto – ABAG-RP; Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ, Associação Brasileira das Indústrias de Milho – ABIMILHO; Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – ABIOVE; Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína – ABIPECS; Associação Brasileira de Produtores de Floresta Plantadas – ABRAF; Associação Nacional para Difusão de Adubos – ANDA; Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA; Associação dos Produtores de Soja do Estado de Mato Grosso – APROSOJA; Conselho Nacional da Pecuária de Corte – CNPC;

⁴³ http://www.institutoares.org.br/ares_inst.html, Acesso: 13 de Setembro de 2014, 14:20.

Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais – ICONE; Organização dos Plantadores de Cana do Centro-Sul do Brasil –ORPLANA; Sociedade Rural –SRB.

Com o intuito de abarcar as questões transversais do agronegócio a ABAG juntamente com líderes empresariais opera junto aos órgãos públicos e privados. Fazem parte de vários conselhos, comissões, câmaras setoriais, fundos administrativos, consultivos e superiores. Entre estes destacamos os principais conselhos: o Conselho do Agronegócio (CONSAGRO) e Conselho Nacional de Política Agrícola (MAPA/CNPA) do Ministério da Agricultura, o Conselho Assessor Nacional da Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa), Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Planalto/Consea), Conselho de Administração do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), Conselho Curador da Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (COSAG/FIESP), a Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo de São Paulo (CODEAGRO) entre outros.

A ABAG atua para a construção de uma identidade social em torno do agribusiness e disseminação de sua ideologia Agro, neste intuito realiza espaços descentralizados de formação, capacitação, comemoração, campanhas, comunicação e marketing. Dentre estas podemos citar, a Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação – Agrishow, idealizada principalmente pela Abag, Abimaq, Anda e SRB; os congressos, fóruns e simpósios com temas abrangentes e específicos do setor; as publicações de informativos e livros técnicos e políticos, enfim, a realização de campanhas e de pesquisas legitimadoras de seu argumento.

Entre estas atividades de formação e busca da unidade classista destacam-se os seus congressos nacionais. Nestes congressos é possível identificar os principais temas debatidos pelo setor, seus programas e planos estratégicos, suas linhas de atuação anuais, assim como, suas parcerias e representações.

O Congresso Brasileiro do Agribusiness é realizado anualmente desde o ano de 2002, na primeira semana do mês de Agosto, dirigido aos empresários, executivos, profissionais dos diversos segmentos do agronegócio, consultores e acadêmicos. De 2002-2014 foram realizados 13 congressos nacionais a sua maioria na Cidade de São Paulo, onde se situa a sede da ABAG.

O conteúdo abordado pelos congressos traz em sua maioria aspectos relacionados ao fortalecimento do agronegócio como fator de desenvolvimento do país. Destacam-se os temas voltados para a competitividade, a internacionalização, as políticas públicas, a tecnologia, a

modernização, o marketing e a propaganda, a prioridade, o papel estratégico e a sustentabilidade do agronegócio. Vejamos um trecho significativo da fala do presidente da ABAG, Carlo Lovatelli, nos anais do 2º Congresso Brasileiro do Agribusiness em 2003;

O diferencial de custos mais baixos da agricultura nacional é reconhecido não apenas no Brasil, mas também no mercado externo. Porém, esse diferencial só será transformado em vantagem competitiva, na visão sistêmica do agribusiness, se houver uma maior eficiência nas atividades além da porteira (...) eliminar entraves burocráticos, rever paradigmas e criar planos para o futuro são ações factíveis a partir de esforços conjuntos, envolvendo governo e iniciativa privada (...) o desafio consiste em construir estratégias e implementar ações para solidificar o agronegócio como determinante para o desenvolvimento do país (Site Oficial da ABAG)⁴⁴.

Destacam-se as tentativas de elaboração de projetos estratégicos de desenvolvimento do agronegócio brasileiro, a divulgação de instrumentos necessários para potencializar o seu crescimento, a construção de metas e políticas para a expansão do setor na agenda brasileira e diante das tendências do agribusiness mundial, construir estratégias de melhorias na infraestrutura que inibem o potencial de crescimento das cadeias produtivas, criar alternativas concretas e fortalecer parcerias e na área de comunicação e marketing rural. Em síntese, podemos dizer que, os congressos atuam no direcionamento e legitimidade política da entidade frente ao setor, na aprovação e deliberação sobre planos estratégicos de desenvolvimento, na proposição de políticas públicas e governamentais, na uniformização e disseminação de conceitos, bem como na propaganda e marketing de suas ações.

Durante a trajetória de 13º congressos, marcaram presença vários representantes políticos e governamentais entre eles, o Ex -Presidente Luis Inácio Lula da Silva, o Ex-vice-presidente José Alencar, os ex -Ministros da Agricultura - Roberto Rodrigues, Reinhold Stephanes, Geraldo Fontenelles, o ex-Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior - Luiz Fernando Furlan, o ex-governador de São Paulo José Serra e Geraldo Alckmin , entre outros. Na composição das mesas temáticas observam-se representantes das empresas associadas à ABAG, bem como, convidados nacionais e internacionais vinculados a diversas empresas, universidades, institutos de pesquisas ou meios de comunicação.

Elencamos a participação de representantes da Universidade de São Paulo - USP, Fundação Getulio Vargas - FGV, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ/USP, Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, Rede Globo, Record News, etc.

⁴⁴ www.abag.com.br (acessado em 27/09/2014. 10:55)

Dentre os patrocinadores do evento em suas várias edições estão o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Banco do Brasil, Petrobrás, Governo do Estado de São Paulo, Vale, Agrocere, Anfavea, Bayer Cropscience, BM&F Bovespa, Bunge, Citrovita, Roundup Ready, Sadia, Única, KeplerWeber, PriceWaterHouseCoopers, Dekalb, Abimaq, etc.

A representação hegemônica do capital no centro do país fica evidente quando analisamos que, na composição da presidência da entidade, prevalecem os estados do Sudeste, oscilando entre MG e SP, poderíamos dizer que é uma volta do café com leite da governabilidade. Também podemos evidenciar a partir do perfil dos presidentes e da sua origem de vida exposta no quadro abaixo o caráter empresarial desta entidade dirigida por quadros formados pela ESALQ ou de empresas como a Agrocere, Algar Bunge, Abiove, etc.

PRESIDENTES DA ABAG

PRESIDENTE	GESTÃO	ESTADO	EMPRESA/ENTIDADE
Ney Bittencourt	1993-1996	MG	AGROCERES
Arturo José Furlong	1996	ARG/naturalizado	ABIOVE/BUNGE
Luiz Alberto Garcia	1996-1999	MG	ALGAR
Roberto Rodrigues	1999-2002	SP	ESALQ/OCB
Carlo Lovatelli	2002 – 2011	SP	ABIOVE
Luis Carlos Corrêa Carvalho	2012 -2014	SP	ESALQ/CANAPLAN

Fonte: ABAG.

Os integrantes das entidades de classe do agronegócio não são apenas pessoas providas de prestígio e poder, são representantes de forças sociais em franca luta de classes: seus nomes revelam os latifúndios, os monopólios, a burguesia nacional-internacional associada, o Estado, etc.

3.4 O Agronegócio e a Atualidade

Em 04 de Agosto de 2014 foi realizado em São Paulo o 13º Congresso Brasileiro do Agronegócio, os temas centrais do Congresso foram divididos em três painéis: Agronegócio e Novas Mídias, Agronegócio e Sociedade e Agronegócio e os Presidenciais. É importante salientar que a organização destes painéis reflete a preocupação deste setor com a propaganda e disseminação ideológica com o intuito de ganhar o apoio da sociedade e a legitimidade necessária para as suas ações e poder de barganha frente ao Estado e sua governabilidade. O terceiro painel Agronegócio e os presidenciais, entregou uma proposta do setor privado, um plano de ação para o período de 2015 à 2022 aos candidatos à presidência. Na retórica o documento apresenta como princípios o desenvolvimento sustentável, a competitividade, a orientação a mercados, a segurança jurídica e a governança institucional.

Na essência o documento revela a estratégia do agronegócio para este período de 08 anos, como antecipamos no capítulo anterior, uma ofensiva brutal aos direitos trabalhistas, conquistados as duras penas pela classe trabalhadora. Em sua argumentação a legislação trabalhista vigente não está adequada à realidade atual do agronegócio é preciso aprovar um código específico para regulamentar o trabalho rural substituindo a Lei nº 5.889/1973, aprovar o Projeto de Lei do Senado nº 432/2013⁴⁵ no Congresso Nacional, com o objetivo de definir o conceito de trabalho análogo ao escravo, em consonância com os regulamentos da OIT, regulamentando o artigo 243 da Constituição Federal de 1988⁴⁶; Flexibilização do Decreto nº 27.048/1949⁴⁷, com o objetivo de conceder autorização permanente de trabalho nos dias de repouso, no caso das atividades agropecuárias, entre outros. Com a seguinte argumentação o setor justifica as suas tentativas de precarização e flexibilização do trabalho e dos direitos conquistados pelos trabalhadores:

⁴⁵ Ementa: Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências. Explicação da Ementa: Define trabalho escravo; estabelece que o mero descumprimento da legislação trabalhista não caracteriza trabalho escravo; determina que todo e qualquer bem de valor econômico – apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ou da exploração de trabalho escravo – seja confiscado e revertido ao Fundo Especial de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins – FUNPRESTIE; estabelece que os imóveis rurais e urbanos que devido às suas especificidades não forem passíveis de destinação à reforma agrária e a programas de habitação popular, poderão ser vendidos e os valores decorrentes da venda deverão ser remetidos ao FUNPRESTIE; determina que nas hipóteses de exploração de trabalho em propriedades pertencentes à União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, ou em propriedades pertencentes às empresas públicas ou à sociedade de economia mista, a responsabilidade penal será atribuída ao respectivo gestor; estabelece que a ação expropriatória de imóveis rurais e urbanos em que forem localizadas a exploração de trabalho escravo observará a lei processual civil, bem como a necessidade de trânsito em julgado de sentença penal condenatória contra o proprietário que explorar diretamente o trabalho escravo; elenca as finalidades e as fontes de recursos do FUNPRESTIE.

Link: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=114895

⁴⁶ **Art. 243.** As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 81, de 2014). **Parágrafo único.** Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 81, de 2014). Link: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10642247/artigo-243-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso: 09/12/2014, às 10:30.

⁴⁷ Art. 1º Todo empregado tem direito a repouso remunerado, num dia de cada semana, perfeitamente aos domingos, nos feriados civis e nos religiosos, de acordo com a tradição local, salvo as exceções previstas neste Regulamento... Art. 4º O repouso semanal remunerado será de vinte horas consecutivas, etc. Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d27048.htm, Acesso: 09/12/2014, às 10:47.

A Constituição Brasileira optou por uma economia de mercado com setor produtivo baseado na iniciativa privada. Esse é um balizamento para o desenvolvimento dos negócios. Na agricultura, inclui posse da terra com função social, bem como decisões relativas à produção e comercialização. Não obstante, as intervenções intempestivas no mercado pelo Poder Público geram incertezas e afastam os investimentos, como represamento dos preços de combustíveis. Nas questões organizacionais, como não acompanharam a evolução do sistema agropecuário, marcos legais importantes ficaram desatualizados, como nos casos do Estatuto da Terra, Sistema Nacional de Crédito Rural, Lei Agrícola e a Legislação Trabalhista no campo. Outras questões pendentes dizem respeito à expropriação de terras agrícolas sob argumento de remanescentes comunidades quilombolas e de demarcações de reservas indígenas. Apesar de a Constituição Federal de 1988 ter delimitado o prazo de cinco anos para a conclusão do processo demarcatório, ainda persistem ameaças de desapropriações (Site Oficial da ABAG)⁴⁸.

A estratégia de domínio político e econômico é clara e neste âmbito é fundamental o fortalecimento das entidades de classe e a organização do agronegócio, o que fica evidente em suas reivindicações:

Redução do tamanho do Estado, com menor número de órgãos públicos para tratar as questões do agronegócio; Planejamento Estratégico do agronegócio na alçada da Presidência de República, de modo a ser seguido pelo governo inteiro, tendo como “gerente” o Ministro da Agricultura, escolhido por critérios técnicos e em acordo com instituições de representação dos produtores rurais; Administração pelo MAPA das políticas agroambientais, florestas plantadas e da água para irrigação, solo e minerais de uso pela agropecuária, com maior representatividade e autoridade para a definição das políticas públicas (aquisição e equalização de preços agrícolas e das taxas de juros do crédito rural e subvenção ao prêmio do seguro rural); Fortalecimento e profissionalização do MAPA e do MDA, com a adoção de critérios de meritocracia para seus dirigentes, incluindo maior estabilidade para os Ministros respectivos; (...) Fortalecer o papel das entidades de representação como órgãos consultores no processo de formulação de políticas públicas e legislações de interesse, sito entendem a fundo a realidade e as necessidades dos produtores (...) Criação e fortalecimento de think tanks públicos e privados para o agronegócio brasileiro, para melhorar a informação, transparência e análise para o planejamento do setor ...; (Site Oficial da ABAG)⁴⁹

Os itens expostos refletem a estratégia de fortalecimento das entidades de classe do agronegócio e o controle do setor aos cargos e pastas do governo federal, quando estes propõem a redução do Estado, na verdade querem alargar ainda mais os poderes do órgão que historicamente tem sido controlado pelo setor como o Ministério da Agricultura, o que deve permanecer no próximo governo, pois já apontam como critério de escolha do ministro, estar de acordo com as instituições de representação dos produtores rurais. Na essência o que está em jogo é um alargamento da sua estratégia de domínio de territórios quando se propõe que o “seu” Ministério da Agricultura seja responsável pela administração de políticas agroambientais, florestas plantadas, água para irrigação, solo e minerais.

⁴⁸ www.abag.com.br (acessado em 27/09/2014. 11:55)

⁴⁹ www.abag.com.br (acessado em 27/09/2014. 12:00)

Ao mesmo tempo em que se almeja o avanço do setor privado em todas as fases da agricultura, o setor lança mão do setor público para reivindicar do Estado, a oferta de crédito e financiamento para investimento e capital de giro das operações tendo como fontes de recursos os mercados financeiros e de capitais, a manutenção das linhas gerais do financiamento através do SNCR, dos programas de investimento MAPA-MDA-BNDES e dos recursos dos Fundos Constitucionais, bem como, a sistemática de equalização pelo Tesouro Nacional que assegurem que as taxas de juros do crédito rural sejam menores do que a taxa básica de juros da economia, de modo que o custo de capital especialmente para produtores e cooperativas fique alinhadas com o custo dos agricultores dos principais concorrentes internacionais (EUA, Canadá e União Européia), avançam ainda em seu poder de barganha quando pedem a dispensa das certificações comprobatórias de regularidade fiscal, trabalhista e territorial conforme proposto no PLS 732/2011⁵⁰ em tramitação no senado (ABAG, 2014).

Quando se escamoteia o debate da economia brasileira, pautando na sociedade questões como os valores destinados às políticas ou programas sociais, como o bolsa família, ou a falta de controle do acesso ao seguro desemprego, por exemplo, o capital alocado no campo discute as questões estratégicas e mudanças estruturais na constituição e na legislação do país. Como podemos verificar nos seus pedidos de alteração da Lei nº11.076/2004, que criou os títulos: Certificado de Depósito do Agronegócio (CDA), Warrant Agropecuário (WA), Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), de forma a reduzir os riscos, proteger os investidores do mercado financeiro, assegurando o objetivo principal de constituir um sistema privado de financiamento do agronegócio. Quando propõe a criação de Fundos de Investimento no Agronegócio (FIAS) à semelhança dos Fundos de Investimento Imobiliário (criados pela Lei nº8.668, de 1993), para facilitar a abertura de capital de empresas do agronegócio, a criação de uma Agência Reguladora para o Seguro Rural, ou a integração das ações da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) com instrumentos de mercado oferecidos por bolsas de mercadorias e mercados de balcão organizados.

⁵⁰ Ementa: Altera o § 2º do art. 4º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências, para estender a todos os produtores rurais a dispensa de apresentação de certidões comprobatórias de quaisquer tributos e contribuições federais como requisito à obtenção de crédito junto a instituições financeiras que operam programas oficiais de incentivo ao crédito.

Link: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mat=104732. Acesso: 09/12/2014 às 10:04.

Almeja-se angariar fundos pesados do Estado para o investimento em pesquisas de ponta, biotecnologia, nanotecnologia e geociência, para que com esta estrutura montada o setor privado possa se apropriar do conhecimento ali produzido como veremos a seguir;

Conceder às instituições públicas de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) *instrumentos jurídicos modernos na agilidade, flexibilidade*, e autonomia da gestão dos recursos, para a formatação de parcerias (consórcios público-privados e sociedades de propósitos específicos – Lei de Inovação), concessão de incentivos fiscais para parques tecnológicos e incentivos a registros de patentes (...) Participação do crescente setor privado na definição das prioridades de pesquisa de instituições públicas; Aprimoramento e qualificação continuada de recursos humanos nas instituições de PD&I, como a Embrapa, as organizações Estaduais de Pesquisa e as universidades e os centros de pesquisas privados; Favorecer a internacionalização das instituições de PD&I (...) Regulamentação das áreas de refúgio, como forma de proteger as conquistas da *moderna* biotecnologia (Produtos Geneticamente Modificados); Criação da Rede de Centros Colaboradores de Avaliação de Risco por tipo/grupo de perigos para o suporte às decisões normativas (base em *ciência*); Reestruturação, ampliação e modernização da rede de laboratórios oficiais, com a participação do setor privado (...) maior racionalização, agilidade e simplificação nos processos de análise e aprovação de novas moléculas para modernos pesticidas e para os genéricos, em substituição ao modelo tripartite burocrático e ineficiente da ANVISA, IBAMA E MAPA (...) Revisão do acordo do Mercosul (substituir a União Aduaneira por uma Zona de Livre Comércio); (Site Oficial da ABAG).

Além do exposto acima, identificamos que o Estado e as políticas públicas à ele correspondentes estão presentes em todos 13 Congressos do agronegócio realizados pela ABAG. Destaca-se neste quesito a pauta da infraestrutura e logística, entre as reivindicações feita aos representantes políticos do Estado como a melhoria e conclusão de álcooldutos, pavimentação de rodovias para escoamento da produção principalmente nas regiões de fronteira, melhoria da navegabilidade das hidrovias dos rios Tocantins, Madeira e São Francisco e a agilidade na concessão de ferrovias ao setor privado.

Considerações Finais

Nesta pesquisa trouxemos alguns elementos preliminares para uma análise sistêmica do capitalismo no campo brasileiro. Para exemplificar a formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil com a sua interface no campo nesta dissertação lançamos mão de algumas categorias centrais que se apresentam no decorrer deste trabalho. Entre elas, classe, revolução pelo alto, revolução passiva, via prussiana, modernização conservadora e agronegócio, para nos atermos às principais. .

A categoria classe é central e está presente na análise que fizemos da atuação das entidades de classe em torno de uma classe dominante no campo, demonstrada a partir de sua articulação política, econômica e social. Entendendo classe social como um fenômeno histórico-social determinado pela produção capitalista moderna. Tendo como referência as considerações de Hirano:

classes sociais em Marx se definem com o surgimento do modo de produção capitalista moderno, do Estado Moderno, da propriedade privada, da divisão social do trabalho racionalmente desenvolvido, do modo de apropriação do trabalho e dos instrumentos de trabalho (ou seja, os meios de produção) e do trabalho assalariado (Hirano, 2002, p. 101).

A partir da análise marxista compreendemos que é preciso ter o cuidado ao interpretar as classes sociais é preciso entendê-la como um conceito histórico e, portanto, determinado por uma dada produção social ou por um modo de produção social historicamente determinado, em suas várias configurações e dimensões sociais e não como um conceito a-histórico, invariável, imutável e universal. (HIRANO, 2002).

O conceito que também exploramos nesta pesquisa e que tentamos relacionar com outras duas categorias foi o desenvolvido por Carlos Nelson Coutinho, “*conciliação pelo alto*”, seguido do conceito de “*via prussiana*” abordado por Lênin; ou de “*revolução passiva*” desenvolvido por Gramsci.

Trouxemos para nos dar subsídios para explicar as características da modernização - base para o avanço do neoliberalismo e para o desenvolvimento do agronegócio - que ocorrera no Brasil, o conceito de “*modernização conservadora*”, desenvolvido por Barrington Moore Junior (1975) para explicar o processo de transição das sociedades agrárias para sociedades industriais. Sem estas categorias não entenderíamos o papel e a atuação das entidades do agronegócio em uma perspectiva de classe.

Apresentamos o agronegócio a partir da sua entidade de classe – a Associação Brasileira de Agronegócio- ABAG - como se integram os grupos de interesses frente ao

consenso estratégico dos setores envolvidos em face da meta do progresso, da modernização, da lucratividade a todo custo. Como se apropriam dos recursos políticos e das políticas públicas em benefício privado, mesmo em um cenário de competição extraclasse.

Elencamos em nosso trabalho formas arcaicas de domínio no campo presentes na atuação do agronegócio, subsumidas em sua imagem de modernidade e progresso na atualidade. Esta pesquisa trouxe vários elementos de reflexão sobre a atuação das entidades de classe do agronegócio partindo do contexto histórico brasileiro e da nossa história como um processo em devir que está acontecendo.

Compreendemos com esta pesquisa que os processos de modernização ocorridos no Brasil em finais dos anos 1960 e durante os anos 1970 foram conservadores na sua totalidade, no âmbito rural abandonou-se a possibilidade de realização da reforma agrária e as políticas públicas de desenvolvimento rural adotadas não enfrentaram a questão agrária essencialmente, mas garantiram as bases e o desenvolvimento da estratégia do agronegócio. Esta estratégia faz parte de uma política econômica nacional e internacional, ou seja, é parte da ofensiva geral do capital. Limitou-se a uma política distributivista adequada a estrutura fundiária concentradora e conservadora.

Asseguramos através das leituras que empregamos que a ABAG atingiu o seu objetivo de criação ser um canal aglutinador de diversos setores do capital no campo, bem como estabelecer um canal de ligação direta com os canais de governabilidade do Estado e com as instituições de pesquisas.

Muitas fendas se abriram durante a pesquisa e carecerão de estudos, reflexões e debate que não poderemos encerrá-las neste trabalho. Entre elas a questão latente da Relação direta entre as propostas apresentadas pelo agronegócio e a sua efetivação a partir de políticas públicas operadas pelo Estado. Apresentam-se também neste cenário de eleições no ano de 2014 a ascensão política da entidade patronal representante dos interesses do agronegócio no campo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, que logrou a pasta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com a indicação da sua presidente em exercício a Senadora Kátia Abreu, símbolo do agronegócio do Brasil neste último período. Este fato não foge a regra de indicações do Ministério que historicamente vem sendo dirigido por este setor, mas o contexto em que se apresenta é de importância investigativa, pois está associada a um crescimento significativo da representação do agronegócio no congresso nacional através da sua bancada ruralista. Acrescido a esta representação de força está a pauta do agronegócio entregue à presidente Dilma Rousseff que visa além dos subsídios estruturais e mantenedores do agronegócio a total revisão reducionista dos direitos trabalhistas no campo.

Um campo de estudo que também foi se desvelando ao investigarmos a ABAG fora a total intervenção do capital financeiro nas atividades desenvolvidas no campo. O que ainda restou de capital agrário restrito poderia ser as usinas canavieiras, mas já estão integradas aos grupos e aos capitais integrados. Abrem-se como linhas de pesquisas fundamentais para se entender o capitalismo no campo brasileiro hoje, as formas de investimentos em terras através de novas formas de propriedade rurais ou novos processos modernizantes.

Longe de termos esgotado a discussão das formas de controle e domínio de classe apresentam-se formas mais sofisticadas desta dominação que podem avançar para uma discussão em torno dos aparelhos privados de hegemonia no campo. Abre-se como perspectiva de análise e novos estudos do agronegócio a relação entre as suas conseqüências para o meio ambiente, os estudos apresentados por John Bellamy Foster sobre a destruição ambiental que emergiram com o capitalismo monopolista, bem como os estudos realizados por Guillermo Foladori sobre a crise ambiental e as contribuições de Marx para a análise correspondente.

Em nossos estudos teóricos, assim como em nossa prática, compreendemos que não existe conhecimento fora da sociedade e que nós não existimos sem mediação e conhecimento. Vivemos num mundo em que as desigualdades de classe são cada vez mais acentuadas, sendo um desafio para nós pesquisadores/militantes trazer elementos que possibilitem a reflexão e intervenção à realidade. Entendemos também que o passado não existe em si, sem as reflexões do presente e que a história é política, e propõe soluções e problemas para assuntos da atualidade.

Assim, à guisa de conclusão, entendemos que em história nenhuma palavra é inocente, que é preciso forjarmos outras experiências das ciências sociais e com estas contribuirmos para a intervenção na realidade, para o fortalecimento da luta em torno das questões sociais latentes. Tendo como base o conhecimento histórico que precisa ser analisado, criticado, superado.

**ANEXO I – BANCADA RURALISTA DEPUTADOS DA FRENTE PARLAMENTAR DA
AGROPECUÁRIA
COORD: MARCOS MONTES**

NORTE			NORDESTE			NORDESTE			NORDESTE			CENTRO-OESTE		
Deputado	Partid	UF	Deputado	Partid	UF	Deputado	Partid	UF	Deputado	Partid	UF	Deputado	Partid	UF
Jéssica Sales	PMDB	AC	Marx Beltrão	PMDB	AL	Diego Garcia	PHS	PR	Sergio Vidigal	PDT	ES	Alberto Fraga	DEM	DF
Alan Rick	PRB	AC	Arthur Lira	PP	AL	Hermes Parcianello	PMDB	PR	Marcus Vicente	PP	ES	Roney Nemer	PMDB	DF
César Messias	PSB	AC	Givaldo Carimbão	PROS	AL	Osmar Serraglio	PMDB	PR	Dr. Jorge Silva	PROS	ES	Izalci	PSDB	DF
Rocha	PSDB	AC	Claudio Cajado	DEM	BA	Sergio Souza	PMDB	PR	Paulo Foletto	PSB	ES	Augusto Carvalho	SD	DF
Sibá Machado	PT	AC	Lucio Vieira Lima	PMDB	BA	Dilceu Sperafico	PP	PR	Evar De Melo	PV	ES	Flávia Morais	PMT	GO
Silas Câmara	PSD	AM	João Carlos	PR	BA	Nelson Meurer	PP	PR	Carlos Manato	SD	ES	Daniel Vilela	PMDB	GO
Roberto Góes	PDT	AP	José Rocha	PR	BA	Ricardo Barros	PP	PR	Carlos Melles	DEM	MG	Pedro Chaves	PMDB	GO
André Abdon	PRB	AP	José Carlos Araújo	PSD	BA	Sandro Alex	PPS	PR	Misael Varella	DEM	MG	Roberto Balestra	PP	GO
Jozi Rocha	PTB	AP	Paulo Magalhães	PSD	BA	Giacobo	PR	PR	Mário Heringer	PDT	MG	Magda Mofatto	PR	GO
Hélio Leite	DEM	PA	Sérgio Brito	PSD	BA	Luiz Nishimori	PR	PR	Marcelo Aro	PHS	MG	Heuler Cruvinel	PSD	GO
Elcione Barbalho	PMDB	PA	Antonio Imbassahy	PSDB	BA	Leopoldo Meyer	PSB	PR	Leonardo Quintão	PMDB	MG	Alexandre Baldy	PSDB	GO
José Priante	PMDB	PA	Benito Gama	PTB	BA	Luciano Ducci	PSB	PR	Mauro Lopes	PMDB	MG	Célio Silveira	PSDB	GO
Simone Morgado	PMDB	PA	Arthur Oliveira Maia	SD	BA	Edmar Arruda	PSC	PR	Newton Cardoso Jr	PMDB	MG	João Campos	PSDB	GO
Arnaldo Jordy	PPS	PA	Anibal Gomes	PMDB	CE	Takayama	PSC	PR	Saraiva Felipe	PMDB	MG	Jovair Arantes	PTB	GO
Lúcio Vale	PR	PA	Danilo Forte	PMDB	CE	Evandro Rogerio	PSD	PR	Silas Brasileiro	PMDB	MG	Lucas Vergilio	SD	GO
Éder Mauro	PSD	PA	Vitor Valim	PMDB	CE	Alfredo Kaefer	PSDB	PR	Odelmo Leão	PP	MG	Mandetta	DEM	MS
Josué Bengtson	PTB	PA	Antonio Balhmann	PROS	CE	Luiz Carlos Hauly	PSDB	PR	Renzo Braz	PP	MG	Dagoberto	PDT	MS
Wladimir Costa	SD	PA	Domingos Neto	PROS	CE	Assis Do Couto	PT	PR	Aelton Freitas	PR	MG	Carlos Marun	PMDB	MS
Lucio Mosquini	PMDB	RO	Raimundo Gomes	PSDB	CE	Alex Canziani	PTB	PR	Bilac Pinto	PR	MG	Geraldo Resende	PMDB	MS
Marinha Raupp	PMDB	RO	Genecias Noronha	SD	CE	Onyx Lorenzoni	DEM	RS	Lincoln Portela	PR	MG	Tereza Cristina	PSB	MS
Luiz Cláudio	PR	RO	Weverton Rocha	PDT	MA	Afonso Motta	PDT	RS	Júlio Delgado	PSB	MG	Elizeu Dionizio	SD	MS
Nilton Capixaba	PTB	RO	André Fufuca	PEN	MA	Giovani Cherini	PDT	RS	Jaime Martins	PSD	MG	Carlos Bezerra	PMDB	MT
Edio Lopes	PMDB	RR	Hildo Rocha	PMDB	MA	Alceu Moreira	PMDB	RS	Marcos Montes	PSD	MG	Ezequiel Fonseca	PP	MT
Carlos Henrique	PMDB	TO	Cleber Verde	PRB	MA	Darcisio Perondi	PMDB	RS	Bonifácio De	PSDB	MG	Valtenir Pereira	PROS	MT
Josi Nunes	PMDB	TO	Juscelino Filho	PRP	MA	Mauro Pereira	PMDB	RS	Domingos Sávio	PSDB	MG	Adilton Sachetti	PSB	MT
Lázaro Botelho	PP	TO	Efraim Filho	DEM	PB	Osmar Terra	PMDB	RS	Marcus Pestana	PSDB	MG	Fabio Garcia	PSB	MT
César Halum	PRB	TO	Hugo Motta	PMDB	PB	Afonso Hamm	PP	RS	Paulo Abi-Ackel	PSDB	MG	Victório Galli	PSC	MT
Irajá Abreu	PSD	TO	Manoel Junior	PMDB	PB	Covatti Filho	PP	RS	Gabriel Guimarães	PT	MG	Nilson Leitão	PSDB	MT
			Wellington Roberto	PR	PB	Jerônimo Goergen	PP	RS	Leonardo Monteiro	PT	MG	Ságuas Moraes	PT	MT
			Wilson Filho	PTB	PB	Luis Carlos Heinze	PP	RS	Weliton Prado	PT	MG			
			Benjamin Maranhão	SD	PB	Renato Molling	PP	RS	Fábio Ramalho	PV	MG			
			Gonzaga Patriota	PSB	PE	Heitor Schuch	PSB	RS	Zé Silva	SD	MG			
			Marcelo Castro	PMDB	PI	Nelson Marchezan	PSDB	RS	Celso Jacob	PMDB	RJ			
			Átila Lira	PSB	PI	Celso Maldaner	PMDB	SC	Celso Pansera	PMDB	RJ			
			Júlio Cesar	PSD	PI	Edinho Bez	PMDB	SC	Eduardo Cunha	PMDB	RJ			
			Paes Landim	PTB	PI	Rogério P. Mendonça	PMDB	SC	Fernando Jordão	PMDB	RJ			
			Walter Alves	PMDB	RN	Ronaldo Benedet	PMDB	SC	Leonardo Picciani	PMDB	RJ			
			Antônio Jácome	PMN	RN	Valdir Colatto	PMDB	SC	Soraya Santos	PMDB	RJ			
			Beto Rosado	PP	RN	Espereidião Amin	PP	SC	Washington Reis	PMDB	RJ			
			Zenaide Maia	PR	RN	Jorginho Mello	PR	SC	Francisco Floriano	PR	RJ			
			Jony Marcos	PRB	SE	João Rodrigues	PSD	SC	Paulo Feijó	PR	RJ			
			Laercio Oliveira	SD	SE	Marco Tebaldi	PSDB	SC	Felipe Bomier	PSD	RJ			
									Sergio Zveiter	PSD	RJ			
									Sóstenes	PSD	RJ			
									Aureo	SD	RJ			
									Ezequiel Teixeira	SD	RJ			
									Alexandre Leite	DEM	SP			
									Eli Correa Filho	DEM	SP			
									Baleia Rossi	PMDB	SP			
									Guilherme Mussi	PP	SP			
									Milton Monti	PR	SP			
									Fausto Pinato	PRB	SP			
									Gilberto	PSC	SP			
									Bruna Furlan	PSDB	SP			
									Vicente Candido	PT	SP			
									Nelson Marquezelli	PTB	SP			
									Paulo P. da Silva	SD	SP			
Total: 198														

Fonte: Câmara dos Deputados - Link: www.camara.gov.br/finternet/deputado/Frente_Parlamentar/53476.asp

Referências Bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo. **Concepções de território: uma contribuição a partir da Geografia para pensar a política de desenvolvimento territorial rural**. II Ciclo de Diálogos SDT, Brasília, 2014.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites Agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária - UFRRJ, 1997.

_____. **Agronegócio e novos modos de conflitualidade**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (org) **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CARVALHO, Horácio Martins. **A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil**. In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, Edição Especial, Julho, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. Rio de Janeiro: 3º ed. Editora DP&A, 2005.

_____. **Estruturalismo e a Miséria da Razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” á economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.

_____. **A questão agrária e o agronegócio no Brasil**. In: Combatendo a Desigualdade Social. O MST e a reforma agrária no Brasil. org. CARTER, Miguel. São Paulo: UNESP, 2010.

_____. **Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, Edição Especial, 2013.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: 5 ed. Globo, 2005.

FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M.; MARQUES, V. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**, Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Carlos Nelson Coutinho, org., - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da agricultura moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **Políticas públicas, modernização e crise da agricultura brasileira**. In: Revista Faz Ciência: Revista de Ciências Humanas da Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão. Francisco Beltrão, 1997.

HIRANO, Sedi. **Castas, Estamentos e Classes Sociais**. São Paulo: Ed. Alfa - Omega, 1974.

LÊNIN, Vladimir I. **El Programa Agrário de la socialdemocracia em la primeira revolución rusa de 1905-1907**. Moscú: Editorial Progreso, 1978.

LUKÁCS, Georg. **Sociologia**. In: NETTO, José Paulo (Org.). **Grandes cientistas sociais**. São Paulo: Ática, n. 20, 1992.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O Capital (Crítica da Economia Política)**. Livro I, II, e III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005/6.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDONÇA, Sônia Regina. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2010.

MÉSZÁROS, Istiván. **A crise estrutural do capital**. Trad. Francisco Raul Cornejo. São Paulo: Boitempo, 2009.

MONTAÑO, C. DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: 2ª Ed Cortez, 2011.

MORAES, Denis de. **A esquerda e o golpe de 64**. São Paulo: 3º. Ed. Expressão Popular, 2011.

MOORE JR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. Lisboa: Ed. Martins Fontes, 1975.

NETTO, José Paulo. **ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: 8º Ed. Cortez, 2011.

_____. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Ed. Cortez, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia de uma re(li)gião. Sudene, nordeste, planejamento e conflito de classe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Crítica a razão dualista. O ornitorrinco.** São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.

PINTO, R. G. **O novo empresariado rural no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira do Agribusiness (1990-2002).** Dissertação de mestrado, defendida no Programa em Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, em 2010.

REPÓRTER BRASIL. **As condições de trabalho no setor sucroalcooleiro.** Edição: Equipe Escravo, nem pensar, São Paulo, Outubro de 2014.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WELLEN, Henrique. Para a **crítica da economia solidária.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

ZOCCHIO, Guilherme. **Pecuária lidera ranking de escravidão em 2012.** IHU, notícias online 04 de Julho de 2013. <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/520650-pecuaria-lidera-ranking-de-escravidao-em-2012>.

Sítios:

<http://www.abag.com.br>

<http://www.brasildefato.com.br>

<http://www.institutoares.org.br>

<http://www.ihu.unisinos.br>

<http://www.mst.org.br>

<http://www.senado.gov.br>

<http://www.jusbrasil.com.br>

<http://www.institutoares.org.br>

<http://www.politica.estadao.com.br>

<http://www.aprosoja.com.br>

<http://www.planalto.gov.br>

<http://www.brasildefato.com.br>

<http://www.escravonempensar@reporterbrasil.org.br>

<http://www.cptnacional.org.br>

<http://www.folha.uol.com.br>